



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Curso de Mestrado

**O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e
as lutas sociais (1961-1964)**

Rodrigo José da Costa

Recife, 2013

Rodrigo José da Costa

**O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e
as lutas sociais (1961-1964)**

Dissertação de Mestrado exigida como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Orientadora: Prof. Dr. Ana Maria Barros dos Santos.

Recife, 2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

C838g Costa, Rodrigo José da.
O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964) / Rodrigo José da Costa. – Recife: O autor, 2013.
159 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof.^a Dr.^a Ana Maria Barros dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós –Graduação em História, 2013.
Inclui bibliografia.

1. História. 2. Golpe militar de 1964 – Brasil. 3. Alagoas – Política e governo. 4. Alagoas - História. I. Santos, Ana Maria Barros dos. (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2013-35)



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO RODRIGO JOSÉ DA COSTA

Às 9h. do dia 01 (primeiro) de março de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Rodrigo José da Costa** intitulada “**O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)**”, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Ana Maria Barros dos Santos (orientadora), Maria do Socorro de Abreu e Lima e Maria das Graças de Andrade Ataíde de Almeida. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 01 de março de 2013.

Profª. Drª. Ana Maria Barros dos Santos

Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima

Profª. Drª. Maria das Graças de Andrade Ataíde de Almeida

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza

Sandra Regina Albuquerque

Pedro, Helena e Anielle, *three little birds...*

Agradecimentos

Em um futuro próximo, vou propor que o autor de um trabalho deste porte deixe de ser creditado como tal e passe a ser o “organizador” da obra. Jamais teria chegado até aqui sem o esforço, a gentileza e acima de tudo, a paciência de muitas pessoas que perto ou longe, direta ou indiretamente, me ajudaram na confecção deste trabalho, logo na concretização deste sonho, idealizado quando ainda cursava a licenciatura em História na Universidade Estadual de Alagoas.

Tenho que começar com a “pré-história” dessa caminhada. E assim, começo com a eterna dívida que mantenho com Filipe Caetano, referência profissional durante a graduação, incentivador dos meus projetos e um bibliotecário paciente, sempre fazendo vistas grossas aos meus constantes pedidos de empréstimo livros, além da boa vontade em me lembrar de que eu já tinha passado do tempo de devolvê-los. Cito também Ana Luiza Porto, crítica contundente das minhas escolhas, apoiadora das horas difíceis, mas sempre disposta a mostrar que se deve continuar navegando na onda que muitos naufragaram.

Na reta final do processo de seleção, contei com a ajuda de Alberto Saldanha, que foi um leitor crítico e generoso do meu projeto, como o tem sido desde então, tendo contribuído para diminuir o sem-número de falhas que este trabalho tem. Fernando Medeiros me forneceu dicas sobre arquivos e livros que me ajudaram a encontrar algumas respostas, bem como de ter disponibilizado material bibliográfico e muitas horas da sua atenção para ouvir as minhas ansiedades e com a paciência que lhe é marca registrada, oferecer alternativas para as encruzilhadas nas quais muitas vezes me vi enredado. Há que se destacar ainda a ajuda que recebi de dois baianos enquanto participava do II Encontro Nacional de Poderes e Sociabilidades na UFPE em novembro de 2010. Rafael Sancho me ofereceu um *script* de como devia me comportar na hora da entrevista; Lina Aras leu meu projeto em uma manhã, me disse o que deveria ser mudado e ainda me presenteou com um roteiro do que fazer para a arguição do projeto.

No âmbito da UFPE, devo começar com a minha eterna gratidão a Ana Maria Barros dos Santos, pela gentileza como professora e pela paciência e coragem de aceitar como orientando um desconhecido. À professora Ana Maria, agradeço a confiança depositada em mim e o incentivo na confecção deste trabalho. Gostaria de agradecer

também a Socorro de Abreu e Lima, por tudo que representou para mim durante o curso de mestrado, pelas críticas atentas aos meus escritos, pelas sugestões e pela convivência nas tardes de quinta-feira no segundo semestre de 2011, no curso que ministrou sobre os Movimentos Sociais Brasil Republicano. Fecho este bloco agradecendo aos professores que tive o prazer de ser aluno: Carlos Alberto Miranda, Socorro Ferraz Barbosa, Rosa Maria Godoy e Suzana Cavani Rosas.

Sem a bolsa de mestrado disponibilizada pela CAPES, jamais teria tido condições de levar o curso adiante, por isso o meu agradecimento à instituição pela possibilidade de me dedicar ao curso de forma exclusiva. Se o curso de mestrado é um desafio na carreira de qualquer pessoa que se aventure a fazê-lo, os alunos da pós-graduação em História da UFPE tem um trunfo a mais a seu favor: Sandra Regina Albuquerque, secretária do curso, com o seu talento em tornar as pressões e os prazos da pós menos pesados, pela arte e pela alegria nos seus comunicados e avisos. Importante ainda é externar o meu agradecimento à professora Maria das Graças Ataíde, por aceitar o convite em participar da minha banca no exame de Qualificação, e ter contribuído mostrando os caminhos que a dissertação deveria seguir.

Fora da universidade, a minha estadia em Recife só foi possível graças à ajuda de dois alagoanos, estes como eu, também longe de suas casas e famílias. Anderson Moura e Airton Melo me receberam em sua casa, tornando a minha mudança para Recife menos incerta e menos solitária. Também aos dois, agradeço a possibilidade de ter conhecido as figuras que me ensinaram um pouco mais sobre cidade: o eterno aventureiro Magno Braga, o futuro presidente da República Frederico Alves, e o maior ícone da torcida do Santa Cruz, Pedro Henrique Pacheco, responsável maior pela conversão de mais três bárbaros a torcida tricolor do nosso santinha.

Aos colegas de curso, Adauto Guedes, Carlos Holanda, Carlos Lira, Denise Lira, Dmitri Felix, Fabíola Lucena, Julio Cesar Barros, Leandro Wanderlei, Roberta Duarte, Rodrigo Carrapatoso, Thiago Francisco e Victor Hugo Luna (ufa), meus agradecimentos pela oportunidade de dividir anseios, dúvidas e pela contribuição nos rumos da pesquisa.

De volta a terras alagoanas nas tarefas de pesquisa e redação da dissertação, contei com apoio dos meus amigos de sempre, Fernanda Andrade, Marcos Oliveira, Cícero Ferreira e Fabio Costa, que mesmo a contragosto, entenderam as minhas

ausências e que sempre que puderam, ajudaram a esquecer um pouco que os prazos do trabalho se exauriam. Jamais teria conseguido terminar a pesquisa em tempo hábil não fosse a ajuda de Tarcyelma Lira, cuja ajuda foi fundamental na digitalização dos jornais no IHGAL e no APA. Para a minha sorte, quando comecei a redação dos capítulos, ao time de Alberto Saldanha e Fernando Medeiros se juntaram Golbery Lessa e Geraldo Majella, sempre solícitos na disponibilização de material, na generosidade de esclarecerem dúvidas e na receptividade que sempre demonstram para comigo. Não poderia me esquecer de Osvaldo Maciel e Antonio Barbosa Lúcio, professores da graduação, hoje figuram no rol dos amigos, pelo incentivo nesta longa caminhada da pesquisa histórica.

Peço perdão aos que não foram mencionados aqui, mas ainda assim, se sintam abraçados e prometo-lhes que quando eu for escrever a tese, me cobrem para que eu possa corrigir a injustiça.

Por fim, agradeço as três pessoas que mais sofreram com a minha ausência física e espiritual nesses dois anos. Minha mãe Helena Costa, que sofreu em silêncio, fingindo que a minha ausência não machucava; ao meu filho Pedro, que com os sorrisos mais lindos do mundo, me ensinou que a vida não se resumia a jornais velhos; a minha esposa Anielle Cavalcante, pela sabedoria em driblar as minhas angústias, por assumir o papel de pai nas minhas ausências, por aceitar com resignação os obstáculos que o trabalho da academia impõe nos laços familiares, enfim, por me oferecer a possibilidade de desfrutar das suas risadas, de me mostrar que os gigantes, quase sempre são moinhos de vento.

“A desobediência é, aos olhos de qualquer estudioso de
História, a virtude original do homem.”

Oscar Wilde

Resumo

A presente dissertação discorre sobre a conjuntura imediatamente anterior ao golpe civil-militar em Alagoas entre os anos 1961 e 1964. Nossa atenção se volta para a disputa dos projetos antagônicos entre os setores conservadores e de direita e os progressistas e de esquerda. Naquela conjuntura, analisamos a atuação política do governador Luiz Cavalcante e do bloco que este representava no seu enfrentamento aos setores que defendiam um alargamento dos limites da democracia liberal. Assim, na primeira metade da década de 1960, assistimos a um aumento da mobilização política e lutas de caráter econômico – greves e campanhas – onde estes grupos passam a conquistar vitórias e assumir o papel de vanguarda das lutas das classes trabalhadoras alagoanas. Na tentativa de determinar como as demandas dos setores nacionalistas em Alagoas atingiram um ápice antes de 1964, analisamos principalmente os jornais da grande imprensa alagoana, entre os anos de 1961 e 1964 e o jornal da seção do PCB em Alagoas, *A Voz do Povo*, que trazia as informações e publicações referentes à vida cotidiana da classe trabalhadora no Estado. Detemos-nos a compreender o processo crescente de lutas sociais, processo esse que foi estancado com a deflagração do golpe civil-militar em abril de 1964.

Palavras-chave: Golpe civil-militar, História de Alagoas, Brasil republicano.

Abstract

This dissertation discusses the situation immediately before the civil-military coup in Alagoas between the years 1961 and 1964. Our attention turns to the projects antagonistic dispute between the conservative and right-wing and left-wing progressives. At that juncture, analyze the political action of the governor Luiz Cavalcante and block that it represented in its confrontation with sectors who advocated an extension of the limits of liberal democracy. So the first half of the 1960s witnessed an increase in political mobilization and struggles of an economic - strikes and campaigns - where these groups are gaining victories and assume the role of vanguard of the struggles of the working classes Alagoas. In an attempt to determine how the demands of nationalist sectors in Alagoas reached a peak before 1964, mainly analyze the newspapers of the mainstream media Alagoas, between the years 1961 and 1964 and the newspaper section of the Communist Party in Alagoas, The Voice of the People, which bringing information and publications relating to everyday life of the working class in the state. We hold ourselves to understand the growing process of social struggle, a process that was halted with the outbreak of the civil-military coup in April 1964.

Keywords: civil-military coup, History of Alagoas, Brazil Republican.

Lista de Ilustrações

1. Mapa I: Municípios alagoanos com o registro de atuações comunistas.....48
2. Mapa II: Locais de residência dos comunistas apontados nas fichas pessoais....50
3. Quadro I: Eleições para governador do Estado em 03 de outubro de 1960.....54
4. Imagem I: Capa do “Seminário socioeconômico” elaborado pelo governo Luiz Cavalcante em 1961.....62
5. Imagem II: Capa do “Plano Trienal” elaborado pelo governo Luiz Cavalcante em 1962.....62
6. Imagem III: Ficha pessoal de Rubens Colaço no DOPSE.....80
7. Imagem IV: Matéria no *Jornal de Alagoas* sobre a greve na Fábrica de Fernão Velho. Fonte: *Jornal de Alagoas* 25 de agosto de 1962, p. 06.....86
8. Imagem V: Editorial do *Jornal de Alagoas* de 01 de janeiro de 1964, p. 02.....103
9. Imagem VI: Matéria do *Jornal de Alagoas* sobre a greve dos combustíveis. Fonte: *Jornal de Alagoas* de 10 de janeiro de 1964, p. 06.....106
10. Imagem VII: Matéria do jornal *A Voz do Povo* sobre a greve dos trabalhadores rurais. Fonte *A Voz do Povo* de 18 de janeiro de 1964, p.01.....109
11. Imagem VIII: Faixa do movimento contra a realização do Comício das Reformas. Fonte: *Jornal de Alagoas* de 31 de março de 1964, p. 01.....130
12. Imagem IX: Editorial do *Jornal de Alagoas* sobre o comício das reformas. Fonte *Jornal de Alagoas* de 31 de 31 de março de 1964, p. 02.....133
13. Imagem X: Soldados na fronteira norte do estado montam guarda para evitar a entrada de Miguel Arraes em Alagoas. Fonte: *Jornal de Alagoas* de 31 de março de 1964, p. 01.....133
14. Imagem XI: Realização da “Marcha da Vitória” em Maceió no dia 02 de abril. Fonte: *Jornal de Alagoas* de 3 de abril de 1964, p. 06.....138

Lista de Siglas

AP – Ação Popular
APA – Arquivo Público do Estado de Alagoas
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
DOPSE – Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGAL – Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
IPES – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
POR-T – Partido Operário Revolucionário Trotskista
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PST – Partido Social Trabalhista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUA – Pacto de Unidade e Ação
SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UDN – União Democrática Nacional
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1 – Alagoas e a virada dos anos de 1950/1960	29
1.1 A conjuntura política e social alagoana na experiência democrática.....	34
1.2 As eleições de 1960.....	48
1.3 Modernizar para controlar: o Seminário Socioeconômico (1962) e o Plano Trienal (1963) do governo Luiz Cavalcante.....	56
Capítulo 2 – Esquerda em movimento: comunistas e trabalhadores no início da década de 60	68
2.1 Inimigos de estado: trabalhadores, comunistas e o DOPSE.....	74
2.2 Greves, campanhas e repressão.....	82
Capítulo 3 – A caminho do desfecho: as greves de 1964 e a deflagração do golpe em Alagoas	102
3.1 As greves de 1964.....	105
3.2 O “canto da sereia que vem do leste”: o anticomunismo impresso do <i>Jornal de Alagoas</i>	111
3.3 Do “comício que não houve” a Marcha da Vitória.....	126
3.4 “O Major é mesmo o melhor”: Luiz Cavalcante e a construção do mito do “salvador”.....	139
Considerações finais	150
Fontes e Bibliografia	152

Introdução

O movimento político-militar de abril de 1964 representou, de um lado, um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por amplos setores da sociedade brasileira e, de outro, representou um golpe contra a incipiente democracia política burguesa nascida em 1945, com a derrubada da ditadura do Estado Novo¹.

A afirmação acima é de Caio Navarro Toledo, e se insere no contexto da produção recente a respeito do golpe civil-militar de 1964, ocorrido no Brasil; e que tem direcionado os rumos das interpretações sobre o governo João Goulart e seus desdobramentos².

Jango, como era conhecido, foi um dos principais líderes trabalhistas brasileiros. Seu mandato presidencial, contudo, foi marcado por forte efervescência e instabilidade política³. Na verdade, manifestações sociais mais autônomas, que sempre foram mal absorvidas pelo processo político brasileiro, no governo de João Goulart cresceram em número e diversidade e ganharam maior densidade e capacidade de pressão. Na esfera da sociedade civil, no campo do reformismo social, destacaram-se, por exemplo, a atuação cotidiana das ligas camponesas, do movimento estudantil e das organizações sindicais. Em uma conjuntura marcada pela guerra fria, o crescimento expressivo de manifestações organizadas por essas associações, que reivindicava reformulações expressivas nas políticas públicas sociais e na relação governamental com os investidores estrangeiros, contribuiu para o adensamento de uma polarização política bastante peculiar àquele tempo de dicotomia internacional⁴.

Como presidente, João Goulart atuou, com firmeza, no escopo da democracia política, pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Tal orientação

¹ Cf. TOLEDO, Caio Navarro. “1964, o golpe contra as reformas e a democracia.” In: *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, São Paulo: jan./jun. 2004.

² Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “1964: temporalidades e interpretações” In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964 - 2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

³ Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. “O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica” In: *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 55, São Paulo: jan./jun. 2008. Cf. FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. Cf. TOLEDO, Caio Navarro, “1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo” In: *Crítica Marxista*, n. 19, 2004.

⁴ Cf. FERREIRA, Jorge, “O governo João Goulart e o golpe civil militar de 1964”, In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). In: *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil e militar de 1964*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol. 3.

governamental, apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe real desconforto aos conservadores que com ela não concordavam. Destacaram-se entre eles: a União Democrática Nacional (UDN), setores das Forças Armadas, a Igreja Católica conservadora, os ruralistas, a grande parte do empresariado nacional e investidores internacionais, que se uniram em forte atuação para desestabilizar o governo Goulart, culminando com o golpe que o destituiu da presidência da República.

Pesquisas recentes procuram analisar a situação imediatamente anterior ao golpe civil-militar em determinadas regiões, focando sua atenção em locais específicos. Em Alagoas, a 31 de janeiro de 1961, assumia o governo, o Major Luiz de Souza Cavalcante, que governaria o Estado até janeiro de 1966.

Luiz Cavalcante não imprimiu continuidade à linha política do governador anterior, Sebastião Marinho Muniz Falcão. Além de ter dado respaldo às ações do autoritarismo militar em Alagoas, é importante frisar que o cenário onde ocorreu esse processo sociopolítico era marcado pelo latifúndio, pela monocultura de cana-de-açúcar e pelos resquícios do coronelismo; ademais, Cavalcante constituiu-se em um pilar de sustentação para o golpe civil-militar em Alagoas⁵.

Daí o nosso objetivo neste trabalho ser o de estudar as articulações políticas e as lutas sociais travadas em Alagoas, privilegiando a relação entre o Governo do Estado e as classes trabalhadoras. Para isso será necessário reconstituir a atuação e os interesses dos atores coletivos envolvidos no processo, procurando entender qual o papel e o lugar social dos trabalhadores, bem como as lutas políticas e conflitos que eles patrocinaram no período compreendido entre 1961 e 1964.

Nosso trabalho busca ser uma contribuição à historiografia do estado de Alagoas, tentando ajudar a suprir uma lacuna existente no tocante à conjuntura imediatamente anterior ao golpe civil-militar, através do estudo de um momento de rica efervescência no cenário político alagoano. Procuramos ainda oferecer uma nova maneira de se pensar os embates políticos daquele início da década de 1960, já que as pesquisas tendem a concentrar suas atenções para regiões específicas como o eixo Rio - São Paulo, os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e no nordeste, o estado de

⁵ Cf. NÊUMANNE, José. *A República Na Lama: uma tragédia brasileira*. São Paulo: Geração Editorial, 1992.

Pernambuco, deixando de lado a contribuição dos outros locais para os acontecimentos que se sucederam.

Nosso recorte espacial, o estado de Alagoas, justifica-se na medida em que, como já mencionado acima, o governador Luiz Cavalcante, militar de carreira, sempre se posicionou contra as medidas do governo Jango além de combater com veemência os grupos nacionalistas e reformistas daquela época.

Quanto ao período, pretendemos trabalhar com a curta duração, tomando o ano de 1961 como o início dos mandatos tanto de Luiz Cavalcante quanto de João Goulart. O ano de 1964 é quando o golpe civil-militar é deflagrado, numa sucessão de eventos que fizeram o país mergulhar num período de 21 anos de Ditadura Militar.

Diálogos com a Historiografia

Apesar de já ter sido afirmado nas páginas que antecederam essa abordagem teórica, acredito que seja necessário demarcá-la com maior precisão e um apurado cuidado teórico. Neste sentido, reforçamos a ideia de enquadrar este trabalho nos meandros da História Política, porém, quando me remeto a uma discussão política dos acontecimentos históricos não estou me referindo ao modelo *rankeano*, no qual se prende nas descrições cronológicas e factuais, sem uma abordagem crítica das fontes e valorizando os grandes heróis, e sim na Nova História Política⁶.

A renovação no fazer historiográfico, difundida no início do século XX por historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre, fora moldada e aperfeiçoada por pensadores mais contemporâneos como René Remond, François Furet e Jean-François Sirinelli, só para citar alguns. Seus trabalhos trazem uma nova visão de história política, que não se esgota no estudo dos fatos e dos aspectos políticos do objeto. Eles, de uma forma geral, extrapolam a concepção política anteriormente conhecida, demonstrando que uma abordagem política também é composta de práticas culturais, sociais, econômicas, ideológicas e religiosas⁷.

Durante muitos anos, a história política foi identificada como “factual, subjetivista, psicologizante, idealista.”⁸ Centrada nos grandes nomes, nos grandes

⁶ Cf. FERREIRA, Marieta Moraes. “A nova ‘velha história’: o retorno da história política”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, (n. 10, 1992): 265-271.

⁷ Cf. FALCON, Francisco. “História e Poder.” In: CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁸ Cf. RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 18.

eventos, tecida em torno de fatos e datas, produzindo uma história política muito próxima do paradigma rankeano⁹.

Na historiografia francesa, esta recuperação se deu através de um grupo de historiadores que encetou um movimento intelectual de valorização e resgate da história política. À frente do grupo, René Rémond. A obra que é praticamente o manifesto do grupo se chama, justamente, *Por uma História Política*. Para Rémond, o vigoroso retorno da história política nas últimas décadas teria relação com algumas características do cenário internacional contemporâneo: a experiência das guerras, a pressão das relações internacionais, o desenvolvimento das políticas públicas sugerindo uma nova relação entre economia e política, as discussões em torno das atribuições do Estado, as demandas da opinião pública — tudo isso teria contribuído para “dar crédito à ideia de que o político tinha uma consistência própria e dispunha mesmo de certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social”¹⁰.

Para René Rémond, esta nova história política trazia consigo novos temas e novos objetos: eleições e comportamento eleitoral, mídia, opinião pública, intelectuais, a relação entre religião e política, partidos e associações. Esta história política renovada teria também, como característica essencial, a interdisciplinaridade.

De fato, a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. (...) É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência — encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar¹¹.

A retomada de estudos nesse campo buscou trazer à tona as grandes contribuições do passado. A partir de contatos interdisciplinares com a ciência política, a sociologia e a antropologia, o resultado foi um elevado nível de refinamento e sofisticação, através do uso de novos conceitos, técnicas de investigação e construção de novas problemáticas. Mitos, símbolos e utopias são reconhecidos e passam a ser trabalhados, contribuindo para a maior inteligibilidade do processo. Afinal, tais elementos são parte de um conjunto coordenado de representações, através do qual se podem apreender valores, normas, identidades, papéis sociais, expressando necessidades e fins que os grupos se propõem alcançar.

⁹ Por “paradigma rankeano” entende-se o paradigma tradicional da história desenvolvido e sintetizado por Leopold Von Ranke: a história como uma visão “de cima”: os grandes feitos de grandes homens; o estudo da vida de monarcas, estadistas, generais e sempre baseada em documentos escritos.

¹⁰ Cf. RÉMOND. Op. cit., p. 23.

¹¹ Ibidem. p. 29.

Os impactos dessa renovação na historiografia brasileira podem ser sentidos a partir da década de 1990, como por exemplo, no trabalho da historiadora Marieta de Moraes Ferreira¹², que ao analisar as elites políticas do Rio de Janeiro na Primeira República e ao optar por um enfoque de História Política, procurou incorporar as novas tendências deste campo historiográfico¹³. Dentro do quadro de renovação, Ferreira afirma a proposta de trabalhar com o político como um campo que tem existência própria, e não uma simples expressão reflexa da ação estrutural das forças econômicas. A autora, adotando a perspectiva de Pierre Rosanvallon¹⁴, trabalha o político não como uma instância ou domínio entre outros da realidade, mas como “o *locus* privilegiado onde se articula o social e sua representação”¹⁵. No entanto, essa perspectiva não pretende de maneira alguma descartar a importância do econômico e do social, mas exatamente buscar uma articulação entre os diferentes aspectos do todo social¹⁶.

E é exatamente nesta confluência do político com o social, que gostaríamos de demonstrar as contribuições da História Social britânica para o nosso trabalho. Os autores desta escola, alinhados com a tradição marxista, tem a sua importância marcadamente reconhecida na influência que exerceram sobre a historiografia do movimento operário e das classes populares na Inglaterra¹⁷.

O historiador Eric Hobsbawm, autor de vasta obra sobre os trabalhadores e movimentos de esquerda, dedica atenção aos golpes de Estado em sua obra *Revolucionários*¹⁸. Hobsbawm afirma que os golpes não são politicamente neutros. Embora a oficialidade – e, portanto os golpes – possa ocasionalmente favorecer a esquerda, as circunstâncias em que o faz são comparativamente raras, e não são de nenhum modo universais, mesmo no mundo subdesenvolvido¹⁹. Para Hobsbawm, a tendência geral, tanto dos oficiais militares quanto dos golpes, é em direção contrária,

¹² FERREIRA, Marieta Moraes. *Em busca da idade do outro: as elites políticas fluminenses na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

¹³ *Ibidem*. p. 10.

¹⁴ ROSANVALLON, Pierre. “Pour une histoire conceptuelle du politique”. *Revue de synthèse IV*, n. 1/2, p. 93-104, jan/jun, 1986. *Apud*. FERREIRA. *Op. cit.*, p. 12.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ Ver de Eric Hobsbawm *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000 e do mesmo autor, *Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. Outro autor importantíssimo é Edward Palmer Thompson, entre suas obras gostaríamos de destacar *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 e *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

¹⁸ HOBBSAWM, Eric. “Golpe de Estado” In: *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

¹⁹ *Ibidem*. p. 193.

assim, o “bonapartismo”²⁰ normalmente tende a ser uma mudança política para o lado conservador, uma autoafirmação de direitos corporativos das forças armadas como grupo particular de pressão econômica e profissional no interior do *status quo*²¹.

A contribuição de E. P. Thompson para o nosso trabalho se faz de forma indireta. Ainda que Thompson não tenha se dedicado ao estudo de regimes políticos, sua atenção à relação entre classes dominantes e subalternas pode ser encontrada em alguns de seus escritos²². Aqui, gostaríamos de nos deter ao que Thompson chama de “teatro do poder”, onde o autor aponta que em todas as sociedades, há um duplo componente essencial: o controle político e o protesto, ou mesmo a rebelião²³. Thompson afirma que os “donos do poder representam seu teatro de majestade, supertição, poder, riqueza e justiça sublime”²⁴. Em contrapartida, “os pobres encenam seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto e do ridículo”. Thompson afirma que sugerir que o controle ou a dominação podem se revestir da roupagem teatral não significa dizer que seja imaterial, frágil demais para ser analisada, sem substância: definir o controle nos termos da hegemonia cultural não significa renunciar ao intento da análise, mas arquitetá-la para os tópicos necessários: as imagens de poder e autoridade e as mentalidades populares de subordinação²⁵.

Esses apontamentos de Thompson nos serão úteis quando procedermos nossa análise das relações entre os trabalhadores alagoanos e o governador Luiz Cavalcante e o bloco ao qual este último pertence. Seu choque antagônico nos embates do início da década de 1960 demonstra como o crescimento da mobilização dos trabalhadores – além dos demais setores de esquerda comprometidos com o programa reformista, dentre eles o PCB – fez com que os setores conservadores se organizassem de forma a barrar esses avanços.

²⁰ O conceito de “bonapartismo” foi originalmente cunhado por Marx, para descrever a situação política da França durante o governo de Luis Bonaparte na conjuntura revolucionária de 1848-1852. Marx aponta que o “bonapartismo” aspira a ser um governo que procura parecer não partidário, aproveitando-se de uma luta extremamente aguda dos partidos dos capitalistas e dos operários entre si. Servindo de fato os capitalistas, esse governo engana, mais que ninguém, os operários com promessas e pequenas esmolas. Sobre o assunto ver MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2011.

²¹ HOBBSAWM. Op. cit., p. 193.

²² Para isso ver “Patrícios e plebeus”. In: *Costumes em comum*. Op. cit. além de “As peculiaridades dos ingleses” e “Modos de dominação e revolução na Inglaterra” In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

²³ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social.” In: *As peculiaridades dos ingleses*. Op. cit. p. 239.

²⁴ Idem.

²⁵ Ibidem. p. 240.

Nas últimas décadas, a bibliografia que trata do governo João Goulart e do golpe civil-militar cresceu significativamente. Neste sentido procuramos apontar alguns dos autores que trouxeram novas contribuições para o entendimento do golpe e de seus antecedentes. São eles os historiadores Caio Navarro de Toledo²⁶, Lucília de Almeida Neves Delgado²⁷, Jacob Gorender²⁸ e Rodrigo Patto Sá Motta²⁹. Suas ideias convergem quanto ao entendimento de que a principal motivação do golpe que depôs o governo constitucional, empossado em 1961, foi consequente de forte descontentamento de setores conservadores da política brasileira com a crescente e autônoma organização da sociedade civil naquela circunstância.

A destituição do Presidente da República, bem como o afastamento compulsivo de seus aliados da vida pública nacional, segundo seu entendimento objetivou evitar potenciais e profundas modificações na estrutura econômica e política do Brasil. O caráter transformador das reformas estruturais, reivindicadas pelo movimento social, não foi assimilado nem pelos setores tradicionais da sociedade brasileira, vinculados à propriedade latifundiária, nem pelos modernos representantes de um modelo capitalista industrializado e internacionalizado.

As análises desses autores mesclam horizontes de longa duração com motivações conjunturais, mas também enfatizam que os militares e civis que depuseram João Goulart agiram impulsionados por uma perspectiva preventiva. Isso porque o projeto de reformas de base, inclusive os da reforma agrária e do controle da remessa de lucros, ensejou nos setores conservadores o temor de uma revolução social. Essa convicção e temor de que o Brasil poderia adotar um modelo distributivo, ou até mesmo caminhar em direção ao socialismo, levou-os a se organizarem para pôr fim ao governo Jango. Os autores mencionados aprofundam essa análise que identifica a ruptura política de 1964 como contrarrevolução, o que impediu a transição de uma democracia restrita para uma democracia ampliada. No escopo de sua argumentação, tais obras também reforçam ideias que qualificam o Governo Goulart como “incompetente”, “tíbio” e

²⁶ TOLEDO, “Democracia populista golpeada”, Op. Cit., 1997, Além de, *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo, Brasiliense, 2006.

²⁷ Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, e *Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo*, In: TOLEDO, op. cit., 1997.

²⁸ Cf. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1990.

²⁹ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil 1917-1964*. São Paulo: Perspectiva 2002.

“débil”. Portanto, incapaz tanto de evitar como de reagir à intervenção militar conservadora.

Caio Navarro de Toledo enfatiza que:

- A instituição de um regime autoritário no Brasil em 1964 foi decorrente de fatores conjunturais, como crise na economia, ampla mobilização política das massas populares, fortalecimento dos movimentos operário e camponês, crise do sistema partidário e a luta de classes decorrente da defesa de projetos dissonantes para o Brasil;
- O Governo João Goulart nasceu sob o signo do golpe e não conseguiu, apesar de seus esforços, angariar qualquer apoio das classes dominantes. Por outro lado, sofreu crescente pressão dos movimentos populares que reivindicavam maior agilidade na adoção das reformas de base. Diante do impasse, em um contexto de forte tensão, acabou por tomar uma posição ofensiva e decidiu implementar as reformas reivindicadas pelos trabalhadores. A expressão maior dessa orientação política, adotada após tentativas de construção do consenso, foi o anúncio de medidas reformistas no Comício de 13 de março de 1964.

Delgado também entende que o caráter preventivo do golpe efetivou-se por uma articulação precisa dos setores conservadores. Para a autora, às vésperas de 1964, o Governo Goulart foi submetido a um tríplice confronto: com os setores conservadores nacionais aliados aos investidores internacionais; com a ala mais reformista do PTB, que trazia para o interior do próprio governo pressões sindicais e camponesas; com os movimentos populares e sindicais, que adquiriram grande capacidade de pressão.

Esse quadro conflituoso trouxe forte desconforto e apreensão para os setores conservadores, que passaram a acusar o Governo Goulart de incompetência, improbidade administrativa e aproximação demagógica com os movimentos populares. Era preciso, segundo o entendimento da autora, estagnar o crescimento dos movimentos sociais e pôr fim à experiência governamental de Jango que, por ser “demagógica”, não conseguia conter as mobilizações populares e os conflitos no interior de seu próprio governo. Além disso, consideravam-na leniente com uma “ameaça socialista”. Tais razões foram suficientes para justificar o golpe preventivo.

A análise marxista mais conhecida sobre o processo histórico do início da década de 1960 foi elaborada por Jacob Gorender em 1987. Para esclarecer a instabilidade daqueles anos, o autor recorre a explicações de base econômico-estrutural, como desenvolvimento tardio do capitalismo e crise de substituição das importações.

Enfatiza, contudo, o caráter preventivo da deposição de João Goulart. Adota o conceito de modernização conservadora e afirma que o núcleo burguês industrializante e os grupos representativos do capital estrangeiro, que investiam na economia brasileira, perceberam os riscos das reformas de base e optaram por aderir ao golpe preventivo e contrarrevolucionário. Gorender também identifica a conjuntura do início dos anos de 1960, como pré-revolucionária. Seu entendimento é o de que o capital industrial apostava na modernização do Brasil, mas a queria conjugada ao forte controle social. Decorre desse seu entendimento sua adesão ao conceito de modernização conservadora, como aplicável ao golpe de 1964.

Rica contribuição ao debate sobre o período é apresentada por Rodrigo Patto Sá Motta, em capítulo no qual retoma argumentos desenvolvidos em seu livro sobre o anticomunismo brasileiro, para abordar as análises contemporâneas de Goulart e dos conflitos de seu governo sob a ótica do anticomunismo. Das inúmeras entidades anticomunistas criadas naquele período, Rodrigo Motta passa à análise dos discursos por elas difundidos, em especial no que diz respeito às associações entre Goulart, sua figura e seu governo, e o perigo comunista. Atento às nuances de periodização do governo Goulart no que diz respeito ao seu tema específico, o autor demonstra como o discurso anticomunista mais radical que associava Goulart ao “perigo vermelho” permaneceu confinado a setores da extrema-direita até finais de 1963, passando a conquistar mais espaço, quando a partir daí, serviu de “cimento da mobilização anti-Goulart”, propiciando uma “unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do presidente”³⁰.

Porém, se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”; no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Carlos Fico³¹ destaca que além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis, na montagem do novo governo, como se verificou nos episódios do Ato Institucional e da escolha do general Castelo Branco para a Presidência.

Fico argumenta que, por certo, como havia demonstrado Dreifuss³², importantes cargos do primeiro escalão foram destinados aos ipesianos civis e, mais importante, a

³⁰ Op. Cit., p. 236.

³¹ FICO. Op. Cit., p. 38.

³² DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.

política econômica do primeiro governo militar pautou-se pelos ditames do saneamento financeiro que interessavam ao capital internacional. Inobstante Fico é enfático quando aponta que embora trate de explicar o golpe, não se pode descurar da crescente militarização posterior do regime.

As sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo, que pela primeira vez na história brasileira envolveria diretamente os militares na atividade de polícia política, também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Além disso, o silêncio com que empresários, em outras fases da ditadura, assistiram ao abandono da cartilha liberal, sobretudo com o incremento do intervencionismo e da estatização, também indica que, se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar³³.

Jorge Zaverucha procura mostrar que os militares continuaram controlando posições estratégicas do aparelho de Estado mesmo com o fim do regime militar em 1985 e ainda com a promulgação da Constituição de 1988³⁴. Embora muitos temas da Constituição tenham recebido um tratamento progressista, este não foi o caso das relações civil-militares. A Constituição manteve muitas prerrogativas militares não democráticas existentes na Constituição autoritária passada³⁵ e chegou a adicionar novas prerrogativas.

O autor aponta como os militares mostram-se dispostos a aceitar a subordinação ao poder civil somente quando seus interesses não são controlados. Dotados de informações e capacidade de organização, “os militares sabem o que fazer caso a luz amarela ou de outra tonalidade venha a ser realmente acesa”³⁶.

Desta forma, ao designarmos o golpe como “civil-militar”, estamos caracterizando a participação civil dentro da conspiração que derrubou o governo Jango para que não se perca de vista a ação de determinados setores da sociedade brasileira, que posteriormente, depois do restabelecimento da ordem democrática ou, mesmo ainda enquanto vigorava a ditadura, procuraram não mais se identificar com ela. Ao mesmo

³³ FICO. Op. Cit., p. 38.

³⁴ ZAVERUCHA, Jorge. “Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988.” In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo : Boitempo, 2010.

³⁵ O regime autoritário editou a Constituição de 1967 e emendou-a em 1969, predominando uma visão estatal e, com ela, a Doutrina de Segurança Nacional.

³⁶ ZAVERCUHA. Op. Cit., p. 72.

tempo, torna-se imperativo destacar que a ação de derrubar o regime liberal-democrático foi militar, bem como a ordem instaurada a partir de então.

Igualmente importante é salientar que o governo Goulart também contava com amplo apoio civil e é exatamente neste ponto que a ação militar foi decisiva, provocando o desequilíbrio na disputa entre os conservadores e os nacionalistas. Independente de o golpe ser militar, ou civil-militar, a questão é de classe. Dificilmente há golpes a favor do povo, pois geralmente são revoluções. Então, a questão crucial é: a quem servem os golpes, e por que são feitos? Servem às classes dominantes; mesmo a democracia, é um regime em benefício das classes dominantes – embora garantam certa participação e direitos a "todos".

A historiografia alagoana que trata do tema ainda é relativamente escassa, mas já dispõe de algumas obras importantes sobre o golpe. Fernando Mesquita em *O homo inimicus: igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas*, demonstra que os movimentos sociais que alcançaram significativa expressão durante o governo de Sebastião Marinho Muniz Falcão viram essa conjuntura mudar com a eleição do Major Luiz Cavalcante ao governo do estado. Os empresários da agroindústria, que buscavam exercer sobre a estrutura do Estado de Alagoas o controle político, tiveram-no amplamente reforçado com a eleição de Cavalcante pela coligação PL/UDN, e, sobretudo, após o golpe civil-militar de 1964, que estabeleceria no nordeste, particularmente em Alagoas, uma estreita articulação entre o poder central e as “forças políticas de base agrária”³⁷.

Luiz Cavalcante foi o elemento mais representativo desta articulação. Militar de carreira e declarado anticomunista, ele estava ligado ao complexo IPES/IBAD e colocava-se numa situação de oposição ao governo Goulart e ao seu projeto “nacional reformista”, tendo atuado nas negociações que introduziram a experiência parlamentarista após a renúncia de Janio Quadros em 1961; e sendo um dos principais articuladores no Nordeste do golpe civil-militar que depôs o Presidente da República³⁸.

Ênio Lins, em *Alagoas: pastoril de trágicas jornadas*, aponta que o embaralhamento das siglas políticas locais produziu a particularidade de que as forças que se opuseram ao golpe de 1964, tinham líderes originados do prestígio popular de Silvestre Péricles de Góis Monteiro, governador de Alagoas entre 1947 e 1950. Em

³⁷ MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita. *O homo inimicus: igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió/AL, Edufal, 2007.

³⁸ Op. Cit., p. 136.

meados dos anos 50, o xadrez das composições políticas dispôs as peças mais expressivas à esquerda em aliança com Muniz Falcão, líder carismático e democrata; apesar de ter iniciado sua vida pública através do próprio Silvestre, o qual em seu governo perseguiu ferozmente a esquerda, a ponto de sequestrar os três deputados estaduais do Partido Comunista do Brasil quando do processo de cassação do registro do PCB, em 1946³⁹.

Essa composição de forças heterogêneas, que poderia ser classificada como “mais à esquerda”, estava fora do poder estadual em Alagoas na virada do dia 31 de março para o dia primeiro de abril de 1964. Dividido, esse agrupamento havia perdido a eleição de 1960 para o general Luiz Cavalcante, o popular “Major Luiz”, num pleito onde enfrentou também o próprio Silvestre Péricles de Góis Monteiro, que amargou um terceiro lugar. O candidato dessa frente mais progressista (do ponto de vista da esquerda) era Abraão Fidélis de Moura, que chegou a ser o candidato mais votado no interior⁴⁰.

Anivaldo Miranda, em *Alagoas e o Golpe de 64*, destaca que no ano do golpe, a maior organização de esquerda era o “Partidão”, sendo que poucos haviam tomado conhecimento da cisão comunista que havia produzido duas siglas distintas, o PCB e o PCdoB, desde 1962. Uma célula de jovens militantes do PC do B – identificados pelos da velha guarda como “os chineses” – teria mantido um “aparelho” funcionando na Rua do Livramento, uma das artérias principais da cidade, mas disso praticamente não sobraram registros materiais⁴¹.

Em 1964, antes do golpe, as forças dominantes na economia alagoana haviam conseguido o poder político equivalente à sua proeminência, o que era expresso no governo Luiz Cavalcante, que apesar de ser militar de carreira, representava esse segmento e tinha como vice-governador Teotônio Vilela, usineiro e intelectual⁴². Entre suas bases, consolidava-se a aliança realizada desde o campo com plantadores de cana (fornecedores de matéria-prima para as usinas), setor que dispunha de lideranças políticas de grande destaque, como Lamenha Filho. Dentre as camadas mais favorecidas, faziam-lhe oposição, com regular frequência, boa parte das lideranças

³⁹ LINS, Enio. *Alagoas: Pastoril de Trágicas Jornadas*. Edição eletrônica do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, 2004 (www.fundaj.gov.br).

⁴⁰ Op. Cit., p. 5.

⁴¹ Cf. Anivaldo de. *Alagoas e o Golpe de 1964*. Maceió, Edições do Partido Popular Socialista/PPS, 2004.

⁴² Op. Cit., p. 10.

latifundiárias do sertão e do agreste, homens de tradições mais rústicas e sempre desconfiados do crescimento do poder dos usineiros⁴³.

As fontes pesquisadas

O *corpus* documental do nosso trabalho teve seu sustentáculo basicamente na grande imprensa de Alagoas da primeira metade da década de 1960 e no jornal *A Voz do Povo*, editado pela seção alagoana do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Além dos jornais, foi possível ter acesso às fichas pessoais da Delegacia de Ordem Pessoal, Social e Econômica – DOPSE, além de alguns livros de memórias e de entrevistas com pessoas que participaram daquele período da história alagoana.

Nas hemerotecas do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL e do Arquivo Público de Alagoas – APA, tivemos acesso à coleção completa dos dois maiores jornais em circulação em Alagoas, o *Jornal de Alagoas* e a *Gazeta de Alagoas*, sendo que o primeiro fazia parte dos *Diários Associados*⁴⁴ de Assis de Chateaubriand, enquanto a *Gazeta* pertencia ao ex-governador alagoano Arnon de Mello. Ainda na hemeroteca do IHGAL, também verificamos o *Diário Oficial* do Estado de Alagoas, editado pela Imprensa Oficial do Estado. Infelizmente, o jornal *Diário de Alagoas*, editado pelo antecessor de Luiz Cavalcante, Muniz Falcão, não estava disponível a pesquisa devido ao estado frágil em que se encontra. Na internet, pesquisamos os acervos dos grandes jornais do país como, por exemplo, o *Jornal de Brasil*, o *Correio da Manhã* e o periódico paulista *Folha de São Paulo*.

O jornal *A Voz do Povo* foi o órgão oficial de imprensa do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Alagoas; tendo uma existência de aproximadamente 18 anos, marcada por diversas interrupções em sua publicação, por proibições, fechamentos, empastelamentos e apreensões. Foi considerado um dos principais instrumentos de ação desse partido no estado, tendo integrado uma rede (ou cadeia) de jornais populares que o Comitê Central do PCB havia decidido criar, entre 1945-1946, em todas as capitais do país.

Entre 1951 a 1964, foi fechado e empastelado diversas vezes. Nesse período, teve como diretores Jayme Miranda e Nilson Miranda. Sua última edição foi publicada

⁴³ Idem, p. 12.

⁴⁴ Faremos uma explanação maior sobre esses dois jornais no segundo capítulo desta dissertação.

em 1º de abril de 1964 quando ocorreu o empastelamento do jornal e a queima dos seus exemplares por forças policiais e/ou paramilitares⁴⁵.

Ao elencarmos o uso de jornais como fonte histórica, buscamos nos inserir na discussão empreendida por Tania de Luca, que sinaliza o crescente interesse de se estudar através dos jornais as décadas mais recentes de nossa história, indo de encontro à predominância de pesquisas que faziam uso exclusivo de fontes consideradas “oficiais”. A autora afirma também não ser possível uma metodologia própria para a análise dos periódicos como fonte de pesquisa histórica: “a variedade da fonte impressa é enorme e as suas possibilidades de pesquisa são amplas e variadas; assim, não é viável sugerir um procedimento metodológico ou mesmo técnicas de pesquisa que deem conta de tantas possibilidades”⁴⁶.

Assim, deve-se ter grande atenção ao analisar este tipo de fonte, no caso dos periódicos (jornais, revistas e outros gêneros). É o que tange acerca do cuidado em verificar não o que estes documentos dizem, mas sim, como dizem, buscando com isso fazer uma crítica tanto interna quanto externa desse documento. Na interna, deve-se analisar para quem escreve, por que escreve, localizar seu público alvo, verificar a organização estética desse periódico, seus editores e proprietários e como estes se relacionam com o poder e suas instituições. Na crítica externa devemos analisar o contexto histórico o qual o documento está inserido, analisando o político, econômico, social e cultural, relacionando o documento com o momento em que se escreve a fim de entendermos as motivações daqueles que os produzem e por que produzem.

Quanto aos documentos do DOPSE⁴⁷, priorizamos as informações sobre a atividade política dos fichados entre os anos de 1961 e 1964. Nas fichas policiais disponíveis encontram-se apenas as fichas pessoais, sem os referidos prontuários, onde com certeza, teríamos um leque maior de informações. Ainda assim, tais fichas nos mostram uma série de novos dados, como a profissão de vários militantes comunistas, endereço de células, data de filiação de alguns membros do PCB e o mais importante: a razão pela qual o indivíduo foi fichado no DOPSE. Apesar de muitas delas serem

⁴⁵ Para mais informações sobre este jornal ver MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. “A Voz do Povo: Um Registro da Esquerda Alagoana (1954-1964)” In: *Cabanos - Revista de História*, v. 1, p. 129-144, 2008.

⁴⁶ Cf. LUCA, Tania Regina de. “Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 141.

⁴⁷ Este material faz parte do projeto de digitalização capitaneado inicialmente pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e posteriormente cedido ao Arquivo Público de Alagoas. Atualmente as fichas encontram-se disponíveis em formato de arquivo digital no portal www.memoriasreveladas.com.br mantido pelo Arquivo Nacional.

relatos muito breves e simples, conforme veremos adiante, ajudam-nos a entender a atuação tanto dos comunistas quanto dos trabalhadores em geral em Alagoas.

Segundo Caroline Bauer e Rene Gertz⁴⁸, o trabalho com arquivos das polícias políticas possuem uma especificidade intrínseca, o que estes autores chamam de “efeito bumerangue”: “os documentos que compõem os acervos de forças provenientes das forças repressivas servem, no presente, para atividades opostas à sua origem – produzidos para coordenar ações repressivas, agora podem ser usados para compensar vítimas por arbitrariedades e violações a seus direitos”⁴⁹.

Dessa forma, cada documento, para além de seu valor histórico ou judicial, condensa um valor-memória e um valor-identidade, que acompanha e reforça a ação militante e o testemunho das vítimas. Esses documentos permitem – ainda que nem sempre – reconstruir memórias sobre as perseguições, as prisões, as torturas, as mortes e os desaparecimentos⁵⁰.

Por fim, nosso maior obstáculo se materializou na impossibilidade da realização de entrevistas às pessoas com quem já havíamos estabelecido um contato e que num primeiro momento se dispuseram a fornecer alguns depoimentos, mas que depois, nas nossas várias tentativas de contato, alegaram falta de disponibilidade, o que tornou impraticável a nossa insistência de registrar o depoimento oral, à medida que se fazia necessário não perder de vista os nossos prazos dentro da execução da pesquisa e redação da dissertação.

Um fato importante a ser observado sobre isso é como os acontecimentos e as feridas daquele período ainda se fazem presentes nestes quase 50 anos que nos separam daquele abril de 1964.

Para tentar suprir esta lacuna documental, recorreremos a alguns livros de memórias publicados recentemente pelo historiador alagoano Geraldo de Majella, o qual trouxe ao público a íntegra de entrevistas que ele mesmo realizou com antigos militantes e membros do PCB em Alagoas. Os livros *Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical* e *Mozart Damasceno: o bom burguês*, têm sido de valiosa ajuda para suprir o silêncio dos documentos escritos pesquisados.

⁴⁸ BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. “Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente.” In: PINSKY, Carla Bassanezi e DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 173-193.

⁴⁹ *Ibidem*. p. 178.

⁵⁰ *Idem*.

No primeiro capítulo, abordamos a conjuntura global do início da década de 1960, desenhada a partir do final da Segunda Guerra Mundial e a eclosão da Guerra Fria. Procedemos com uma rápida visita ao processo político desde a democratização em 1945, apresentando a nova realidade política inaugurada com o fim do Estado Novo, dando atenção às formações partidárias e as eleições alagoanas entre 1947 e 1960. Na sequência, um rápido delineamento do espaço urbano de Maceió na virada das décadas de 1950/1960 e das condições de vida naquele momento. Encerramos com a ascensão do Major Luiz Cavalcante ao governo do Estado em 1961 e de alguns aspectos da sua gestão.

No segundo capítulo, apresentamos um quadro geral das mobilizações e conquistas dos trabalhadores no início da década de 1960, tanto em Alagoas quanto no resto do país. Em seguida passamos a análise de algumas fichas pessoais do DOPSE, privilegiando as fichas que dispunham de maior volume de informações. Continuando, tentamos fazer um inventário das campanhas políticas e greves que envolveram os trabalhadores e os comunistas alagoanos entre os anos de 1961 e 1963 e como estes movimentos foram tratados pela grande imprensa alagoana.

No terceiro capítulo concentramos nossa atenção ao ano de 1964, iniciando com as greves dos trabalhadores em combustíveis e depois com as dos trabalhadores rurais, depois prosseguimos com a campanha de desestabilização política do governo Goulart empreendida pelo *Jornal de Alagoas* entre os meses de fevereiro e março de 64. Em sequência, abordamos o Comício das Reformas marcado para o dia 29 de março em Maceió e os desdobramentos da deflagração do golpe por parte dos militares até a Marcha da Vitória, realizada no dia 02 de abril em Maceió. Por fim, analisamos as matérias publicadas que enaltecem a posição do governador Luiz Cavalcante, em sua participação no movimento que depôs o Presidente João Goulart.

Capítulo 1 – Alagoas e a virada dos anos de 1950/1960

“A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é criar um verdadeiro estado de emergência.”
(Walter Benjamin, *Sobre o conceito de história*)

Em toda a história republicana, o golpe contra as frágeis instituições políticas do país se constituiu em ameaça permanente. Seu fantasma rondou, em particular, os governos democráticos no pós-1946 e, com maior intensidade, a partir dos anos 1960⁵¹.

Lucilia Delgado aponta que a crise institucional que caracterizou os primeiros anos da década de 1960 foi antecedida por um período de euforia e de crença no futuro⁵². Segundo a autora, os anos 1950, especialmente a segunda metade desta década, ecoaram para a posteridade como um período de esperança e de fé na modernidade. No entanto, a essa lembrança de um passado coletivo que vislumbrava o futuro com olhar de otimismo, acopla-se outra lembrança coletiva, relativa à conjuntura histórica imediatamente subsequente à dos anos 50. Neste caso para Delgado, “o que vem à tona são lembranças, não de um tempo marcado pela convicção no progresso, mas sim outro tempo caracterizado por conflitos sociais e políticos”⁵³.

Conflitos estes protagonizados por segmentos sociais, por organizações da sociedade civil e por partidos políticos que projetavam perspectivas opostas sobre o futuro do país. Se os anos 50 foram os anos da euforia, o início dos anos 60 foi um período de conflito aberto nas sociedades civil e política, bem como de crise institucional.

Diante deste quadro, Caio Toledo é enfático na sua colocação de que o governo de João Goulart “nasceu, conviveu e morreu sob o espectro do golpe de Estado”⁵⁴. Goulart foi empossado em setembro de 1961, após a fracassada tentativa golpista de

⁵¹ Cf. TOLEDO, Caio Navarro. “A democracia populista golpeada.” In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *1964: Visões Críticas do Golpe: democracia e reformas no Populismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

⁵² Cf. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo.” In: TOLEDO, Op. cit. p. 55.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Cf. TOLEDO. “O golpe contra as reformas e a democracia.” In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, p 68.

Janio Quadros. Eleito em 1960, Quadros, após sete meses à frente da presidência, tentava uma última manobra para reverter a crise política na qual estava mergulhado seu governo, bem como para fazer frente à oposição que o Congresso Nacional e outros setores – entre estes a própria base política que o havia apoiado cerca de um ano antes – duramente lhe impunham.

Com sua inesperada e tresloucada renúncia, Quadros visava ao fechamento do Congresso que lhe fazia oposição. Não tendo o povo saído às ruas para exigir dos militares a volta do renunciante, o golpe se frustrou. A emenda parlamentarista, imposta ao Congresso Nacional pela junta militar, segundo Daniel Aarão Reis⁵⁵, pode ser interpretada como um “golpe branco”. O congresso, acuado e ameaçado pela espada, reformou a Constituição sob um clima pré-insurrecional, contrariando assim, dispositivo constitucional da Carta de 1946.

Esse acontecimento e os outros que se sucederiam, estavam circunscritos numa conjuntura global. Uma primeira chave, mais ampla, engloba a América Latina, e a rigor, o Terceiro Mundo em seu conjunto. Para Eric Hobsbawm, o período iniciado a partir do fim da II Grande Guerra em 1945 – e que só terminaria com o fim da União Soviética em 1991 – é um dos marcos do século XX⁵⁶. A experiência da “Guerra Fria” faria com que as nações desenvolvidas, uma vez tendo superado a guerra como forma de resolver suas divergências, usufruíssem do grande aparato tecnológico advindo dos esforços da própria guerra (como a aviação, as telecomunicações e, posteriormente, o computador e a internet).

No entanto, uma ameaça de confronto entre EUA e URSS, na prática a deflagração da III Guerra Mundial, foi durante muito tempo considerada como uma possibilidade real, especialmente diante da tensão envolvendo aquelas duas potências. Hobsbawm se utiliza do termo “Paz Fria” para designar a situação do planeta até o início da década de 1970⁵⁷, pois havia uma temeridade por parte de ambas as nações, isso devido ao fato, segundo o autor, de que haveria uma manutenção da paz pela presunção da força oposta e do desastre que seriam as suas consequências. Ainda segundo Hobsbawm, “a crença ocidental tinha como bastante natural após a Segunda Guerra, de que a Era da Catástrofe não havia chegado ao fim, de que o futuro do

⁵⁵ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

⁵⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – o breve século XX*. São Paulo Companhia das Letras, 2006.

⁵⁷ *Ibidem*. p. 226.

capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado”⁵⁸. Mesmo que nos primeiros anos de pós-guerra não se questionasse a hegemonia dos EUA, cuja riqueza e poder eram latentes, ao passo que a postura da URSS era mais defensiva do que ofensiva.

Durante as quatro décadas seguintes, todos os conflitos ao redor do globo tiveram em menor ou maior escala o envolvimento de EUA ou URSS. Apesar de todos eles não nos remeterem a uma guerra de alcance mundial, tivemos consequências políticas da guerra fria, com cada um dos líderes do bloco tentando controlar o maior número de nações, atraindo-as a sua influência.

Outro aspecto importante a considerar no contexto internacional do início da década de 1960 foi a Revolução Cubana. Deflagrada em 1959, e apesar de, inicialmente, não definir uma posição ideológica clara, o movimento iniciado por Fidel Castro e seus aliados teve um impacto decisivo na política mundial daquele período. Nas primeiras semanas que se seguiram à queda do regime de Fulgêncio Batista, a opinião pública e o governo norte-americano viram com simpatia o novo governo de Cuba, até que Castro afirmou que a revolução teria um caráter socialista, proclamando as convicções marxista-leninistas que o novo regime cubano deveria seguir.

As medidas de desapropriação, que atingiram numerosas empresas norte-americanas e a aproximação crescente do novo governo cubano à URSS deram início a contínuas animosidades com os EUA. O clímax do confronto aconteceu em outubro de 1962, com a Crise dos Mísseis. A descoberta de mísseis, que estavam sendo instalados pela URSS em Cuba, provocou uma grave crise internacional. Durante um período de 13 dias a tensão política alcançou níveis preocupantes. A guerra nuclear parecia iminente. Em 28 de outubro, depois de infundáveis negociações, a URSS aceitou retirar os mísseis, desde que os EUA retirassem os seus da Turquia. O bloqueio foi cancelado e a invasão a Cuba não ocorreu⁵⁹.

Neste contexto internacional, abriu-se uma conjuntura de grandes lutas sociais, até então inédita na história da república brasileira. O marco inicial foi a já mencionada renúncia do presidente Janio Quadros, em agosto de 1961.

Jânio fora eleito em outubro de 1960, com um discurso ambíguo, articulando um leque de força: oligarcas liberais, classes médias, amplos contingentes de trabalhadores.

⁵⁸ Ibidem. p. 228.

⁵⁹ Ibidem. pp. 425-427.

Mas o governo, iniciado em janeiro de 1961, cedo parecia uma potência que não se realizava; como se fosse um bólido que não conseguisse arrancar. A política econômica, na linha da ortodoxia monetarista, desagradava o setor industrial acostumado com o crédito fácil, sem conseguir segurar a inflação. A política externa independente irritava os setores conservadores sem angariar apoio das esquerdas, desprezadas por Jânio⁶⁰.

Enquanto isso, o presidente parecia apostar apenas no diálogo direto com a sociedade, exercitando seu inegável carisma. Reclamava de restrições e alegava carecer de plenos poderes, e foi com a perspectiva de obtê-los que renunciou, em agosto de 1961, num golpe bem urdido (surpreendeu a todos), mas pessimamente executado – não havia nenhum dispositivo organizado para aproveitar-se da situação de caos e de quase guerra civil em que o país mergulhou por quase duas semanas⁶¹.

Os ministros militares tentaram impedir a posse do vice-presidente eleito, João Goulart, líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No entanto, frente ao movimento de resistência, houve um acordo em que ambos os lados recuaram.

Afinal, Jango assumiu o governo, em 7 de setembro de 1961, mas no quadro de um parlamentarismo híbrido, associando um presidente enfraquecido e um parlamento fraco. Nos dois anos e seis meses em que esteve à frente da presidência, Goulart sofreu com inúmeras crises políticas e econômicas. A radicalização crescente entre os setores conservadores e os nacionalistas acabou por dificultar o projeto de governo do presidente.

Podado em suas atribuições como presidente, Jango iniciou seu governo na versão parlamentarista. Nessa breve experiência, o país viu sucederem-se três conselhos de ministros, além de se defrontar com o agravamento de sua situação econômico-financeira – herdada do desenvolvimentismo de JK e da precipitada reforma cambial de Jânio Quadros⁶².

O regime parlamentarista, incapaz de resolver as crises institucionais que provocara, fracassou tanto do ponto de vista político quanto administrativo. Seu caráter híbrido e dualista – o presidente da República e o Conselho, além de disputarem o controle do Executivo, divergiam quanto a seus programas e prioridades de governo – dificultava a tomada de decisões que a realidade social e econômica do país urgentemente demandava.

⁶⁰ REIS. Op. cit., p. 20.

⁶¹ Ibidem, p. 21.

⁶² TOLEDO. “A democracia populista golpeada”. Op. cit., p. 33.

Além disso, o Congresso, sendo majoritariamente conservador (aliança PSD/UDN), constituiu-se num sólido obstáculo ao encaminhamento das propostas reformistas defendidas por Jango. Diante deste quadro, Goulart se empenhou decididamente a recuperar os poderes presidenciais. Entretanto, com a crise econômica crescente, o presidente precisaria dar uma resposta que estivesse à altura das exigências dos diversos setores que o apoiavam na sua empreitada. O “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social: 1963-1965”, elaborado pelo economista Celso Furtado, então ministro do Planejamento, planejado para os dois anos restantes de mandato, teve o seu fracasso decretado no primeiro trimestre de sua aplicação.

O malogro do Plano Trienal assistiu ao agravamento da situação que este prometia combater: a aceleração da inflação e a desaceleração do crescimento eram latentes. O cerco fechava-se cada vez mais, e as alternativas políticas do presidente se esvaíam diante da crise.

Em outubro de 1963, alegando a necessidade de impedir “grave comoção interna com caráter de guerra civil”, Goulart – por imposição de seu dispositivo militar – tentou impor ao Congresso o Estado de Sítio. Explicitamente eram indicadas algumas das situações que perturbavam a ordem institucional: “manifestações coletivas de indisciplina” nas polícias militares de alguns estados; “sublevação de graduados e soldados” (Revolta dos Sargentos) que punha em risco a disciplina e hierarquia militares; as frequentes reivindicações salariais que passavam a “ser fatores de agravamento da crise político-social” (na ocasião ocorria dos bancários em São Paulo e o PUA anunciava a decretação de uma greve geral caso aquela paralisação fosse julgada ilegal por parte da justiça trabalhista) e, por fim, o fato de existirem governadores de importantes estados “conspirando contra a Nação”⁶³.

Segundo Toledo, a ira de Goulart e de seus ministros militares voltava-se particularmente contra o governador da Guanabara que, em entrevista a um jornal norte-americano (Los Angeles Times), “havia ridicularizado a autoridade do presidente da República, além de insinuar que os militares brasileiros estavam confusos e desorientados diante de uma administração inteiramente desastrosa para o país”⁶⁴.

Toledo afirma que “coerente com a ‘vocação golpista’ de seu partido, Carlos Lacerda conclamava o Departamento de Estado a deixar de lado sua ‘passividade’ face

⁶³ TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 62.

à grave situação em que se encontrava o Brasil, presidido por um ‘totalitário à moda sul-americana’ e que ‘descambava para a esquerda’⁶⁵. Não havia dúvida de que o Estado de Sítio objetivava, imediatamente, a intervenção na Guanabara e a consequente derrubada do conspirador udenista.

Logo a seguir, “caso manifestasse solidariedade ao seu aliado da Guanabara, poderia ‘rolar a cabeça’ do governador de São Paulo, Adhemar de Barros – acusado de fornecer armas a grupos paramilitares”⁶⁶. Em seguida, Toledo pondera sobre a possibilidade de líderes da esquerda como Leonel Brizola e Miguel Arraes fazerem parte da “lista de saneamento” elaborada pelos militares, com inteira anuência de Goulart. Idêntica pergunta faziam as lideranças sindicais e populares de todo o país acerca do destino que viriam a ter as organizações em que militavam.

Embora por razões distintas, todos os grupos políticos e associações de classe – à direita e à esquerda – opuseram-se à concessão do Estado de Sítio. Os setores nacionalistas e de esquerda viam no Estado de Sítio uma grave ameaça às liberdades democráticas e aos movimentos progressistas. As direitas, por seu lado, viam no Estado de Sítio uma tentativa de golpe tramada por Goulart a fim de permanecer no poder, tal como o fizera Getúlio Vargas em 1937. Diferentemente da ditadura estado-novista, os setores de direita proclamavam que estavam diante de uma “ditadura esquerdizante”⁶⁷.

Em abril de 1964, o golpe de Estado – permanentemente reivindicado por setores conservadores da sociedade civil – foi então plenamente vitorioso. Desta forma, o golpe estancou um rico e amplo debate político e ideológico que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, jornais e etc. Assim, nos anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam politicamente para defender seus projetos sociais e econômicos⁶⁸.

1.1 Sob o signo da violência: a conjuntura política e social alagoana na experiência democrática

O ano de 1945 no Brasil, assim como no mundo, foi marcado por uma série de acontecimentos em que significativas mudanças se processaram naquele curto período

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Ibidem, p. 62-3.

⁶⁷ Ibidem, p. 63.

⁶⁸ Cf. TOLEDO. “O golpe contra as reformas e a democracia.” Op. cit. p. 69.

de um ano. Lucilia Delgado aponta que os eventos desse período estavam marcados pelo paradoxo, uma vez que este se traduzia pela “dicotomia de continuidade na transformação ou, mais precisamente, de transformações com permanências”⁶⁹.

De fato, a transição política do Estado Novo à ordem democrática foi permeada por contradições, adquirindo feição peculiar e instigante. Processada sem a pressão de qualquer movimento contestatório, liderado por amplas bases sociais ao regime que se encontrava em derrocada, pode ser considerada como um marco de ruptura que apontou alternativas de transformação do antigo regime político⁷⁰.

De acordo com Delgado, consideradas as forças políticas e sociais atuantes no decorrer do ano de 1945, fica evidente que a corrente anti Estado Novo, apesar de alimentada pelos fortes ventos liberais democráticos que varreram o mundo ao final da Segunda Guerra Mundial, era numericamente limitada e de extração social e política muito bem definida e limitada: “reunia empresários, bacharéis, militares de alta patente e segmentos da intelectualidade comprometidos com princípios liberais que já haviam inspirado práticas políticas postergadas do cenário nacional pela ditadura do Estado Novo.”⁷¹

No outro extremo, posicionava-se parte da população brasileira comprometida com o projeto social getulista/trabalhista. Beneficiada, através de conquistas materiais simbólicas, conformavam um amplo segmento social que se sentia ameaçado pelas potenciais mudanças que a cada dia se tornavam mais nítidas no cenário político nacional. Foi nesse estrato da população que surgiu o movimento Queremista que, apoiado por forças governamentais, ganhou amplitude de massa e forte capacidade de mobilização⁷². Os queremistas postulavam a continuidade de Getúlio Vargas no poder, mas sobretudo defendiam a continuidade da política – nacionalista e, principalmente, trabalhista e social implementada pelo presidente.

De fato, com a experiência democrática que se desenhou a partir de 1945, predominou na vida política nacional um sistema pluripartidário, criado quando os

⁶⁹ Cf. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “Partidos políticos e frentes parlamentares.” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Org.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (O Brasil Republicano; v. 3). p. 131.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Ibidem. p. 132.

⁷² FERREIRA, Jorge. “A democratização de 1945 e o movimento queremista.” In: FERREIRA e DELGADO. Op. cit., pp. 15-46.

ventos da democracia sopravam fortes⁷³. A ditadura do Estado Novo começou a se esgotar tão logo os rumos da II Grande Guerra também começaram a mudar. A derrocada dos países do eixo e a iminente vitória dos países aliados, comprometidos formalmente com os valores da liberal democracia, influenciaram de forma determinante a queda do regime autoritário que vigorava no Brasil. O próprio governo federal, mesmo que ainda apoiado por parte expressiva da população brasileira, foi premido por diferentes pressões internacionais e nacionais, sentindo-se compelido a adotar medidas que abrandassem as práticas autoritárias por ele implementadas.

Delgado aponta que governo brasileiro tinha, portanto, intenção de dirigir o processo de transição, definindo-lhe as regras, etapas e processos⁷⁴. Mas esse intento, apesar de apoiado por segmentos expressivos da população que queriam a continuidade do presidente no poder, sofreu pressões de variadas naturezas, especialmente por parte daqueles que desejavam o fim imediato e definitivo do regime autoritário do Estado Novo.

Todavia a ditadura se encontrava esgotada e o clamor por democracia pressionava o governo a adotar estratégias de controle de uma transição que se mostrava inevitável. Ao governo só se apresentava uma alternativa: integrar-se ao processo em curso, procurando dirigi-lo, se não com rédeas curtas, ao menos com alguma eficácia. Somente esse recurso poderia evitar o afastamento definitivo de Getúlio Vargas do cenário nacional. Além disso, poderia também criar instrumentos de controle que garantissem a manutenção de bases materiais e simbólicas para preservação do antigo poder na nova ordem institucional⁷⁵.

Uma dessas estratégias referiu-se a definição das regras políticas do processo: convocação de eleições proporcionais para o Parlamento Nacional, que voltaria a funcionar de forma permanente e em seu primeiro ano de atuação, para ser mais precisa em 1946, como Assembleia Nacional Constituinte; convocação de eleições majoritárias para a presidência da República e implantação de um sistema pluripartidário de bases nacionais.

⁷³ DELGADO. "Partidos políticos e frentes parlamentares." Op. cit. p. 133.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Ibidem. p. 134.

Em 28 de maio de 1945, foi criado um decreto lei⁷⁶ que instituía que, pela primeira vez na história republicana adotava como condição obrigatória para o registro de qualquer agremiação partidária o seu caráter nacional. Essa medida rompeu, de forma definitiva, com a velha tradição brasileira de estruturação partidária regional, que durante anos alimentou o poder das oligarquias estaduais. De acordo com o novo decreto-lei, para registrarem-se e habilitarem-se eleitoralmente, os partidos deveriam cumprir com as seguintes condições: 1) registro em cinco ou mais estados da federação (atuação em âmbito nacional; 2) referendo inicial de pelo menos dez mil eleitores; 3) personalidade jurídica de acordo com o Código Civil.

A nova lei visava, portanto, garantir dois pilares principais ao sistema partidário: pluralismo e abrangência nacional. No entanto, no conjunto das organizações partidárias que se formaram a partir de 1945 e que atuaram até 1965, a competição dicotômica, conduzida por um triângulo partidário, foi bem mais determinante que a competição pluralista. Esse fato se explica: entre as diferentes agremiações que se organizaram a partir da Lei Agamenon, três se destacaram e ocuparam a cena pública: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esses partidos formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder. Todavia, durante os treze primeiros anos de sua existência, representaram duas forças nítidas e opostas que atuavam no cenário da vida nacional: o getulismo, incorporado e defendido principalmente pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD, embora com menor ênfase e com estratégia peculiar; e o antigetulismo, que fez da UDN seu principal ancoradouro e baluarte⁷⁷.

No novo cenário político e partidário implementado em 1945, a herança getulista, pelo menos na primeira fase de atuação dos partidos, foi elemento catalisador de conflitos, pois a ela se vincularam, por afirmação e apoio, duas das maiores agremiações partidárias do país, o PTB e o PSD, e por negação e oposição, a também importante e expressiva UDN.

Na realidade pluripartidária que se formou, cabe também destacar o retorno à legalidade do já legendário Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, mas que permanecera na ilegalidade durante anos consecutivos.

⁷⁶ A Lei Agamenon foi elaborada por Agamenon Magalhães, ex- interventor em Pernambuco, que assumiu o Ministério da Justiça no dia 3 de março de 1945, sob determinação presidencial de, segundo Delgado, “regulamentar as condições de transição”. In: DELGADO, *ibidem*. p. 152.

⁷⁷ *Ibidem*. p. 135.

No novo quadro pluripartidário, o PCB apresentava-se como uma agremiação bastante diferenciada das demais. Em primeiro lugar, por ter sido fundado em 1922, no esteio da Revolução Bolchevique de 1917, era um partido de atuação histórica bastante anterior ao novo sistema. Em segundo, apresentava-se desde a sua fundação, à época dos partidos de inserção regionalista, como uma agremiação de base nacional, mas com fortes laços internacionais. Em terceiro, possuía vínculos ideológicos umbilicais com o marxismo. Era assim um partido com programa nítido, vinculado ao projeto de revolução socialista mundial.

A presença oficial do PCB na vida política brasileira, contudo, teria vida curta. Em maio de 1947, em pleno clima de expansão da guerra fria, quando do mandato do pessedista, Eurico Gaspar Dutra, ex- Ministro da Guerra do Estado Novo, o Tribunal Superior Eleitoral, “respaldado” pelo artigo 141 da nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, determinou a cassação do seu registro. Poucos meses depois, foram cassados os mandatos dos representantes do PCB nos poderes legislativo federal, estaduais e municipais. Um novo paradoxo se constituiu na vida política brasileira: em uma conjuntura de plena vigência da democracia política e de avanços da cidadania eleitoral, começava um novo ciclo de clandestinidade para os comunistas.

Quanto às outras três agremiações, ao longo do período democrático viveram uma história de conflitos e alianças entre si. A UDN nasceu de um movimento articulado por uma ampla frente de oposição ao Estado Novo⁷⁸. Durante o processo de transição que levou à derrocada do regime autoritário que prevalecera no Brasil de 1937 a 1945, os integrantes da UDN contribuíram de maneira efetiva para o desenlace dos acontecimentos que levaram a queda de Getúlio Vargas em outubro de 1945.

Dessa forma, foi pela prática da crítica obstinada a Getúlio e ao getulismo, incluindo símbolos, realizações e pregações, que o udenismo se relacionou com Vargas. Uma relação ditada pela crítica e negação dos udenistas a tudo que se vinculasse ao presidente. Uma negação da sua essência, além de contraditória, pois ao negar, reconhecia-se.

A principal linha da UDN consistia em fazer das agremiações pró-getulistas seu principal alvo de oposição, tanto no parlamento, como através das críticas publicadas pelos principais jornais que circulavam no Brasil. Objetivavam, a curto prazo, romper

⁷⁸ BENEVIDES, Maria Vitória Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 23

com a cadeia de sustentação do Estado Novo e, a longo prazo, eliminar da vida política nacional a força pragmática e mítica do getulismo e também do trabalhismo⁷⁹.

Como toda frente política, sua composição inicial era diversificada, apesar de basicamente limitada às elites. Benevides classifica o conjunto de liberais que se reuniu na UDN da seguinte forma: a) as oligarquias destronadas com a Revolução de 1930; b) os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou em 1937; c) os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; d) os grupos liberais com uma forte identificação regional; e) as esquerdas.

A história da UDN foi bastante contraditória em relação ao doutrinário liberal que a marcara em sua origem, caracterizado pela defesa incisiva do retorno à prática da política democrática⁸⁰.

Por seu turno, o PSD, partido que deixou como principais marcas de seu perfil o pragmatismo, a habilidade e a força eleitoral, foi fundado dentro da perspectiva getulista do continuísmo na transformação. Sua habilidade e capacidade de alcançar e se manter no poder marcaram época. Como resultado dessa prática, seus principais integrantes, que foram grandes mestres da negociação, ficaram conhecidos como “raposas” da política brasileira.

Aliado de primeira hora do PTB tinha, porém, bases sociais muito diversas daquelas que vieram a compor o conjunto da agremiação trabalhista. Criado de dentro para fora do Estado, o partido reuniu em seus quadros os interventores do período do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e, mas ainda, representantes das oligarquias estaduais.

As bases estruturais do PSD estavam enraizadas na máquina administrativa do primeiro governo Vargas em nível federal e, principalmente, como demonstrou Lúcia Hipólito, nas interventorias na esfera estadual. Essa sustentação contribuiu para que o partido já nascesse com meio caminho andado para o sucesso eleitoral, uma vez que, desde antes de sua fundação, já controlava sólida infraestrutura administrativa e também clientelista nos diferentes estados da federação.

Outra característica também contribuiu para que os pessedistas pudessem participar do jogo político sem estarem presos a restrições que, normalmente, dificultam a flexibilidade necessária aos embates da vida pública. Em decorrência dessa postura,

⁷⁹ Ibidem. 26.

⁸⁰ DELGADO. Op. cit. p. 137.

era considerado como um bom político pelo PSD aquele que, além de ser bom de voto, cultivava o gosto pela negociação, pela tessitura de acordos pela construção do consenso⁸¹.

Delgado afirma que essa postura pragmática dos políticos pessedistas desagradava a UDN que, atada a um excessivo moralismo e a um doutrinário muitas vezes dogmático, não possuía a mesma flexibilidade do PSD⁸². Flexibilidade e habilidade que, inúmeras vezes, foram vitais para o êxito das articulações políticas empreendidas pelo partido, principalmente em conjunturas eleitorais.

Contudo, a aliança PSD/PTB que marcou a história política brasileira do período 1945-1964, principalmente pelas seguidas vitórias nas eleições para presidência da República, não teve uma trajetória linear. Nos primeiros treze anos de existência dessas agremiações foi mais coesa e abrangeu acordos e coligações nas esferas dos poderes executivo e legislativo. Passou, entretanto, a sofrer algumas fissuras, especialmente na instância parlamentar, ao final da década de 1950 e início da de 1960, o PTB aproximou-se de seu antigo adversário, o PCB. Aliadas, as duas agremiações passaram a defender a adoção de uma efetiva reforma agrária no Brasil. Diante desse objetivo, que atingia os enraizados interesses dos proprietários rurais, muitos dos integrantes do PSD, principalmente os de origem oligárquica, não hesitaram em se aliar a sua antiga adversária, a UDN. O objetivo circunstancial, mas com certeza profundo dessa aliança, visava impedir a aprovação pelo Congresso Nacional de qualquer lei relativa à implementação da reforma agrária no Brasil.

Por fim, o PTB constituiu-se como um dos vértices da estrutura triangular partidária que se tornou hegemônica no conjunto dos partidos fundados em 1945. Na época de seu registro, alicerçou sua organização nos sindicatos urbanos e na burocracia do Ministério do Trabalho. Seus principais quadros foram recrutados entre operários e demais trabalhadores sindicalizados e também junto aos funcionários públicos que integravam a poderosa máquina do Ministério do Trabalho em todo o território nacional⁸³.

Entre os partidos do pós-1945 foi considerado a agremiação partidária mais ardentemente getulista, apresentando, entretanto, inserção regional fragmentada.

⁸¹ Ibidem. p. 139.

⁸² Idem.

⁸³ GOMES, Angela de Castro. "Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base" In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 53-81.

Quando de sua fundação, buscou atender dois objetivos principais: defender o conjunto da legislação trabalhista na nova ordem democrática e servir como anteparo ao potencial crescimento do PCB junto à classe operária⁸⁴.

No conjunto das maiores organizações partidárias fundadas a partir de 1945, foi o partido que apresentou programa mais nítido e bem definido quanto a metas e projetos, incluindo questões de ordem política e econômica além de proposições de forte cunho social. A inclusão de questões sociais na sua plataforma programática foi, sem dúvida, um fator diferencial da agremiação trabalhista em relação aos partidos que atuaram na conjuntura de 1945 a 1964.

O crescimento do PTB deveu-se a inúmeros fatores. Entre eles destaca-se sua definição partidária e programática. Portanto, não seria ousado afirmar que o perfil programático da legenda trabalhista, caracterizado pela definição das questões sociais como sendo prioritárias para a orientação de sua política, em muito contribuiu para que a agremiação alcançasse crescente credibilidade, principalmente junto à população trabalhadora, tanto rural quanto urbana.

Contudo, a trajetória e o crescimento do PTB não ocorreram livres de atribuições e dificuldades. Como alvo privilegiado da UDN, por simbolizar no universo partidário a principal força getulista, o PTB, incluindo seus principais líderes, foi perseguido pela crítica contundente dos udenistas, que divulgavam constantemente através da grande imprensa, acusações que relacionavam o petebismo ao peronismo, à perspectiva de implantação de uma República sindicalista no Brasil, quando não ao “perigo do comunismo”⁸⁵.

Em Alagoas, na volta do país à normalidade democrática, o Executivo estadual seria administrado por seis diferentes governadores. A reorganização partidária promovida com o fim do Estado Novo, na qual todos os partidos tornam-se obrigatoriamente nacionais, refletiu-se em Alagoas com a formação de seis legendas: o Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano Democrático (PRD), Partido Republicano Progressista (PRP) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além do Partido Comunista do Brasil (PCB), existente desde 1924, porém a partir da metade da década de 1940, a sua atuação junto aos

⁸⁴ Ibidem. p. 57.

⁸⁵ Ibidem. p. 75.

trabalhadores urbanos passaria por uma constante intensificação até o início da década de 1960⁸⁶.

As direitas reuniam-se em torno da UDN ao passo que a esquerda no grupo representante do trabalhismo no estado, divididos entre o PTB e outros dois criados posteriormente: Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Social Progressista (PSP). Segundo Douglas Tenório, em Alagoas, tanto o PSP (partido do ex-governador paulista Ademar de Barros) como o PTB cresceram ideologicamente “das entranhas do PST, da mesma nascente populista-trabalhista” (e a ligação entre ambos seria o ex-governador Silvestre Péricles, liderança do PST local). Entre a direita e a esquerda está o PSD, formado pelos interventores remanescentes do Estado Novo.

Neste quadro, temos a direita conservadora representada pelos bacharéis e liberais da UDN, com uma faceta modernizante – devidamente circunscrita num modelo conservador – além das oligarquias rurais, despontando como liderança Arnon de Melo, este último, governador eleito em 1950. A UDN alagoana tinha a mesma concepção do diretório nacional: o partido das elites, dos bacharéis, com a presença de alguns jornalistas e parte das Forças Armadas. A postura decisiva contra os trabalhadores e contra seus opositores trabalhistas e comunistas seria um traço marcante de sua atuação.

Mas a UDN alagoana era principalmente o partido das elites agrárias, ligadas ao açúcar e descendentes dos senhores de engenho, com os bacharéis e jornalistas filiados ao partido forjando uma faceta liberal e moderna dentro desta UDN fortemente agrária e conservadora.

O PSD pode ser considerado como um partido de centro, pois foi formado também por oligarquias rurais e pela antiga máquina administrativa e burocrática do Estado Novo, de políticos experientes. Em terras alagoanas, o PSD foi formado sob a liderança do ex- interventor e capitão do exército Ismar de Góis Monteiro, com uma base rural e conservadora. No entanto, Ismar também mantinha fortes laços com os trabalhistas, daí ser muito provável que o ex-interventor tenha sido forjado ideologicamente sob hostes trabalhistas, pois Ismar promoveu a sindicalização em Alagoas e possuía uma consistente base operária⁸⁷.

⁸⁶ LIMA, Araken Alves. *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional*. Campinas: UNICAMP, 2006. (Tese de Doutorado).

⁸⁷ MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFPE, Recife, 2012.

Além dele, outros ex-interventores e muitos burocratas dos aparelhos estatais ingressaram no partido, aumentando ainda mais os laços paternalistas e de clientela dos tempos da ditadura varguista e anteriores ao Estado Novo. Daí o sucesso eleitoral dos mesmos. Mesmo fazendo alianças com o PTB, os pessedistas não se furtaram de coligar-se com a UDN, contra a esquerda, comunistas e trabalhadores.

Por fim, temos a corrente trabalhista, dividida em três agremiações políticas sem bases enraizadas no estado. De início, os trabalhistas alagoanos concentraram-se em torno do ex-governador Silvestre Péricles. Entre os mais conhecidos temos Muniz Falcão e Ari Pitombo (este último para o PTB), e os militantes dispersaram-se em outros partidos, também reclamando para si a bandeira trabalhista, mas nada muito significativo em termos de atuação prática. Vieira afirma que mesmo sendo o primeiro partido trabalhista criado no estado, o PTB alagoano era um partido relativamente pequeno, sem a força que possuía nacionalmente. Em alguns momentos, foi levado a reboque por outras legendas, pelas coligações que fazia, seja com o PSD (principalmente) ou com o PSP (este quando Muniz Falcão fora eleito em 1955)⁸⁸.

Neste cenário político-partidário, encontramos o Partido Comunista do Brasil (PCB) em Alagoas. Em Alagoas, nas eleições de dezembro de 1945 (onde seriam eleitos o presidente da República, senadores e deputados federais), o partido encontrava-se em processo de estruturação e não possuía ainda nenhum diretório municipal, o que não impediu que o partido conseguisse eleger três deputados estaduais: José Maria Cavalcante, André Papini Goés e Moacir Rodrigues de Andrade.

Com as eleições para governador, marcadas para janeiro de 1947, Silvestre Péricles de Góis Monteiro, membro do clã dos Góis Monteiro e irmão de Ismar, sendo eleito governador ao derrotar o candidato Rui Palmeira (UDN), de tradicional família ligada ao sistema de engenhos e, posteriormente, fornecedores de cana. Nesta eleição, o general Góis Monteiro concorreu e se elegeu senador por Alagoas.

O mandato de Silvestre Péricles transcorreu em clima de constantes conflitos com a oposição na Assembleia Legislativa, oposição esta, representada por uma esdrúxula aliança entre udenistas e comunistas. A coligação UDN-PCB foi combatida ferozmente pelo governador e seus aliados e, segundo Geraldo Majella, os constantes

⁸⁸ Ibidem. p. 39.

ataques de Silvestre aos seus adversários adviriam de uma preocupação de que a aliança entre a UDN e os comunistas legitimaria o PCB no debate político⁸⁹.

Ainda segundo Majella, para Silvestre Péricles, eram os comunistas que poderiam disputar a hegemonia no movimento operário – o que de fato aconteceu – e a militância pecebista conseguiu, mesmo diante de severa repressão policial, ampliar sua presença nas fábricas têxteis, entre os ferroviários e em outras categorias.

O governador procurava atacar este grupo como se entre udenistas e comunistas não houvesse diferenças, sobretudo, parecia ter perdido a noção de sua origem oligárquica, a exemplo da UDN, com uma importante ressalva: a de que sua família havia, desde o início do século, afastado-se das estruturas do poder local, ao passo que o grupo udenista era composto, no dizer de Luiz Nogueira de Barros, pelos “(...) doutores, os intelectuais, os escritores, uns tipos com os quais os Góis Monteiro se relacionariam com dificuldades. E, além do mais, estão fincados na terra, com seus engenhos, suas usinas, suas fazendas e outros tantos bens.”⁹⁰ Bens estes que os Góis Monteiro já não dispunham mais.

Outro capítulo significativo acontecido no governo de Silvestre Péricles foi a cassação dos deputados comunistas eleitos⁹¹. Evento que teve seus desdobramentos com a decisão do TSE de cassar a legenda do PCB em 1947. Esse fato abriu a possibilidade do governador perseguir “legalmente” os comunistas: o jornal do partido foi empastelado, as células foram fechadas, várias prisões arbitrárias efetivaram-se e, em outubro daquele ano, os três deputados eleitos pelo partido foram presos. Lessa⁹² aponta que além de ser motivada pelo contexto da guerra fria, essa perseguição também tinha relação com o fato de o PCB alagoano disputar o operariado com os varguistas e ter se aliado à UDN contra Silvestre.

Na eleição que se seguiu, em 1950, aconteceu a derrota de Silvestre Péricles e seu irmão general, na tentativa de reeleição para o Senado, processo eleitoral que fez emergir duas personagens importantes na trama política alagoana: de um lado, Arnon de

⁸⁹ MAJELLA, Geraldo de. “Preservando a Memória: a trajetória dos comunistas em Alagoas (1924-1991)”. In: MAJELLA Geraldo (org.). *O PCB em Alagoas: documentos (1982-1990)*. Maceió: EDUFAL, 2010. p. 19.

⁹⁰ Cf. BARROS, Luiz Nogueira de. *A solidão dos espaços políticos*. Maceió: EDICULTE/SECULTE, 1988. op. cit., 101.

⁹¹ Alguns dos episódios dessa trama foram retratados em GUSMÃO, Carlos de. *Bôca da grota – Reminiscências*. Maceió: Serviços Gráficos Gazeta de Alagoas, 1970, pp. 243-276.

⁹² LESSA, Golbery. “Os principais momentos do PCB em Alagoas.” In: SALDANHA, Alberto. *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB*. Maceió: Edufal, 2011. p. 98.

Mello, candidato da UDN, que se elege Governador, representando a oposição e, por outro lado, Sebastião Marinho Muniz Falcão, vinculado ao grupo de Silvestre Péricles e que se elege Deputado Federal. Essa eleição representa, em Alagoas, mais que tudo, o fim do ciclo da família Góis Monteiro no poder estadual.

Arnon de Mello, descendente de família proprietária de engenho de açúcar na cidade de Santa Luiza do Norte, o Engenho Cachoeirinha, era jornalista e tivera desde sua adolescência envolvimento com conhecido grupo de intelectuais que se destacavam: Jorge de Lima, Aurélio Buarque de Holanda, Manuel Diegues Jr., José Lins do Rego, Rui Lima e Valdemar Cavalcanti que, na década de 1920, debatia, publicava e organizava eventos artístico-culturais em Alagoas. Politicamente, esses intelectuais estavam ligados ao grupo derrotado pela Revolução de 30 e tinham participação ativa nos embates políticos desde o ano de 1935, época em que Osman Loureiro e Silvestre Péricles disputaram o cargo de governador. Assim, na eleição de 1950, o candidato de Silvestre Péricles foi derrotado ao tentar eleger seu sucessor, em uma campanha considerada inovadora, do ponto de vista da propaganda. Conforme Douglas Apratto Tenório:

O mundo do pós-guerra tinha pressa, e surgia uma nova realidade que a figura moça e risonha do governador Arnon de Mello tão bem representava. Ele era a imagem do liberalismo, dos novos tempos, da modernidade, que se confrontava com o arcaico mundo populista de Silvestre. Um *new-look* político⁹³.

O governo Arnon de Mello, contudo, não consegue diferenciar-se muito do cotidiano de seu antecessor. Os conflitos vão continuar no interior, redundando em tiros e mortes. Além do mais, a oposição leva a efeito uma forte campanha denunciando irregularidades, mordomias, desvios de recursos públicos e má aplicação de verbas, o que vai criar um grande desgaste na imagem de seu governo.

Devido à acirrada campanha oposicionista, as forças políticas que apoiavam o governo realizam um grande ato público em agosto de 1953, em apoio ao governador. Nessa manifestação, realizada no Teatro Deodoro, além da leitura de uma carta de defesa do próprio governador⁹⁴, foi lançada uma *Moção de Apoio das Forças Políticas*,

⁹³ Cf. TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão*. Maceió: EDUFAL, 2007, p.28.

⁹⁴ Na carta onde o governador se defendia das acusações seria remetida ao deputado federal Rui Palmeira para que este a lesse na Câmara dos Deputados.

com o objetivo de “reafirmar nossa coesão e nossa solidariedade ao Governador Arnon de Mello”. Seguiam-se ao texto da moção, várias assinaturas de parlamentares, vereadores, prefeitos e personalidades importantes do mundo político alagoano, dentre estes, dois ex-governadores, que encabeçavam as assinaturas: Osman Loureiro e Álvaro Paes. Tanta importância foi dada a este ato que, a moção de apoio e a carta do governador foram transformadas em um livro com o título *Jamais Alagoas voltará ao Passado Negro*⁹⁵.

Muniz Falcão não era alagoano. Nascera em Pernambuco, na cidade de Araripina, e chegara a Alagoas em 1942, nomeado Delegado do Trabalho, com a tarefa de fazer cumprir no estado a legislação trabalhista. Sua atuação à frente da Delegacia do Trabalho, entretanto, desagradava profundamente os setores empresariais, especialmente os usineiros, os quais, com o fim do Estado Novo, conseguiram sua exoneração e transferência para o estado da Bahia.

Sua volta para Alagoas ocorreu por obra e graça do governador Silvestre Péricles após sua eleição em 1947, ocasião em que foi reconduzido ao cargo de Delegado do Trabalho. Em 1949, a Assembleia Legislativa e os dirigentes industriais do estado acusavam-no de promover a discórdia entre trabalhadores e empregadores e de intromissão indevida na política do Estado. Nas eleições de 1950, Muniz Falcão se elegeu deputado federal. Nessa ocasião, o candidato a governador apoiado por Silvestre Péricles e o próprio general Góis Monteiro, candidato ao Senado, foram derrotados. Com esse episódio, a participação dessa família é encerrada no cenário político alagoano. Nesse mesmo processo eleitoral, Arnon de Mello se elegeu governador.

Embora vinculado ao grupo de Silvestre Péricles, Muniz Falcão passou a representar outra experiência política. A tarefa de fiscalizar as relações trabalhistas, formar sindicatos no sentido de expandir a sindicalização entre os trabalhadores, divulgando os direitos dessa classe, fazia dele um político comprometido com as transformações que estavam em curso na economia e sociedade brasileira. Essas transformações já bastante adiantadas na década de 1950, eram resultantes do processo de industrialização e de urbanização que se intensificavam, trazendo para o cenário das disputas políticas, os interesses das massas de trabalhadores urbanos. Assim, Muniz Falcão, conforme caracteriza Douglas Tenório, entrou na política, chegando a Câmara Federal,

⁹⁵ LIMA, Op. cit. p. 51.

Sem dinheiro e sem colégios eleitorais, sem influência das oligarquias e sem raízes de família, pois era natural de Pernambuco (...). Ingressou na política pela mão do povo, coisa incomum, mas não pode evitar a tremenda barreira de ódio que se ergueu contra ele pelos interesses poderosos que feriu ao abrir uma nova era na história do trabalho em Alagoas⁹⁶.

Em 1954, Muniz Falcão se reelegeu Deputado Federal com a maior votação da história de Alagoas e, um ano depois, elegeu-se ao cargo máximo do Estado. Esta conquista, no entanto, deflagra de uma guerra contra ele por parte das grandes famílias e do empresariado.

A velha elite alagoana, através das lideranças udenistas, tentou inicialmente, anular sua eleição. Em seguida, teve início uma poderosa campanha na imprensa local e do Sul do país no sentido de desestabilizar o novo governador. A gota d'água ocorreu em 22 de outubro de 1956, quando, por ato do governo Muniz Falcão, foi publicada a Lei nº 2.013 (Lei da Controvérsia), que instituiu a *Taxa pró-economia, educação e saúde* que iria incidir sobre o açúcar e outros produtos com o objetivo de “(...) fomentar as atividades econômicas e promover o desenvolvimento dos serviços de Educação e Saúde Pública no Estado”⁹⁷. Esta iniciativa, evidentemente, desagradaria profundamente os empresários, particularmente os poderosos produtores de açúcar.

Fundamentalmente, foi a publicação dessa lei que aprofundou as divergências entre o governo e as oligarquias locais, possibilitando que seus representantes no Poder Legislativo apresentassem uma denúncia contra o Chefe do Executivo, acusando-o de conivência com a situação de violência e crimes políticos envolvendo a morte de lideranças oposicionistas; e de violência contra os Poderes Legislativo e Judiciário. Assim, foi aberto um processo de *impeachment*, através de uma Comissão Especial que tem como relator um entusiasmado líder na UDN no estado, o deputado estadual e usineiro Teotônio Vilela. Este, em relatório conclusivo apresentado ao plenário da Assembleia Legislativa, acolheu a denúncia contra o governador.

Tal processo paralisou o governo durante todo o ano de 1957. A votação do relatório, no dia 13 de setembro daquele ano, transformou o plenário da Assembleia Legislativa numa verdadeira praça de guerra, já que todos os deputados, tanto os da situação quanto os da oposição, compareceram armados. O ambiente fora arrumado de modo apropriado para o confronto com a própria Mesa Diretora, sendo o plenário

⁹⁶ Cf. TENÓRIO. Op. cit., p. 228.

⁹⁷ Idem. p. 242.

protegido por uma barricada de sacos de areia. Antes do início da votação foi deflagrado um tiroteio, onde todos atiravam. O resultado final foi um deputado morto⁹⁸ e, ainda, um funcionário, cinco deputados e um jornalista ferido, o carioca Marcio Moreira Alves, que estava no local fazendo a cobertura do evento.

Isso não representou o final do processo. O estado segue conflagrado, permanecendo sob intervenção federal até o encerramento da disputa jurídica, da qual Muniz Falcão sai vitorioso, reassumindo seu mandato em 24 de janeiro de 1958.

Estes fatos serviram para fortalecer a imagem de Muniz Falcão com positiva repercussão positivamente na eleição de três de outubro de 1958. No referido pleito, o grupo udenista sofre sua maior derrota eleitoral, uma vez que, devido ao prestígio alcançado, Muniz Falcão conseguiu eleger uma maioria vantajosa de deputados (estaduais e federais) e, para a única vaga de senador em disputa, trouxera do Rio de Janeiro o ex-governador Silvestre Péricles, afastado do mundo da política desde sua derrota em 1950. Ainda assim, conseguiu uma vitória expressiva sobre os candidatos da UDN, inclusive Arnon de Mello.

Um balanço geral sobre o projeto político de Muniz Falcão aponta que este vai estar alinhado à ideologia nacional desenvolvimentista que vigorava na segunda metade de década de 50. A trajetória de Muniz Falcão vai de certa forma se assemelhar a de João Goulart enquanto dirigente trabalhista – Goulart enquanto Ministro do Trabalho e Falcão na Delegacia Regional do Trabalho – e da mesma forma que Jango, sofrer uma forte oposição do grupo udenista durante seus mandatos a frente do Executivo. Justamente pelo avanço que representou na forma de lidar com as manifestações dos trabalhadores em Alagoas, Muniz foi ferozmente combatido e seu governo demonizado pela elite conservadora do Estado.

1.2 O palco das lutas: espaço urbano e cotidiano das lutas sociais

Uma vez que é verdade que o golpe de abril de 1964 não foi um raio caído de um céu azul, também é verdade que as condições sociais e econômicas dos momentos que o antecederam não surgiram inesperadamente. No entanto, é uma tarefa um pouco difícil poder retratar a arena onde se desenvolveram aqueles embates, pois dela, nossas fontes falam muito pouco, mas ainda assim a tarefa não é impossível. A partir de alguns fragmentos da documentação utilizada por nós neste trabalho, pretendemos criar um

⁹⁸ Humberto Mendes, representante político com bases em Palmeira dos Índios e sogro de Muniz Falcão.

quadro que, mesmo sem ser rico em detalhes, consiga nos introduzir ao espaço vivido por aqueles homens nos quase vinte anos de experiência democrática.

Essa opção de se observar a configuração das condições de vida e do espaço a partir de 1945, justifica-se à medida que como afirmamos acima, a primeira metade da década de 1960, objeto de nossa análise, suas convulsões e instabilidades, foram fruto de uma sequência de outras rupturas e avanços que se desenharam com o fim da II Grande Guerra e com a redemocratização ocorrida no Brasil, ocorridas em 1945.

Ainda que sem a riqueza de detalhes de que gostaríamos, os jornais da grande imprensa alagoana, entre 1961 – principalmente após a renúncia de Jânio Quadros – e 1964, traziam em suas edições diárias, constantes alarmes sobre os altos índices, recheando suas páginas com números e percentagens que o custo de vida no país estava atingindo. O que essa mesma imprensa não nos fala, pelo menos diretamente, é das condições precárias às quais estavam sendo submetidos os trabalhadores alagoanos. Apesar de não podermos dispor de um grande leque de informações sobre a vida dos trabalhadores no Estado, podemos colher algumas matérias no jornal do PCB alagoano *A Voz do Povo* sobre os infortúnios a que estavam submetidos a grande maioria da população trabalhadora alagoana.

Uma breve consideração antes de começarmos a exposição das matérias, é sobre a opção de tratar as informações encontradas de forma retrospectiva, uma que vez foi possível seguir um elo a partir do material colhido, demonstrando algumas continuidades entre o evento apresentado e sua conjetura anterior; além de poder perceber como havia uma semente da crise ao longo da metade de década de 1940 e da de 1950, que tomou grandes e irreversíveis proporções na década 1960. Uma ressalva a ser feita é que não há nenhuma intenção nossa de assumir uma perspectiva teleológica em que os eventos que se sucederam, obedeceram a uma ordem pré-estabelecida única em que não havia outras possibilidades e alternativas a serem seguidas. Nosso recurso foi apenas uma opção de exposição, que se inicia com uma matéria do jornal *A Voz do Povo* no olho do furacão de março de 1964, e finda com um relatório do DOPSE datado de 1947.

Em sua edição de 15 de março de 1964⁹⁹, o jornal *A Voz do Povo* denuncia que “como se não bastassem os suplícios de um altíssimo custo de vida e os arreganhos

⁹⁹ “Povo de Maceió vítima de falta de transporte” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVIII 15/03/1964 n.09. p. 1.

fascistas de um governo antipopular e de um prefeito irresponsável”, a situação problemática dos transportes coletivos, que aumentariam ainda mais a miséria e o desconforto dos habitantes de Maceió, e mais especialmente daqueles que trabalhavam.

Segundo o jornal, o problema era tão evidente, que nas horas de maior movimento cotidiano, estendiam-se enormes filas nos pontos de parada, onde as pessoas permaneciam bastante tempo “à espera que algum calhambeque carregue pelo menos a metade das pessoas que esperam insistentemente uma oportunidade para locomover-se até suas casas”. “Exemplo evidente disto nos dão as linhas Ponta da Pedra – Vergel e Centro – Gruta de Lourdes, onde depois das 11 horas e das 17 horas, é quase impossível se conseguir um ‘lugar ao sol’”.

Além deste problema, a questão se agravava mais segundo o jornal, ao considerar o estado dos ônibus em Maceió. “Na realidade, nosso povo é obrigado a pagar a taxa de Cr\$ 30,00 para enriquecer os donos de empresas do transporte e se submeter a andar nos verdadeiros calhambeques, perigosos e desconfortáveis que servem à nossa população”. Além de tais infortúnios, existiam setores de população que não eram servidos de coletivos, “como é o caso das pessoas residentes nas cercanias do Parque Gonçalves Lêdo, que têm ônibus para subir até suas casas, mas não os têm para descer à cidade”.

Diante do exposto na matéria, temos um forte indício de como a questão da mobilidade urbana na capital alagoana era problemática. Submetido a altos níveis de inflação e de uma aguda crise econômica, a população trabalhadora da cidade ainda enfrentava o descaso do poder público com os transportes.

A pobreza também foi relatada em sua essência nas páginas da *Voz do Povo*: em sua edição de 21 de abril de 1963, a reportagem “Vergel: miséria e atraso”¹⁰⁰ traça um perfil do que nos parece ser um dia do cotidiano do Bairro do Vergel em Maceió, um dos mais miseráveis – diga-se de passagem, situação que permanece até os dias de hoje – onde a pobreza revela uma das suas faces mais cruéis.

A matéria começa dando atenção às crianças: “Cantam os meninos do grupo e os pobrezinhos do Vergel se acabando de fome, os mosquitos sugando a última gota de sangue, a isma [sic] dando na cara, tudo sujo, sujeira, ‘sujeira? besteira, não é nada não seu moço’”. Na vida dessas crianças, o trabalho era aos poucos incorporado ao cotidiano: “As meninas as moças dentro da lagoa, tirando sururu, que de tão pequenas se arriscam a serem tragadas pelas ondas que a lagoa nunca possuiu meninas que nunca

¹⁰⁰ “Vergel: miséria e atraso” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 21/04/1963 n.14. p. 3.

viram alfabeto e fazem de conta que nunca sabem que é escola, pois estudar não poderá, isso de estudar é pra burguês, pobre não precisa de estudar”.

Para o jornal, ainda que conseguisse ir à escola, essas crianças nada conseguiriam aprender, pois “têm sono na aula, claro, tratam do sururu durante a noite, pelo dia só podem estar estafadas”. “A barriga vazia, ansiando pelo copo de leite das 10 horas, inquietos com a hora da saída, outros tristes, acabrunhados, são possuidores de um quociente intelectual baixíssimo, não conheceu nada, são surdos, são tímidos, são cegos, embora tenham boa visão e bom aparelho fonador”. Essas crianças, criadas como animais, sem assistência alguma, à mercê da vida, sofriram com a falta de assistência até “da própria mãe, pois esta, quando não é sururuzeira, está no chafaris até ao meio-dia, o sol pegando fogo, para conseguir tirar uma mísera lata de água ou então se torrando no cacimbão, lavando alguns molambos”.

As condições de moradias dessas pessoas, estampadas nas casas que ficavam à margem da lagoa ou “nos galpões e a ficha é geralmente a seguinte: casa de taipa coberta de palha não rebocada. Número de filhos 6 (no otimismo)”. “Nenhum frequenta a escola e são depauperados, sujos, amarelos, feridentos, nus (às vezes os de 7 ou 8 anos vestem um calção) e doentes, principalmente doentes de anemia, verminose, resfriado (isto é eterno) e sofre dos olhos”.

As péssimas, quando existentes, condições de trabalho, foram relatadas da seguinte forma:

O marido quando ainda vivo é pescador e ganha Cr\$ 200,00 diários (isso é maioria) e de vez em quando aparece com os pés inchados de frieiras ou então picado pelo que o obriga a ficar de cama, ardendo de febre. A mulher por sua vez fica em casa fazendo papa de leite para o penúltimo filho e amamentando o último quando não vai para o chafaris ou então lavar a roupa ou ainda para a lagoa pescar o sururu para comer ou vender. Mas, ainda são felizes... os que querem ainda assistem o programa de televisão!

E finaliza:

Só com uma pequena diferença dos que tem televisão em casa: é que os primeiros assistem com fome.

Assim mesmo ainda se fala em evolução bem verdade: estamos in...voluindo. Evolução só daqui a uns dias com um “R” na frente. É este o retrato fiel sem retoque da miséria dos moradores da margem da lagoa dos galpões do Vergel do Lago.

Triste retrato no qual observamos a miséria estampada no rosto de cada um destes pobres até de espírito; pois não puderam despertar onda a uma injustiça social donde vivem. É isto que se vê no seio da

cidade que sorri, mas, que sorri para os potentados privilegiados que vivem a custa da miséria alheia.

Até quando isto? Será que a vida toda vai circular na mente “coca-cola” dos detentores do poder econômico que estes pobres continuem sofrendo com resignação? É só rezar por um mundo melhor?

Apesar de a matéria se ater a um bairro específico da capital, não nos é difícil supor que em outros bairros habitados por trabalhadores, as condições de moradia não estivessem submetidas também a níveis de precariedade.

Mas mesmo com as adversidades, grupos de trabalhadores se organizaram para enfrentar as adversidades que se lhes apresentavam naquele momento. Organizados em seus sindicatos ou não, ligados ou não ao PCB, os trabalhadores alagoanos se mobilizaram, e essas mobilizações tomaram um lugar para ser o seu palco: o Parque Rodolfo Lins no centro da cidade.

Nas fichas do DOPSE, encontramos diversas referências a pessoas que tomaram parte em comícios nesta praça, como por exemplo, os operários têxteis Áureo Calazans de Albuquerque¹⁰¹ e José Conrado Alves¹⁰², o trabalhador do porto Luiz Gonzaga Alves¹⁰³ e os militantes históricos do PCB alagoano, Júlio de Almeida Braga¹⁰⁴ e seu filho Laudo Leite Braga¹⁰⁵. Nos momentos decisivos da atuação dos trabalhadores entre a crise da renúncia em agosto de 1961 e o comício das reformas de Maceió, realizado em 29 de março de 1964, e que já teve seus desdobramentos dentro da movimentação de tropas em Minas Gerais, foi desencadeado o golpe que depôs o presidente João Goulart da presidência.

Segundo Moura¹⁰⁶, é importante destacar mais duas localidades em Maceió: o bairro de Jaraguá e o distrito de Fernão Velho. Um dos primeiros e principais núcleos de povoamento da capital, no histórico bairro de Jaraguá está localizado o Porto de Maceió. Dividiam ainda o seu espaço, os bancos, a capitania do porto, armazéns, agência postal e telegráfica, as grandes casas comerciais do estado e, é claro, o prédio da alfândega, além do imponente prédio da Associação Comercial¹⁰⁷. Jaraguá era o local em que se realizavam os negócios mais importantes do estado, onde o poder econômico de Alagoas se encontrava. O bairro também serviu de morada para os trabalhadores do

¹⁰¹ DOPSE, Pasta 01, Ficha 12.

¹⁰² DOPSE, Pasta 02, Ficha 34.

¹⁰³ DOPSE, Pasta 02, Ficha 35.

¹⁰⁴ DOPSE, Pasta 07, Ficha 133.

¹⁰⁵ DOPSE, Pasta 07, Ficha 134.

¹⁰⁶ MOURA. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas*. Op. cit., p. 103-4.

¹⁰⁷ Idem.

porto, operários atuantes e de grande força política. Moura afirma que “em Jaraguá, os dois extremos da sociedade alagoana chocavam-se e dividiam o mesmo espaço: a classe dominante, detentora do capital comercial; e a classe trabalhadora, detentora da força de trabalho”.

No outro extremo da cidade estava o distrito de Fernão Velho, localizado nas margens da Lagoa Mundaú. Situado na parte mais baixa do Tabuleiro dos Martins, relativamente próximo ao já citado bairro de Bebedouro¹⁰⁸. Em Fernão Velho foi instalada a maior e mais antiga fábrica têxtil de Alagoas: a Fábrica Carmen. Moura aponta que “esta fábrica e sua vila operária foram responsáveis por aumentar drasticamente o índice demográfico do distrito”. Por sua localização, boa parte do operariado têxtil da fábrica “era formada de antigos pescadores transformados em operários em busca de melhores condições de vida”. Por conta da importância da fábrica e do número elevado de funcionários, o PCB formou uma célula no distrito e seus mais destacados militantes visitavam frequentemente a localidade.

No entanto, a ação dos trabalhadores não estava circunscrita a capital. O já mencionado Áureo Calazans de Albuquerque, além de José Gomes, eram operários da fábrica têxtil da cidade de Rio Largo. Deslocando-nos para o interior, surge das fichas o nome de Altair Nunes Almeida¹⁰⁹, funcionário dos Correios Telégrafos na cidade de Penedo. Outro carteiro, Lindauro Costa¹¹⁰, foi fichado devido as suas atividades na cidade de Pão de Açúcar, no extremo sertão alagoano.

Apesar de não dispormos de maiores dados sobre a atuação comunista em Penedo e em Pão de Açúcar, é imperativo apontar que essas duas localidades, distantes entre 200 e 250 km da capital, sendo que Penedo no sentido do litoral e Pão de Açúcar no sertão eram cidades onde havia fábricas têxteis. Moura aponta a cidade de Penedo localizada ao sul de Alagoas, situada às margens do rio São Francisco, fazendo divisa com Sergipe. Penedo foi um importante centro comercial alagoano, cidade próspera e de comércio vindouro. Um dos primeiros núcleos de povoamento do estado, a cidade sempre foi um importante polo comercial, principalmente por conta de sua privilegiada localização, na saída do rio São Francisco para o mar. Além da força comercial, a agricultura era diversificada e possuía uma fábrica têxtil¹¹¹.

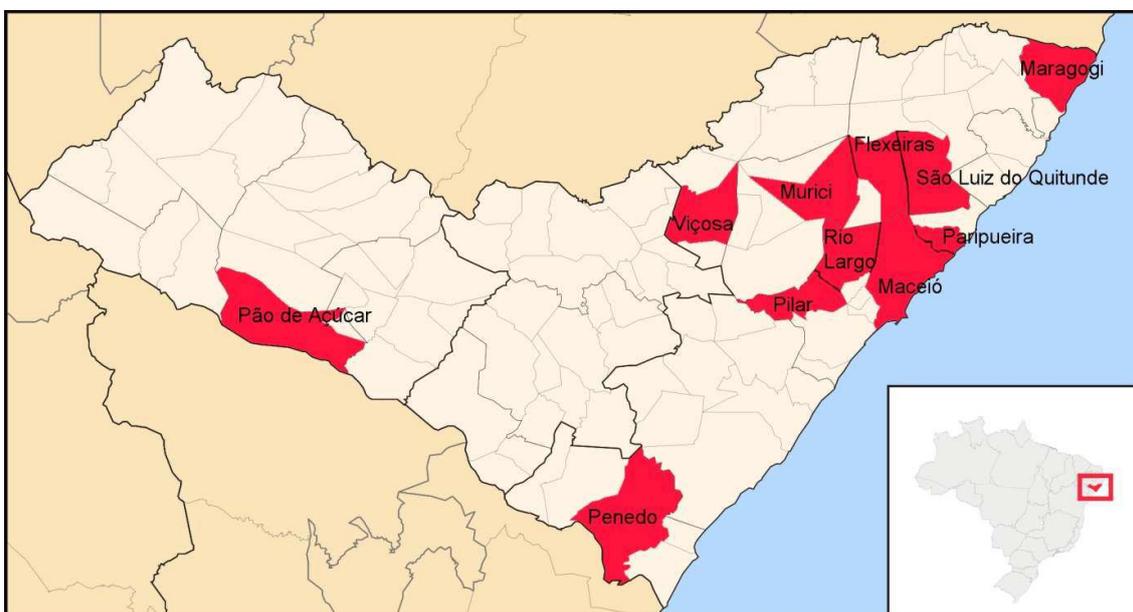
¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ DOPSE. Pasta 02, Ficha 22.

¹¹⁰ DOPSE. Pasta 12, ficha 232.

¹¹¹ MOURA. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas*. Op. cit., p. 97.

No mapa I¹¹² podemos ver como a atividade dos indivíduos indicados pelo DOPSE foi distribuída no Estado:



Mapa I: Municípios alagoanos com o registro de atuações comunistas.

De fato, a ação desses indivíduos naquele contexto já havia chamado a atenção da polícia política desde o fim dos anos 1940. Num relatório¹¹³ datado de 15 de dezembro de 1950, o delegado Murilo Cardoso de Santa, investigando a ação do PCB, apurou que “ainda na legalidade o Partido Comunista (seção de Alagoas), possuía neste Estado 3 importantes núcleos”. O núcleo principal estava localizado em Maceió, capital do Estado, e composto de 26 células. As células, segundo o delegado, estavam localizadas nos vários subúrbios da capital. Um pouco afastado desta cidade, existia também uma célula no centro industrial (Fábrica Carmen), em Fernão Velho, com apreciável número de militantes.

O segundo núcleo, conforme o delegado, de menor importância, segue-se o núcleo de Rio Largo, centro fabril; e o terceiro núcleo estaria no interior do Estado, na cidade de Penedo, relatado pelo delegado como um centro fluvial, industrial e agrícola. As demais células achavam-se espalhadas nos municípios alagoanos, “preferindo os vermelhos, as localidades onde existiam fábricas de tecidos, de charutos, de manteiga, etc”.

¹¹² Agradeço a Anderson Moura pela gentileza em me ceder os mapas que utilizei. Os mesmos foram retirados da sua Dissertação de Mestrado já citada neste trabalho.

¹¹³ DOPSE. Pasta dos Estados 02 – Alagoas. cx. 605, fls. 28.

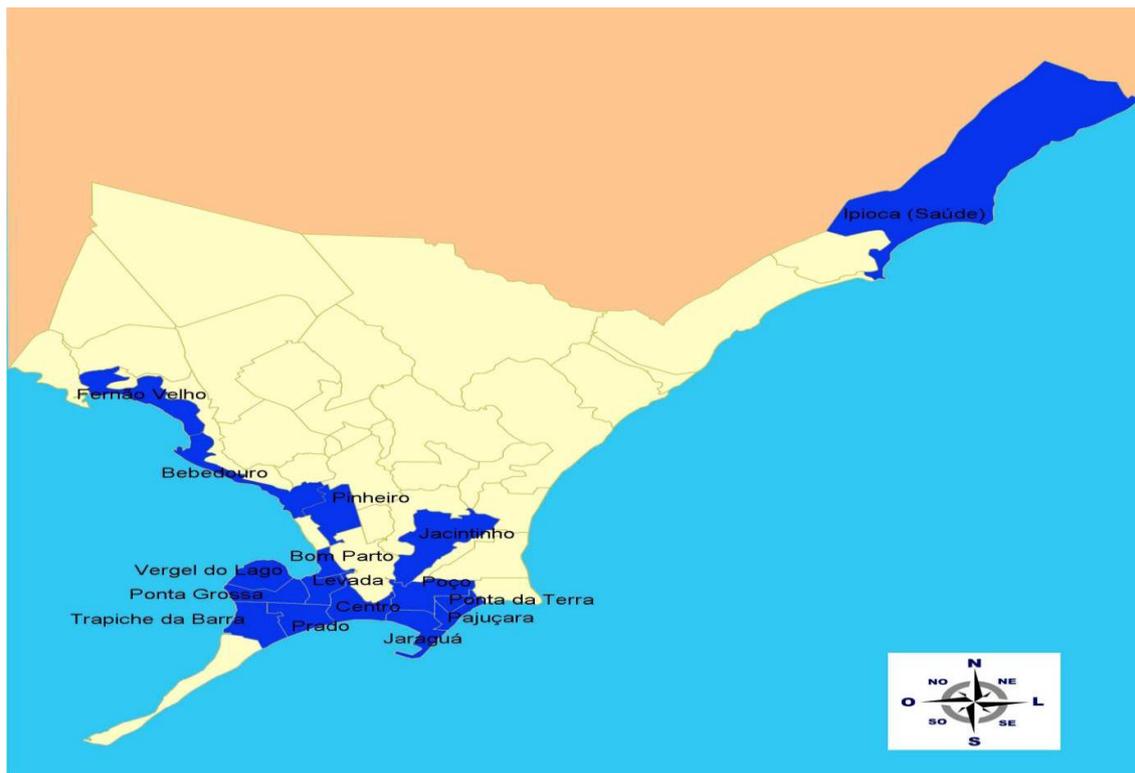
O delegado aponta que as organizações comunistas “atuavam nos meios industriais, serviços públicos e transportes, não se tendo notícia de que agissem entre as forças armadas”. “Próximas às eleições” – acreditamos que provavelmente as de outubro de 1954 – “nenhuma manifestação até agora se verificou quanto à orientação dos comunistas, em face das próximas eleições, não se tendo igualmente notícia das diretrizes bolchevistas na eventualidade de guerra do Brasil contra a Rússia”.

O delegado faz menção ainda ao fato do PCB estar proibido de editar o seu jornal, *A Voz do Povo*, “através do qual faziam eles a sua perniciosa propaganda. Suspensa a circulação do referido jornal, os bolchevistas lançaram mão de avulsos mimeografados, boletins tipografados e divulgação clandestina de jornais comunistas procedentes do Rio de Janeiro e de Recife”. Sua atenção se volta para a arregimentação uma vez que “a tática comunista é multiforme”:

São vários os métodos usados pelos extremistas para arregimentar adeptos. Utilmente faziam essa arregimentação através de campanhas “Pró-Paz”, “Interdição da Bomba Atômica” e “Luta na Coréia”. Essas campanhas eram realizadas por meio de boletins, distribuídos em comícios de partidos políticos regularmente cadastrados.

O delegado conclui o seu relatório afirmando que depois da cassação do registro e cassação dos mandatos de seus parlamentares, os comunistas “inauguraram novos e sutis métodos de propaganda, logo, porém, desmascarados pelas autoridades”. Ele reconhece que os núcleos comunistas exerciam influência notável nos meios operários, especialmente nos centros fabris. Reunindo-se clandestinamente e sempre perseguidos, “os bolchevistas com os seus núcleos e células aparentemente desorganizadas, não se mostram muito eficientes nos seus esforços antidemocráticos para o cumprimento das diretrizes partidárias”. No fim deste ofício do delegado, estima-se a existência de dois mil comunistas em Fernão Velho. É um número impressionante, mas há que se subtrair os possíveis equívocos, como aqueles que foram taxados de comunistas apenas por apoiarem alguma causa ou participar de algum movimento, como uma greve.

No Mapa II segue uma visão dos bairros da cidade de Maceió onde residiam os indivíduos citados nas fichas:



Mapa II: Locais de residência dos comunistas apontados nas fichas pessoais.

1.3 As eleições de 1960

Nas eleições de outubro de 1960 foram postas no tabuleiro as peças cujo jogo teria início pouco menos de um ano depois. Naquela ocasião, era visível o esgotamento do estilo político de improvisação do então presidente Juscelino Kubitschek, que via surgir no fim de seu mandato uma crise econômica e a ascensão das massas na cidade e no campo, criando sérias dificuldades para o governo encontrar um candidato à sucessão presidencial que pudesse dar continuidade à sua política desenvolvimentista. A tentativa de aproximação da aliança PSD-PTB com a UDN, o maior partido da oposição, foi rechaçada por Carlos Lacerda, um dos principais líderes udenistas, que defendia o nome de Jânio Quadros para candidato do partido à presidência da República.

Em primeiro lugar, levantou-se a hipótese de o PSD não apresentar candidato próprio nas eleições presidenciais de 1960. Apontava-se que para JK seria melhor para o partido não concorrer, uma vez que, dada a difícil situação econômico-financeira do país, o próximo presidente teria que adotar uma política de austeridade monetária e de restrição fiscal que certamente lhe renderia forte impopularidade.

Para que essa parte da estratégia desse certo, seria preciso afastar todos os nomes do PSD que pudessem ter uma voz suficientemente forte dentro do partido para postular a candidatura presidencial em 1960. José Maria Alkmin e Ernani do Amaral Peixoto, candidatos em potencial, foram deliberadamente afastados das esferas centrais do poder e, por isso mesmo, viram-se incapacitados de articular suas candidaturas dentro do partido. A segunda possibilidade discutida – talvez mais polêmica que a de o PSD não apresentar candidato – seria a realização de uma aliança com a tradicional adversária UDN em torno de um nome de "união nacional". O preferido de JK era Juraci Magalhães, que havia buscado, durante o período em que fora presidente do partido opositor (1957-59), um entendimento com a Presidência da República, até mesmo favorecendo a aprovação da mudança da capital para Brasília.

Foi nesse cenário que despontou a figura de Jânio Quadros nacionalmente. Quadros havia se projetado na vida política de São Paulo devido à sua eficiência administrativa e à sua independência com relação aos partidos¹¹⁴. Em abril de 1959, foi lançado candidato à presidência pelo recém-fundado Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), de caráter suprapartidário. Nesse mesmo mês, a convenção nacional do Partido Trabalhista Nacional – PTN escolheu-o como seu candidato à sucessão presidencial. Em novembro do mesmo ano, mais três pequenos partidos, o Partido Libertador – PL, o Partido Democrata Cristão – PDC e o Partido Republicano – PR apoiaram a sua candidatura¹¹⁵.

Enquanto isso, o PSD e o PTB, empenhados em manter a aliança vitoriosa em 1955, decidiram-se pelo nome do marechal Henrique Teixeira Lott para cabeça da chapa que disputaria a presidência da República. Dentro do PTB, o vice-presidente João Goulart despontava como o nome natural para concorrer uma vez mais ao cargo, embora enfrentasse forte resistência nos setores conservadores do PSD e nos meios militares. Mesmo assim, foi escolhido para o cargo, durante a convenção nacional do PTB, realizada em maio de 1959¹¹⁶.

As atenções voltavam-se agora para a UDN, que começava a vislumbrar na candidatura de Jânio Quadros a oportunidade de derrotar a oligarquia pessedista e o

¹¹⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

¹¹⁵ *Ibidem*. pp. 231-234.

¹¹⁶ *Idem*.

trabalhismo em ascensão. Derrotando Juraci Magalhães, tachado de líder dos "chapas-brancas" – como eram chamados os deputados que apoiavam os projetos do governo – Jânio, que era apoiado pela "Banda de Música", com Carlos Lacerda à frente acabou vencendo a disputa e saiu candidato a presidente. Ao mesmo tempo em que aceitou ser candidato, Quadros impôs como condição independência em relação às negociações partidárias. De fato, Jânio já havia ganhado o apoio de diversos partidos de pouca expressão eleitoral e, ao mesmo tempo, demonstrava muita tolerância com relação ao Movimento Jan-Jan, iniciativa de caráter não oficial, surgida ainda em 1959, e que lançara Jânio para presidente e Jango para vice, ambos efetivamente eleitos em outubro de 1960.

As dificuldades entre Jânio e a UDN, que marcariam o curto governo janista, já se faziam presentes durante a campanha presidencial. Com relação à política econômica, ele prometia se empenhar no controle da inflação e no saneamento das finanças públicas, aliados ao desenvolvimento econômico; defendia o fortalecimento da Petrobrás e o controle das remessas de lucros para o exterior, aproximando-se, assim, das teses defendidas pelo PTB. Mas era, sobretudo, seu posicionamento em relação à política externa que o distanciava da UDN. A visita que fez a Cuba, em março de 1960, quando demonstrou simpatia pela experiência socialista em curso naquele país, deixou claro esse distanciamento¹¹⁷.

Jânio Quadros venceu as eleições presidenciais de outubro de 1960, tendo recebido 48% dos votos do eleitorado, contra 32% dados a Henrique Teixeira Lott e 20% a Ademar de Barros. Tomou posse, juntamente com João Goulart, no dia 31 de janeiro de 1961. Após 15 anos de domínio do PSD, a oposição finalmente chegava ao poder, embora com uma bancada minoritária no interior do Congresso. Em pouco tempo, instalou-se o conflito entre o Executivo e o Legislativo, que levaria o país à grande crise de agosto de 1961, cujo ápice foi a renúncia de Quadros e o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente Goulart¹¹⁸.

Em Alagoas, as disputas pelo governo do Estado em 1960 colocaram os nomes de três candidatos ligados ao governador Muniz Falcão, Abraão Fidélis Moura do PSP,

¹¹⁷ BENEVIDES. *A UDN e o udenismo*. Op. cit., pp. 113-118.

¹¹⁸ Idem.

Silvestre Péricles pelo PDC e Ari Pitombo representando uma aliança entre PSD e PTB, contra o candidato da chapa UDN/PL, o então major Luiz de Sousa Cavalcante¹¹⁹. Na eleição para governador, em 3 de outubro de 1960, a disputa interna ao grupo de Muniz Falcão provocou uma divisão que inviabilizou o lançamento de uma única candidatura, ao contrário, lançaram-se três candidatos. O resultado foi a vitória do candidato da UDN. O Major Luiz Cavalcante, embora tenha perdido para Silvestre Péricles na capital e para Abraão Moura no interior do estado, dois dos três candidatos vinculados a Muniz Falcão, no cômputo geral ganhou a eleição por pequena margem de votos. O resultado das eleições de 1960 foi: para Governador o Major Luiz de Souza Cavalcante, registrado pelo PL e UDN, eleito com 38.915 votos; Abraão Fidélis de Moura, registrado pelo PSP, com 37.213 votos; Silvestre Péricles de Góes Monteiro, registrado pelo PDC, com 31.020 votos; Ari Boto Pitombo, registrado pela aliança entre o PTB e o PSD, com 7.938 votos; Votos em branco – 3.632; Votos nulos – 5.201; Total – 123.919¹²⁰.

Quadro I

Major Luiz Cavalcante (UDN-PL-PTN)	38.915 votos
Abraão Fidélis de Sousa (PSP)	37.213 votos
Silvestre Péricles de Góes Monteiro (PDC)	31.020 votos
Ari Pitombo (PSD-PTB)	7.938

Eleições para governador do Estado em 03 de outubro de 1960

Luiz Cavalcante, nascido em 1913 no município alagoano de Rio Largo, começou sua carreira política quando foi convidado pelo então governador Arnon de Mello, para ser diretor da CER – Comissão de Estrada de Rodagens. Sua carreira política começou em 1954, pela UDN, quando foi suplente do Senador Rui Palmeira. Em 1958, pelo Partido Liberal (PL), foi eleito Deputado Federal. Em 1961 foi eleito ao cargo de Governador do Estado e convocou para compor o seu secretariado homens sem grande experiência, recém-saídos da faculdade: Divaldo Suruagy para a Secretaria da Fazenda; José de Melo Gomes, Secretário de Viação e Obras e; Everaldo Macedo,

¹¹⁹ MELO, Airton de Souza. *Operários têxteis: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFPE, Recife, 2012. p. 47.

¹²⁰ SÁ JÚNIOR, Heider Lisboa de. *A Justiça Eleitoral em Alagoas*. Maceió: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, 2008, pp. 195-196.

Secretário do Gabinete Executivo. Porém nesta composição também entraram dois homens de grande experiência, que foram o Dr. Deraldo de Souza Campos, Secretário da Educação e o Dr. Ib Gatto Falcão, Secretário de Saúde. Estes últimos, juntamente com o Secretário de Segurança Cel. João Mendes Mendonça, compunham o grupo de confiança de Luiz Cavalcante¹²¹.

Salvo o reconhecimento que Luiz Cavalcante prestava a estas personalidades, tanto os mais jovens quanto as mais experientes, devemos nos deter no fato do “governo do Major” ter ainda em seu início um cenário nacional que ainda vivia a euforia do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek e que incorporava a filosofia Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL. Isso significava que o desenvolvimento e o planejamento regional seriam elementos a ser impulsionados através da implantação de um órgão de supervisão regional, que se intitulou de Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. No entanto, após a posse de Jânio Quadros em janeiro de 1961, cessou o apoio à continuidade do plano de metas, que deveria completar nesta época, por volta de 6 anos de execução. Com a renúncia repentina do presidente, assumiu o governo o então Vice-Presidente João Goulart. O país, a partir daí, viveu um momento de instabilidade e a instituição de um regime parlamentarista entre setembro de 1961 e janeiro de 1963¹²².

Nos anos de 1961 a 1962, a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas realizou um seminário socioeconômico, do qual resultou um documento: o Diagnóstico Socioeconômico do Estado de Alagoas¹²³. Este documento analisava de forma detalhada a situação do Estado em todos os seus segmentos socioeconômicos, o que acabou sendo um grande subsídio para a elaboração do Plano Trienal do governo Luiz Cavalcante. Segundo Luiz Antonio Palmeira Cabral¹²⁴, este plano se resumia nas seguintes diretrizes:

1. Planejamento e ação governamental;
2. Análise econômica e social de Alagoas;
3. Análise da situação financeira do Governo Estadual;
4. Recursos para o Planejamento;

¹²¹ ALVES SANTOS, James Washington. *O Poder dos Militares nas “Mãos” de um Civil: Ditadura Militar e o 1º Governo Suruagy em Alagoas*. Maceió: UFAL, 2009 (Mímeo). p. 1.

¹²² Idem.

¹²³ ALAGOAS, Estado de. *Seminário Socioeconômico de Alagoas*. Maceió: Federação das Industrias do Estado de Alagoas/SUDENE/Governo do Estado. 1961.

¹²⁴ CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. *Planos de desenvolvimento de Alagoas: 1960-2000*. Maceió/AL, Edufal, 2005.

5. Objetivos setoriais;
6. Dispêndios necessários;
7. Programas setoriais.

O documento representou basicamente um excelente estudo da conjuntura socioeconômica e da situação financeira do Estado. Foi assim um importante instrumento de fixação dos objetivos a serem alcançados pelo governo, por meio dos vários departamentos estaduais e entidades autônomas, com o sentido de racionalizar a administração pública.

Lançado em 31 de dezembro 1962, o Plano Trienal lançado por Cavalcante ao mesmo tempo em que se alinhava com o Plano Trienal de Desenvolvimento lançado pelo governo federal, procurava transformar Alagoas num Estado com projeção nacional no que se refere à gestão de alguns setores, como: Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social.

No quadro de realizações do governo Luiz Cavalcante, destacamos a construção de cerca de 200 escolas de 1º e 2º graus, além da restauração de outros estabelecimentos de ensino, aumentando assim o número de salas de aula e de alunos matriculados. No APA estão disponíveis os relatórios sobre as inaugurações de escolas ocorridas na sua administração. Na área da Saúde, a conclusão e aparelhamento de hospitais públicos tanto na capital quanto no interior. Na Segurança Pública, o fortalecimento da Polícia Militar em todo o Estado e a conclusão do presídio na capital. Por fim, no campo da Assistência Social, onde promoveu o assentamento e a construção de casas populares nas cidades de Maceió, Rio Largo e União dos Palmares.

Os grandes objetivos a serem alcançados com a execução do plano estavam divididos em: melhoria das condições do homem, incluindo saneamento, saúde pública, habitação, serviço social, educação e cultura, recreação, justiça e segurança. No campo da Infraestrutura foram contempladas a implementação de energia elétrica e rodovias, além da expansão agrícola e industrial, tendo como metas específicas o desenvolvimento agrícola, o desenvolvimento industrial e o Banco da Produção.

Ainda segundo Cabral¹²⁵, a dimensão econômica foi a mais privilegiada do plano, contemplada com 56,09% dos investimentos previstos, dos quais 34,72% representavam ações de Infraestrutura econômica, especificamente energia e transportes

¹²⁵ Ibidem. p. 55.

rodoviários”. A distribuição setorial dos recursos procurava atender também a programas do governo federal. O governo do Estado destinava as maiores quantias para os setores que visavam mais diretamente melhoria das condições de vida da população, enquanto os recursos federais eram destinados, em sua maioria, aos setores de infraestrutura, que de forma geral, tiveram um maior volume de recursos.



Capas dos respectivos documentos elaborados pelo governo Luiz Cavalcante.

No entanto, é importante salientar que todas essas ações foram realizadas sob diretrizes bem específicas. Entre os anos de 1961 e 1964, encontramos em diversas matérias no jornal *Folha de São Paulo* e no próprio *Diário Oficial* de Alagoas, matérias sobre o estabelecimento de convênios entre o governo alagoano e a *Aliança para o Progresso*¹²⁶, o que revela um traço importante da administração de Luiz Cavalcante: a adoção de uma política de *modernização conservadora* do aparelho do Estado em Alagoas¹²⁷.

¹²⁶ A *Aliança para o Progresso* foi um projeto do governo dos EUA desenvolvido a partir de 1960, para conter o avanço do comunismo no Brasil no início da década de 1960. Sobre o assunto ver SILVA, Vicente Gil. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política. (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFRGS, Porto Alegre, 2008.

¹²⁷ Apesar de termos encontrado outras matérias entre 1961 e 1964, gostaríamos de fazer menção a uma específica. Exatamente depois de consumado o golpe civil militar, no dia 05 de abril de 1964 a *Folha de São Paulo* publicou uma matéria sobre o convênio estabelecido entre os EUA e o governo de Alagoas

Ligada ao conceito gramsciano de “revolução passiva”, a modernização conservadora acontece quando a modernização capitalista passa por transformações de ordem estrutural em que não necessariamente há uma redistribuição de papéis na ordem social¹²⁸. No caso brasileiro do século XX, por um lado, gradualmente “pelo alto”, a grande propriedade latifundiária transformara-se em empresa capitalista agrária e; por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social¹²⁹. Ambos os processos foram incrementados pela ação do Estado: ao invés de ser resultado de movimentos populares, ou seja, um processo político dirigido por uma burguesia revolucionária, que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado.

Nesse sentido, para Coutinho, todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo – desde a Independência política ao golpe de 1964, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 1930 – encontraram uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e antipopular¹³⁰.

Esse processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular realizada a partir “de baixo”, implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical “de baixo para cima”) e o da “renovação” (na medida em que muitas das demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes).

Não seria difícil apontar nas principais transformações brasileiras que ocorreram “pelo alto” a presença destes dois momentos: como reações a movimentos populares, reais ou potenciais, as classes dominantes empenharam-se em “restaurações” que, em última instância, produziram importantes modificações na composição das classes e prepararam o caminho para novas transformações reais. Tomando como exemplo a

através da *Aliança para o Progresso* para a entrega de recursos para os programas de educação básica e habitação popular. Citado em “Aliança fornece recursos para a educação e habitação” In: *Folha de São Paulo*, 05/04/1964, p. 17.

¹²⁸ COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira” In: *Gramsci e seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹²⁹ *Ibidem*. p. 196.

¹³⁰ *Idem*.

instauração da ditadura de Vargas em 1937, Coutinho aponta que naquele período, o movimento operário lutava pela conquista de direitos políticos e sociais, enquanto as camadas médias urbanas emergentes exigiam uma maior participação política nos aparelhos de poder (de certa forma, a mesma conjuntura vivida no país no início da década de 1960)¹³¹.

Coutinho analisa que após a tentativa de golpe em novembro de 1935, orquestrada pelo PCB e por um pequeno grupo de tenentes de esquerda; e o consequente fracasso dessa empreitada, reprimido com extrema facilidade pelo governo, esse episódio será o principal pretexto para a instauração da ditadura de Vargas. Contudo, apesar de seu caráter repressivo e de sua cobertura ideológica de tipo fascista, o Estado Novo varguista promoveu uma acelerada industrialização no país, com o apoio da fração industrial da burguesia e da camada militar; além disso, promulgou um conjunto de leis de proteção ao trabalho, há muito reivindicado pelos trabalhadores, só que ao preço de impor uma legislação sindical corporativista, que vinculava os sindicatos ao aparelho estatal e anulava sua autonomia. Portanto, a ditadura de Vargas pode ser definida como uma “revolução passiva” ou “restauração progressista”¹³².

Essas indicações valem em grande medida para compreender os objetivos do regime ditatorial instaurado no Brasil depois de 1964. As forças produtivas da indústria, através de uma forte intervenção do Estado, desenvolveram-se intensamente, com o objetivo de favorecer a consolidação e a expansão do capitalismo monopolista. A estrutura agrária, por seu turno, mesmo conservando o latifúndio como eixo central, foi profundamente transformada, sendo hoje predominantemente capitalista¹³³.

No entanto é importante amarrar alguns pontos. Não é nossa intenção, de maneira alguma, afirmar que Alagoas entrou na ditadura antes do resto país. Nossa intenção é apenas demonstrar como o binômio *repressão e modernização conservadora*, que foi o lema dos governos que desenrolaram a partir de abril de 1964, já se manifestava em Alagoas desde 1961 a partir de um governo eleito democraticamente. Luiz Cavalcante, à medida que representava um bloco composto por liberais conservadores, oligarquias ligadas ao setor agrário e um segmento militar igualmente conservador, promoveu uma política que ainda que retoricamente se dirigisse “as classes trabalhadoras”, excluía a estas últimas, de forma que as mobilizações

¹³¹ Ibidem. p. 199-200.

¹³² Idem.

¹³³ Ibidem. p. 201.

empreendidas pelos trabalhadores, organizados em sindicatos ou não, eram muitas vezes tachadas de subversão, ou de *comunização* como se verá mais a frente.

A relação entre civis e militares na política, principalmente no século XX, é um tema delicado que gostaríamos, a partir da tentativa de explicação por alguns autores, tecer algumas considerações. Considerando a realidade brasileira, Jacob Gorender¹³⁴ aponta que suas contradições internas e intervenções políticas são inexplicáveis sob o enfoque de um fato único. Segundo o autor, o comportamento histórico das Forças Armadas se compreenderia de maneira coerente observando-se três fatores principais: a) o instrumental – as Forças Armadas como órgão coercitivo supremo do Estado burguês; b) o organizacional – as Forças Armadas como instituição total, cuja estrutura se baseia na hierarquia e na disciplina rígida e tende à autopreservação; c) a origem de classe – como segmento da classe média, a oficialidade das Forças Armadas se inclina a refletir o estado de espírito dessas camadas intermediárias com viés profissional próprio¹³⁵.

Estes três fatores atuariam em conjunto e poderiam levar a comportamentos divergentes ou unificados. Embora distintos, aproximar-se-iam intimamente. A defesa do Estado burguês implicaria a integridade da organização militar, ao passo que sua autopreservação é imprescindível à defesa desse mesmo Estado. Embora o ideal proclamado fosse o do bloco monolítico, as Forças Armadas não estiveram e não estão isentas de contradições ao nível de cada um dos três fatores. Quando as contradições engendram conflitos, o fator institucional se sobrepõe no sentido de conduzir à prevalência da coesão funcional através do cimento hierárquico-disciplinar.

Gorender conclui que, durante o governo Goulart, o antipopulismo e o anticomunismo motivaram o processo de unificação da grande maioria da oficialidade das Forças Armadas contra a minoria de oficiais comprometidos com a frente nacionalista e democrática. Os três fatores principais determinantes no comportamento das Forças Armadas impeliram no sentido da mesma reação conservadora, antidemocrática e autopreservadora. Dessa forma, o “caráter democrático das Forças Armadas”, vinculado a sua origem de classe, estaria submetido aos outros dois fatores – o instrumental e o institucional – ainda combinados com a componente autoritária na ideologia da classe média, muito especialmente no segmento militar¹³⁶.

¹³⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: das ilusões perdidas a luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

¹³⁵ *Ibidem*. p. 53-4.

¹³⁶ *Ibidem*. p. 54.

Outra contribuição é a de João Roberto Martins Filho, afirmando que o golpe de 1964 e sua conjectura imediatamente anterior deixaram tragicamente claro que as forças políticas civis – a direita ou a esquerda – pecaram ao subestimar a capacidade das Forças Armadas de intervir de maneira autônoma nos destinos do país¹³⁷. Nesse sentido, não apenas a vitória do movimento golpista, mas a forma como os chefes militares trataram seus aliados da classe política depois da derrubada do regime civil.

Martins Filho situa a origem desses equívocos de previsão no processo político brasileiro inaugurado em 1930, mas cujas características mais importantes amadureceram basicamente durante a década de 1950, sob o signo da guerra fria¹³⁸. O segundo o autor, a visão mais influente desse período, defende que até 1964, os militares “aceitaram voluntariamente um papel secundário na condução do país”¹³⁹. Em diferentes versões, ela parte de algumas ideias simples e básicas. Por um lado, afirma que “são as forças civis as responsáveis únicas pelas mazelas do sistema político inaugurado em 1930, consolidado em 1937 e parcialmente mantido na democracia 1945-64”¹⁴⁰. Por outro, defende que são essas mesmas forças as grandes culpadas pelas intervenções militares na vida política.

Procurando oferecer uma visão alternativa capaz de explicar a dinâmica da participação militar durante o período democrático, o autor demonstra como as Forças Armadas constituíam parte integrante e indissociável do poder político desde 1930 e, principalmente, depois de 1937. No período pós-45, elas não dependeram dos civis para definir seus inimigos, suas doutrinas e seus objetivos de unidade institucional e influência direta nos rumos do país. A ideia de que na década de 1950 os militares se autolimitavam a um papel secundário não parece resistir, assim, nem à análise da evolução de suas ideias, nem a de sua participação política¹⁴¹.

Divididos em dois grupos, um mais militante e ativo na oficialidade e outro cuja principal área de ação era os bastidores da política, o campo militar conservador, apesar de suas diferenças, unificavam-se nos momentos críticos, graças ao seu anticomunismo e antinacionalismo.

¹³⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe.” In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O Brasil Republicano*. Op. cit.

¹³⁸ Ibidem. p. 97.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Ibidem. pp. 99-100.

¹⁴¹ Ibidem. p. 121.

Assim, as motivações de Luiz Cavalcante à frente do governo e acima de tudo sua prática se encontraria na encruzilhada entre a sua origem social – a dos militares conservadores – e a sua vinculação política a chapa pela qual se elegeu: a da UDN/PL. Benevides ao analisar os aspectos da política social da UDN entre 1945 e 1964, afirma que o programa udenista teria algumas referências básicas: a herança doutrinária dos seus primeiros elaboradores; a tendências “ideológicas” majoritárias, em termos de política econômica e social; da imagem que o partido tem interesse de ver projetada; e, sobretudo, das contradições que revelam a defasagem entre a letra e a prática¹⁴².

Benevides prossegue afirmando que se a UDN não foi integralmente um partido de notáveis, nunca chegou a ser, evidentemente, um partido de massas. O partido do “lenço branco e das senhoras enchapeladas do Comício do Pacaembu em 1945, é o mesmo do caminhão do povo, das Caravanas da Liberdade, em 1960”¹⁴³. Mudara apenas a tática, pois o partido mantinha a mesma visão elitista quanto às questões cruciais da sociedade, sobretudo do ângulo dos interesses das classes populares.

A oposição da UDN à prática sindical como um todo – embora defendesse, teoricamente, a autonomia sindical – decorria de sua “vigilância em relação à subversão”. Qualquer atuação política dos sindicatos era vista como manipulada pelos comunistas; logo, deveria ser atacada¹⁴⁴.

É se colocando deste lado do tabuleiro que Luiz Cavalcante e o bloco político ao qual estava vinculado, verão a organização dos trabalhadores atingir um nível de mobilização inédito até então, experiência essa, crescente a partir do ano de 1961, e que só foi freada pela deflagração do movimento civil-militar em abril de 1964.

¹⁴² BENEVIDES. *A UDN e o udenismo*. Op. cit., p. 180-1.

¹⁴³ Ibidem. p. 181.

¹⁴⁴ Idem.

Capítulo 2 – Esquerda em movimento: comunistas e trabalhadores no início da década de 60.

*“Por favor, não pergunte nomes, mas corrija os seus erros, não seja mais tão inflexível, contra esse tribunal não é possível se defender, é preciso fazer uma confissão. Na próxima oportunidade, faça essa confissão.”
(Franz Kafka, O Processo)*

Uma das consequências do golpe civil-militar de março de 1964 foi o estancamento da democracia, que se expressava pela demanda da ampliação da cidadania dos trabalhadores urbanos e rurais¹⁴⁵. No triênio 1961/1963, o sindicalismo brasileiro alcançou um de seus momentos de mais intensa atividade. Enquanto nos anos de 1958 a 1960, sob o governo Juscelino Kubitschek, ocorreram cerca de 180 greves, nos três primeiros anos de Goulart, foram deflagradas mais de 430 paralisações¹⁴⁶. Nesse mesmo período, diferentes organizações de coordenação dos sindicatos, no plano regional e nacional foram criadas. Embora proibido pela rígida legislação sindical vigente, o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT teve uma destacada atuação na cena política brasileira. Juntamente com outras centrais sindicais de menor vulto, o CGT foi responsável pelas primeiras greves explicitamente de caráter político na história brasileira¹⁴⁷.

Caio Toledo afirma que, “para afronta dos setores de direita, as lideranças do CGT eram recebidas em Palácio pelo presidente da República e reconhecidas como interlocutoras de importantes dirigentes partidários.”¹⁴⁸ A imprensa conservadora designava o CGT como o “quarto poder”, reforçando o fantasma, forjado na época de Vargas, de que Goulart visava instituir no país uma “Republica sindicalista”¹⁴⁹.

Durante todo o período, foi muito estreita a vinculação do CGT com o governo Goulart. Embora não se possa afirmar que tenha sido apenas “massa de manobra” do governo – pois reivindicava sua autonomia – o CGT colaborou estreitamente com Goulart, apoiando-o abertamente na maioria de suas iniciativas políticas. Tal

¹⁴⁵ Cf. TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia.” *Revista Brasileira de História*. 2004, vol.24, n.47, pp. 13-28.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 19-20.

¹⁴⁸ Cf. TOLEDO. “O golpe contra as reformas e a democracia.” In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, p 71.

¹⁴⁹ Idem.

compromisso era justificado pelo fato de a ideologia nacional-desenvolvimentista, elaborada pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB e hegemônica dentro do CGT, ser convergente com as propostas reformistas de Goulart.

A luta pela cidadania política dos trabalhadores do campo também se constituiu numa realidade nova na história social do país. As *Ligas Camponesas*, que notabilizaram o advogado e deputado federal Francisco Julião, nasceram das lutas de resistência de pequenos agricultores não-proprietários contra a tentativa de expulsão das terras onde trabalhavam; de 1959 a 1962, as Ligas tiveram uma acelerada expansão em todo o Nordeste. Elas contestavam a dominação política e econômica à qual as populações rurais estavam secularmente submetidas. Em algumas localidades, ocorreram conflitos armados entre camponeses e proprietários de terras; lideranças camponesas eram perseguidas a mando dos latifundiários, alarmados com a politização das massas rurais¹⁵⁰.

Extensas reportagens, em revistas e jornais do Brasil e do exterior, informavam seus leitores acerca da ação e dos objetivos, subversivos e revolucionários, das Ligas Camponesas. O nordeste, faminto e sedento, estaria a um passo de uma radical e violenta “guerra camponesa”, era a conclusão a que se chegava com essas alarmistas reportagens da grande imprensa¹⁵¹.

Outras reivindicações políticas visavam o alargamento da democracia liberal vigente no país: entre elas, o direito de voto aos analfabetos, o direito dos setores subalternos das forças armadas de postularem cargos eletivos (a carta de 1946 lhes vedava este direito) e a legalidade do PCB, posto fora da lei desde 1947. Embora alguns de seus membros conseguissem ser eleitos por outros partidos, tivessem lideranças em sindicatos, editassem revistas e semanários, o PCB não podia realizar seus encontros e reuniões senão de forma clandestina e estava sob permanente repressão policial. A inexistência do pluralismo ideológico se constituía no pré-64 numa séria deformação da democracia política existente no país¹⁵².

¹⁵⁰ Sobre o assunto ver MONTENEGRO, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução.” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Org.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (O Brasil Republicano; v. 3).

¹⁵¹ Cf. TOLEDO. “O golpe contra as reformas e a democracia.” Op. cit., p. 72.

¹⁵² Ibidem. p. 73.

E é justamente no início da década de 60, que de acordo com Marco Aurélio Santana¹⁵³, observar-se-á os comunistas trabalhando intensamente no movimento sindical, talvez como nunca o fizeram antes. Eles ocuparam a direção, em parceria ou isolados, das principais instituições sindicais do país e, mais uma vez, ainda que na ilegalidade, influenciaram a vida política nacional, participando ativamente de todos os movimentos que sacudiram a política no início dos anos 1960. A turbulência foi de tal ordem que a ameaça do que se chamou “República Sindicalista” foi utilizada para justificar a precipitação do golpe civil-militar de 1964.

A partir das mudanças ocorridas na política geral do partido, marcadamente com a Declaração de Março de 1958, a linha geral de orientação dos comunistas no movimento sindical incorporou práticas que já vinham acompanhando a trajetória do partido no campo sindical. O PCB intensificou sua relação com outros setores militantes no meio operário, principalmente com o nacionalista e reformista do PTB, buscando consolidar sua atuação nos locais de trabalho e sindicatos. Com mais sucesso que em outros períodos, o partido contribuiu para a forte inserção do movimento sindical na arena política do país¹⁵⁴.

Desde o IV Congresso em 1954, o partido seguia incentivando alianças, ressaltando que lhe cabia, porém, estar em “frente às massas”, impedindo qualquer aventura ou ação que o isolasse e facilitasse “os golpes do inimigo”. Com efeito, ao contrário do que fizera na campanha de Vargas, em 1950, quando indicara o voto branco, o PCB se empenhou na campanha de Juscelino Kubitschek em 1955, abandonando na prática a retórica de enfrentamento¹⁵⁵.

¹⁵³ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 81.

¹⁵⁴ SILVA, Fernando Teixeira da e SANTANA Marco Aurélio. “O equilibrista e a política: o ‘Partido da Classe Operária’ (PCB) na democratização (1945-1964).” In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. (orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 2).

¹⁵⁵ De acordo com Santana e Silva, os debates internos foram acirrados e alcançaram altíssimo grau de tensão com as revisões abertas após a realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em fevereiro de 1956. Em sessão fechada, sem a participação de comunistas estrangeiros, Nikita Khruchchev denunciou os crimes de Josef Stalin, morto em 1953, devassando o culto a personalidade do ditador. No PCB, a reação foi de óbvia perplexidade. Os debates foram abertos pela redação de *Voz Operária*, órgão central do PCB, à revelia da direção nacional. Enquanto as notícias vindas de Moscou aumentavam a inquietação, as frustrações e as incertezas, Diógenes Arruda, representante brasileiro no XX Congresso, demorou muito a retornar ao Brasil e confirmar que as denúncias a Stalin não eram mera intriga anticomunista, deixando o Partido “em atitude de expectativa”. O PCB tentou, inicialmente, se fechar em copas e não debater as questões abertas por Moscou, depois buscou limitar seu alcance, até que o Comitê Central lançou, em outubro de 1956, o documento “Projeto de Resolução Sobre o XX Congresso”, como forma de abrir os debates para melhor controlá-los. O PCB reconhecia nesse documento o autoritarismo na vida interna partidária, seu excessivo centralismo, a

Com as mudanças operadas a partir da “Declaração sobre a política do PCB”, de março de 1958, é estabelecido um marco importante na linha de atuação do partido, “à medida que consolidou uma alteração de orientação e acirrou novamente as disputas internas”¹⁵⁶. A Declaração reiterava a visão da revolução brasileira em duas etapas – primeiro, a democrática e nacional; depois, a socialista – indicava o caminho das lutas pelas reformas estruturais (“reformas de base”), como meio de intensificar o desenvolvimento capitalista e precipitar a primeira etapa da revolução; definia o governo Kubitschek, eleito com apoio comunista, como uma composição heterogênea em que o presidente oscilava entre a ala “nacionalista” (à qual se deveria dar todo apoio) e a ala “entreguista”; e, por fim, apontava o caminho pacífico da revolução. De fato, o partido abandonava oficialmente e definitivamente a bandeira insurrecional e entrava no caminho das reformas¹⁵⁷.

Com tais ajustes de orientação, o PCB saiu em apoio à candidatura presidencial do marechal Henrique Lott, em outubro de 1960. O PCB contava que com esse apoio,

arrogância e a autossuficiência dos dirigentes, o “mandonismo de cima para baixo”, a disciplina “algo militar”, a intransigência, as críticas violentas e o ambiente de intimidação, que concorriam para o afastamento de muitos militantes. Para sanar essas práticas, o partido chega a conchamar seus militantes a colocar sob crítica as orientações recebidas. Neste sentido, a liberdade de criação de artistas e intelectuais comunistas deveria ser a incentivada e respeitada. Guardada a condição de clandestinidade, o partido deveria saber equilibrar democracia e centralismo, liberdade e disciplina. Três tendências se esboçaram. Os “abridistas” ou “renovadores”, que defendiam uma abertura maior das discussões, assumiram posições que criticavam até mesmo a existência do partido. Os “conservadores” ou “fechadistas” se posicionavam contra a abertura do debate e viam como problemáticas as mudanças em curso. O “centro” se situava entre o revisionismo dos primeiros e o sectarismo dos últimos. *Ibidem*. 122.

¹⁵⁶ *Ibidem*. p. 124.

¹⁵⁷ Em termos gerais, as orientações da Declaração de 1958 seriam desenvolvidas e precisadas, mas não sem oposição, alterações e ênfases diferenciadas, nas deliberações do V Congresso, em agosto de 1960, realizado no Rio de Janeiro. O Congresso sepultava as expectativas do grupo de Diógenes Arruda, João Amazonas e Maurício Grabois, os quais, contrapondo-se novamente às mudanças por considerá-los “direitistas”, seriam afastados do Comitê Central e substituídos por Giocondo Dias e Mario Alves. O Congresso, que tinha como uma de suas inspirações dirimir divergências políticas, acabou possibilitando a Prestes e seus aliados a chance de reforçar seu controle sobre a agremiação, em nome da suposta estabilidade do partido. Segundo Jacob Gorender, membro do novo Comitê Central eleito no V Congresso, a direção do PCB viveria, a partir daí, certa turbulência, gerada pelas diferentes leituras de sua linha política, alimentando em seu seio tanto as alas moderadas quanto as mais radicais no pré-1964. Um grupo, majoritário, com Prestes e Giocondo Dias à frente, realçava a importância da aliança com a burguesia nacional “progressista”: outro, minoritário, indicava o caminho da solidificação das relações com os setores populares, denunciando o caráter duplice e conciliador da burguesia nacional. No que diz respeito a sua incansável busca de legalização, aprovou em conferência nacional, em setembro de 1961, um novo programa e estatuto, os quais, além de alterar seu nome – de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro –, não faziam menção à ditadura do proletariado e ao marxismo-leninismo. Tais mudanças visavam a abrir terreno para a obtenção de seu registro no Tribunal Superior Eleitoral. Por outro lado, foram a gota d’água para que o setor “ortodoxo” – composto por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, entre outros – se afastasse do partido e fundasse o Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, em fevereiro de 1962. Para uma maior discussão sobre a cisão do PCB ver GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática. 1987 e REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/CNPq. 1990.

ser-lhe-ia garantida a almejada legalidade e, possivelmente, cargos no novo governo. Porém, foi eleito o candidato conservador Janio Quadros e, devido a não vinculação eleitoral da presidência com a vice-presidência, João Goulart elegeu-se como vice, embora fosse originalmente membro da chapa de Lott¹⁵⁸.

Com a renúncia de Janio, em agosto em 1961, o PCB se dedicou integralmente à causa da legalidade constitucional, ou seja, empossar João Goulart na presidência da República, pois pesava sobre ele a ameaça golpista de não lhe ser passada a faixa presidencial. Os comunistas engajaram-se em comícios, manifestações, passeatas e greves, como a dos portuários de todo o país, num total de 300 mil trabalhadores paralisados durante cinco dias de setembro, após os quais comemoraram a vitória da legalidade, ainda que sob a reforma constitucional que instituiu o parlamentarismo¹⁵⁹.

A luta da legalidade resultou no avanço da mobilização dos trabalhadores no país, no fortalecimento dos comunistas e da chamada “esquerda petebista” no campo sindical, em detrimento de outras forças concorrentes. Para o PCB, João Goulart assumia a presidência levando os compromissos com o povo brasileiro, contraídos em sua campanha eleitoral, no programa de seu partido (PTB) e nas jornadas pela legalidade. O presidente deveria ser fiador de uma política externa independente e de uma orientação interna capaz de imprimir sentido nacionalista e reformista às soluções para os problemas da nação¹⁶⁰.

Nessa nova conjuntura, o partido ampliava significativamente suas áreas de atuação. O PCB seguia intensificando seu engajamento na luta pelas reformas de base, apoiando o governo, quando suas medidas pareciam coadunar-se com os interesses populares, mas criticando-o quando se desviava desse caminho. Assim, essa seria a base essencial das contradições que empurrariam Jango para a conciliação com os grupos conservadores, contra os quais a mobilização dos trabalhadores deveria levantar-se, empunhando suas próprias bandeiras, e exigir medidas efetivas contra o imperialismo, o latifúndio e a reação, combatendo os compromissos com os “inimigos”, selados pelo “setor vacilante” da frente única¹⁶¹.

Com o aumento da mobilização dos trabalhadores, o PCB radicalizava sua postura e exigia um governo inteiramente voltado para a implementação das reformas

¹⁵⁸ CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro. Conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. *Apud.* SILVA e SANTANA. *Op. cit.*, p. 125.

¹⁵⁹ *Ibidem.* p. 126.

¹⁶⁰ *Idem.*

¹⁶¹ *Ibidem.* 127.

de base. No plano sindical, o Comando Geral de Greve se tornaria o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), responsável em grande parte pelo dinamismo do movimento operário até março de 1964. O CGT estabeleceu elo com o PCB, o PTB e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)¹⁶², que agia não apenas no Congresso, mas também atuava com empresários, trabalhadores, estudantes e intelectuais engajados nas plataformas reformistas¹⁶³.

Foi no decorrer desse processo que o partido se articulou na Frente de Mobilização Popular (FMP)¹⁶⁴, agregando-se aos grupos orientados pelas posições nacionalistas de esquerda, reunindo a União Nacional dos Estudantes (UNE), o CGT e a FPN¹⁶⁵.

É importante também frisar que desde a segunda metade da década de 50 e início da de 60, a aliança estabelecida entre os comunistas e os trabalhistas, resultaram num grau expressivo de mobilização entre os trabalhadores brasileiros¹⁶⁶. De forma geral, aproveitando-se dos ares de liberdade vigentes, o sindicalismo brasileiro, que passou rapidamente a ser capitaneado em sua fatia mais atuante pela aliança comunista - trabalhista, orientando-se pela plataforma nacionalista, deu passos importantes para a sua organização. Isso pode ser verificado em termos de seu espaço no interior da estrutura corporativa bem como por fora dela, através das chamadas organizações

¹⁶² A Frente Parlamentar Nacionalista atuou entre os anos de 1956 e 1964. Foi uma iniciativa que sucedeu à Liga de Emancipação Nacional, fechada por Juscelino Kubitschek em 1956. Representou no Congresso Nacional a opção nacionalista de um segmento expressivo e muito combativo da sociedade civil, que fazia das bandeiras nacionalistas e desenvolvimentistas expressão de um Brasil mais “autônomo e soberano”. Cf. DELGADO “Partidos políticos e frentes parlamentares.” In: DELGADO e FERREIRA. Op. cit., p. 149-150, da mesma autora ver “Nacionalismo com projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964).” In: FERREIRA e REIS. Op. cit. pp. 357-376.

¹⁶³ SILVA e SANTANA, Op. cit., p. 128.

¹⁶⁴ Jorge Ferreira aponta que no início de 1963, sob a liderança de Leonel Brizola, surgiu a Frente de Mobilização Popular, qualificada por Ruy Mauro Marini como um “parlamento das esquerdas”. Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. A FMP esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo à custa de uma política de confronto com a direita e os conservadores, incluindo o PSD. Ao mesmo tempo, procurava se impor como força viável às reformas diante das posições do PCB, interpretadas como moderadas. Na FMP estavam representados os estudantes, com a UNE; os operários urbanos, com o CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o Pacto de Unidade e Ação e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a AP, a POLOP, o POR-T e segmentos de extrema-esquerda do PCB, bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista. Cf. FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular.” In: *Revista Brasileira de História*, vol.24, n.47, 2004. p. 189.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ SANTANA Marco Aurélio. “Bravos companheiros: a aliança comunista - trabalhista no sindicalismo brasileiro. (1945-1964).” In: FERREIRA e REIS. Op. cit., pp. 237-277.

intersindicais, das quais esse período foi pleno¹⁶⁷. Organizado nacionalmente e estruturado a partir de um sem-número de órgãos intersindicais, com destaque para o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o movimento sindical participava intensamente dos debates acerca dos destinos da sociedade brasileira¹⁶⁸.

A virada dos anos 1950 para os anos 1960 marca um período bastante rico tanto para o desenvolvimento sindical quanto para a experiência democrática. Em termos de mobilização, esse período presenciou greves e paralisações em diversas cidades, como, entre outras, a dos 400 mil em São Paulo (1957), a dos têxteis do Recife (1958) e até a dos trabalhadores das barcas Rio – Niterói (1959). No que diz respeito às diversas crises políticas ocorridas nesses anos, o sindicalismo nacional posicionou-se ao lado da democracia e da legalidade¹⁶⁹. Sua participação intensificou-se quando da posse do vice-presidente João Goulart, após a renúncia de Janio Quadros.

O ascenso grevista entre os anos de 1961 e 1964, a intensa participação dos trabalhadores no cenário político e o receio de que os interesses do Presidente pudessem levar o país para o comunismo fizeram com que as elites temessem que um processo de redistribuição de papéis na sociedade brasileira se efetivasse. Rapidamente, esses setores se articularam e, sob guarda militar, deram o golpe no regime constitucional, destituindo o Presidente, intervindo nos sindicatos e transformando o arbítrio em norma¹⁷⁰.

2.1 Inimigos de Estado: trabalhadores, comunistas e o DOPSE.

O termo “polícia política” tem sido utilizado, tradicionalmente, para designar um tipo especial de modalidade de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva na história brasileira, tendo sido criada com fins de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ordem e a segurança pública.¹⁷¹ O caráter arbitrário e repressivo, pretensamente próprio dos períodos de exceção, como já havia sido entre 1937 e 1945, perpetuou-se ao longo do intervalo de

¹⁶⁷ Ibidem. p. 262. Para que se tenha uma ideia do volume dessas entidades, poderíamos citar, entre outras, a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), o Fórum Sindical de Debates (FSD) e o Pacto de Ação Conjunta (PAC). O coroamento de todo esse processo vai se dar com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que, de certa forma, e no plano nacional, condensa todas as questões propostas pelas outras entidades.

¹⁶⁸ Ibidem. p. 264.

¹⁶⁹ Ibidem. p. 265.

¹⁷⁰ Ibidem. 270.

¹⁷¹ XAVIER, Marília. “Antecedentes institucionais da polícia política.” In: *DOPS – A lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, Secretaria de Estado da Justiça, 1993. p. 28.

quase vinte anos do período democrático. Sendo constituídos numa prática de controle que dissimuladamente se apropriava e manipulava a noção veiculada pelo apreço do que é “pátrio” e do que é “bom para todos”.

O surgimento da polícia política se deu no quadro da modernização burocrática dos Estados contemporâneos, e com o aparecimento desse segmento especializado do aparato policial, sua faceta autoritária revelou-se com mais intensidade. A polícia política é o setor responsável pela segurança do Estado e a manutenção da ordem; sua existência é justificada em nome da defesa dos interesses coletivos, mas, muitas vezes, sua preocupação efetiva é zelar pela segurança dos ocupantes do aparelho de Estado¹⁷².

O enraizamento das polícias políticas nas modernas burocracias deu-se no quadro da afirmação da ameaça revolucionária. Entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XX, estabeleceu-se uma tradição revolucionária, em que pesou o caráter paradoxal dessa expressão. Os Estados nacionais se habituaram à sensação de insegurança, de risco constante de sublevação revolucionária, e aí está a gênese da polícia política, o departamento responsável por controlar e reprimir os eventuais inimigos da ordem. É interessante observar que o tipo de ameaça revolucionária mudou com o tempo, mas as atividades de polícia política sofreram pouca alteração¹⁷³.

Em Alagoas, a polícia política se estruturou no final da década de 30 no governo de Osman Loureiro, que em 18 de outubro de 1937 através do decreto nº 2.287¹⁷⁴ criou a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS. A referida delegacia se vinculou à Secretaria dos Negócios do Interior, Educação e Saúde. O primeiro a ocupar o cargo de delegado foi o Capitão do Exército Mario de Carvalho Lima, integrante do 20º Batalhão de Caçadores, guarnição sediada em Maceió. Em 17 de julho de 1946, o Diário Oficial traz a primeira mudança. Com o decreto-lei nº 3.189, de 16 de julho de 1946, a delegacia passa a se denominar Delegacia de Ordem Política e Social, Investigações e

¹⁷² Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O ofício das sombras.” In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: APM, ano XLII, n.1, jan.-jun. 2006. pp. 52-67. A pesquisa sobre o funcionamento das polícias políticas como objeto de trabalhos na área de História tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Para uma maior discussão sobre o tema ver ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG – imaginário anticomunista e policiamento político (1935 – 1964)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFGM, Belo Horizonte, 2006 e CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. *Artesãos da subversão - os trabalhadores gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a Era Vargas*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-USP, São Paulo, 2010.

¹⁷³ Ibidem. p. 55.

¹⁷⁴ *Diário Oficial*. 19/10/1937.

Capturas – DOPSIC. Para sua chefia é nomeado Henrique Equelman¹⁷⁵. Entre 1946 e 1964 a Secretaria dos Negócios do Interior, Educação e Saúde foram sendo desmembradas. Entre outras surge a Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Segurança Pública. Por fim em 07 de fevereiro de 1964, através da Lei nº 2.658 publicada no Diário Oficial de 09 de fevereiro de 1964, o DOPSIC foi desmembrado em duas delegacias: Delegacia de Roubos, Furtos, Investigações e Capturas (DRFIC) e a Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica¹⁷⁶.

Em suas atividades, o DOPSE/AL procurava monitorar as atividades de grupos chamados “subversivos”, principalmente do PCB. De fato, grande parte do material produzido por este órgão se refere a atividades de indivíduos notadamente militantes comunistas bem como das ligações que estes mantinham entre os trabalhadores. Rodrigo Motta aponta que essa “obsessão anticomunista da instituição policial foi alimentada tanto por temores reais como pela necessidade de justificar a existência e o fortalecimento do aparato repressivo”¹⁷⁷.

Nas fichas pessoais que pesquisamos – principalmente a dos militantes que haviam tomado parte em ações como comícios e/ou greves entre os anos de 1961 e 1964 – mesmo sem ter acesso aos respectivos prontuários dos fichados, conseguimos informações significativas sobre a atuação dos membros atuantes no Partido Comunista e de trabalhadores vinculados ao CGT a partir do fim de 1962. Nem todas as fichas analisadas trazem um volume expressivo de informações sobre a atuação do militante, sendo que muitos deles têm registrado em suas fichas corridas a prisão em 31 de março de 1964, após a deflagração do golpe civil-militar. Em algumas poucas fichas, o investigado teve acrescentado o ato de assinar um manifesto de solidariedade às Reformas de Base.

Nesse ponto, é interessante refletir sobre o clima de radicalização que se vivia na época, já que o ato de tomar partido, frente à causa das Reformas de Base era considerado crime contra a segurança. A participação em comícios de tom nacionalista, a mobilização dos trabalhadores urbanos e rurais diante do processo de sindicalização

¹⁷⁵ Henrique Equelman (Paraíba 1908 - Maceió AL 5/1979). Deputado estadual, prefeito de Maceió, secretário de estado, advogado. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Foi delegado de polícia em Maceió. Deputado estadual em três legislaturas: 1959-62; 63-67 e 67-70, pelo PTB, do qual foi líder na Assembleia. In: BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. 515.

¹⁷⁶ Fonte: www.an.gov.br/mr

¹⁷⁷ MOTTA. Op. cit. p. 57.

rural, da formação desses sindicatos e a distribuição do jornal do PCB alagoano *A Voz do Povo* estão entre os temas mais relatados nesta documentação.

Um grande número das fichas aponta que o indivíduo investigado mantinha ligações com o PCB ou com o CGT ou com os dois e com os seus líderes: os irmãos Jayme e Nilson Miranda, Rubens Colaço e Roland Benamour, membros destacados do PCB em Alagoas, entre outros sindicalistas como Alan Rodrigues Brandão e o advogado trabalhista Rubem Ângelo. De acordo com essa lógica da desconfiança, expressa nas fichas, a atividade exercida pelos membros do CGT os transformava numa espécie de *intelectuais orgânicos*¹⁷⁸, responsáveis pela articulação da “agitação” e da subversão.

Dessa forma, optamos por analisar apenas as fichas pessoais das pessoas citadas acima, pelo fato de que há um leque maior de informações em suas fichas que não há no restante do material analisado. Jayme Miranda¹⁷⁹, que durante muito tempo foi redator do jornal *A Voz do Povo*, era considerado pelo DOPSE como principal articulador dos “movimentos de agitação” devido ao número de anotações em sua ficha. Com uma vasta atividade nos meios operários durante toda a década de 1950, Jaime teve intensa participação nos movimentos que foram as bandeiras de luta de comunistas e trabalhadores na década de 1960: “LIDEROU um movimento de agitação neste Estado, face da renúncia do Presidente Janio Quadros, realizando um comício denominado ‘Comício da Legalidade’, na noite de 7 de setembro de 1961, no Parque Rodolfo Lins, nesta cidade, o qual foi puramente comunista, declarando no discurso que fizera ter a

¹⁷⁸ Cf. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Retomamos aqui o conceito gramsciano de intelectuais, os orgânicos e os tradicionais. Os orgânicos seriam aqueles que surgem no interior de um determinado grupo social e, que, tentariam dar a esse grupo homogeneidade e consciência de sua função social. Assim, este intelectual orgânico se tornaria o responsável pela “objetividade” da classe da qual faz parte. Já os intelectuais tradicionais fariam parte da ordem vigente e conservadora, teriam ainda, a falsa ideia de serem autônomos e independentes do grupo social dominante.

¹⁷⁹ Delegacia de Ordem Político Social e Econômica – DOPSE. Pasta 24, Ficha Pessoal 472. Jaime Amorim de Miranda [1926-1975] nasceu em Maceió, foi jornalista e advogado. Enquanto estudava direito, foi secretário-geral do PCB em Alagoas, diretor do semanário comunista *A Voz do Povo*. Foi preso em Recife e transferido para Maceió, onde ficou mais de um ano preso. Isso ocorreu durante o governo Arnon de Mello. Representou os comunistas alagoanos, em 1960, no V Congresso do PCB, sendo eleito para a direção nacional. Nas eleições de 1961 foi candidato a deputado estadual, ficando na primeira suplência. No dia 1º de abril de 1964, o jornal *A Voz do Povo* foi destruído, seus bens foram furtados, seus colaboradores foram presos, inclusive o diretor-geral, Jaime Miranda. Ao sair da prisão, não demorou muito tempo em Maceió; entrou na clandestinidade, indo morar no Rio de Janeiro com a família. Realizou algumas viagens internacionais como dirigente nacional do PCB, mas em 1975 foi sequestrado pelos órgãos de repressão. Nunca mais foi visto. Faz parte da relação dos desaparecidos políticos do Brasil. Nessa época integrava a Comissão Executiva do Comitê Central do PCB. As informações sobre Jaime foram retiradas de MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical*. Maceió: Recife, Edições Bagaço, 2010. p. 40.

honra de ser comunista.” Entre suas atividades estavam ainda a organização de um comício “para a entrada do Partido Comunista na legalidade, realizado no Parque Rodolfo Lins, na noite de 4/10/1961”. A presença dele num comício, que fora dissolvido pela Polícia, em vista de não tê-lo autorizado, “anunciado pelos estudantes secundários, em janeiro de 1962, resultou em serem presos o seu irmão de nome Nilson Amorim de Miranda e um outro indivíduo de nome Lauro Braga, por contravenção e desacato.” Por fim, ele teve sua participação nos acontecimentos do mês de março de 1964.

Os “crimes” cometidos por Jaime – o maior deles, ser membro do Partido Comunista – resumem-se basicamente a sua participação nas campanhas que o PCB tomou parte, a primeira delas (considerando nossa delimitação temporal, a partir de agosto de 1961) a mobilização pela posse de João Goulart na presidência da República, até o comício das reformas em Maceió no dia 29 de março de 1964. Jaime ainda teria seu mandato de suplente de deputado cassado pela Assembleia Legislativa de Alagoas, “(...) após a Revolução, quando também estivera preso e enquadrado no IPM, resultando com prisão preventiva decretada, e apesar de ter sido posto em liberdade, essa era vigiada. ALEGANDO doença junto ao Comando da Guarnição Federal deste Estado, daqui desapareceu, sendo ignorado o seu paradeiro.”

Outra figura de destaque entre os setores de esquerda em Alagoas, era o irmão de Jaime, Nilson Miranda¹⁸⁰, que exerceu a função de Secretário do Comitê Estadual do PCB em Alagoas e redator do jornal *A Voz do Povo*. Na ficha de Nilson constam os seguintes registros: “Liderou comícios para a entrada do Partido Comunista na legalidade, realizando um no Parque Rodolfo Lins, na noite de 4/10/1961”. Nilson foi preso em 10 de janeiro de 1962, “quando promovia agitação antes da realização de um comício promovido pelos universitários”. Em letras maiúsculas, sua ficha o acusa de ser

¹⁸⁰ DOPSE. Pasta 24. Ficha Pessoal 477. Nilson Amorim de Miranda [1933] nasceu em Maceió. Jornalista e radialista, ex-editor do semanário *A Voz do Povo*, ex-vereador de Maceió pela legenda do Partido Social Progressista – PSP. No final da década de 1950 trabalhou para fundar o Sindicato dos Radialista de Alagoas e foi o seu primeiro presidente. Quando eclodiu o golpe militar em abril de 1964, entrou na clandestinidade, tendo de evadir-se de Alagoas, pois passou a ser procurado pela polícia. Viveu clandestino por muitos anos no Brasil, mas em meados da década de 1970 exilou-se na Europa, vivendo nas cidades de Moscou, Paris e Lisboa. Desembarca em Alagoas, meses antes da Anistia, que ocorreu em 1979. Foi reintegrado as suas atividade como jornalista e radialista. Integrou a redação do jornal *Correio Sindical* de São Paulo, órgão dos comunistas voltado para o movimento sindical. Trabalhou, ainda, como repórter nos jornais *Tribuna de Alagoas* e *Correio Brasiliense*. Foi candidato a deputado estadual por duas vezes, mas não conseguiu se eleger. Com a legalidade do PCB, em 1985, se candidatou a prefeito de Maceió. Fez uma campanha de afirmação da sigla; obteve pouco mais de mil votos. Sobre a trajetória de Nilson ver MAJELLA. Op. cit. p., 63.

“REDATOR DO JORNAL COMUNISTA *Voz do Povo*.” Tomou parte no “comício da fome” no dia 7 e agosto de 1963. Sendo membro do CGT, foi preso em 31 de março de 64, “Falou em praça pública, que no Teatro Deodoro, estavam reunidas todas as prostitutas de Maceió”. Nilson havia sido eleito vereador por Maceió em 1962, tendo o seu mandato cassado com o golpe.

É interessante analisar algumas entrelinhas do documento ao citar Nilson entre os que poderiam gerar “atentados” contra a segurança. Nilson, além de sua participação e liderança em comícios e das atividades da militância em geral, teria insultado as senhoras dos setores médios quando da realização do comício das reformas em Maceió, em 29 de março de 1964 (evento o qual retornaremos com mais detalhes no próximo capítulo). Esse grupo de mulheres, juntamente com outros setores conservadores, organizou no dia do comício das reformas um evento público com o objetivo de fazer frente ao comício organizado pelo PCB e pelo CGT. Rubens Colaço recordaria o evento anos depois:

(...) em torno do comício do dia 29, nós o convocamos mais como um desagravo, pela passeata das madames, que poderia ter custado à vida de Nilson Miranda se ele tivesse sido pego porque, numa intervenção muito infeliz, eu admito a crítica, recebo diante das questões políticas, mas nunca um insulto pessoal a quem quer que seja, e ele disse, ele chamou as madames de Alagoas que participaram, de prostitutas do society, com dez bocas de alto-falantes ali espalhadas pelo comércio, e isso pesou muito contra ele¹⁸¹.

Entendemos que, por mais infeliz e imprópria que tenha sido a ofensa, cabe analisar que para a polícia política, a atitude de Nilson teria ligação direta com a sua orientação política, pois a calúnia, assim como um sem número de outros desvios de personalidade, seria uma marca registrada dos comunistas. Nilson que também foi presidente do Sindicato dos Radialistas e desempenhava a função de Secretário geral do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Sua participação no processo de fundação dos Sindicatos Rurais a partir de 1962 também foi “criminalizada”: “PARTICIPOU e orientou a fundação de vários Sindicatos Rurais no Interior do Estado”.

Outra figura de destaque no PCB e no CGT em Alagoas, Rubens Colaço¹⁸² foi presidente do Sindicato dos Rodoviários e teve intensa participação na campanha pelas reformas de base e no processo de formação dos sindicatos rurais no estado. Em 25 de outubro de 1962, foi preso “por agitação, por ocasião de um comício anunciado pela

¹⁸¹ Ibidem. p. 101.

¹⁸² DOPSE. Pasta 11. Ficha Pessoal 214. Sobre a trajetória de Colaço ver MAJELLA. Op. cit.

Associação dos Amigos de Cuba, na Praça Moleque Namorador - Ponta Grossa - comício esse frustrado pela autoridade policial.” Colaço foi presidente do Sindicato dos Rodoviários. Sua ficha aponta que desenvolvia “ativo programa subversivo, tanto na Capital como no interior do Estado, tomou parte junto com outros elementos do CGT, e do sindicato do Petróleo nas agitações dos dias 29 de março a 1º de abril de 1964.”

ORGANIZADOR e orador de todos os comícios realizados nesta Capital, juntamente com Nilson Miranda, Jaime Miranda e Rubens Ângelo. AMEAÇA as autoridades constituídas, em praça pública e convida o povo em pegarem em armas para defender o regime cubano e libertar o Brasil do domínio dos gorilas. ASSESSOR sindical do CGT, junto aos camponeses - comunista militante, utilizou a estação de rádio clandestina do Sindicato Têxtil de Rio Largo, para fazer campanha de agitação, realizou comícios pro cuba em desrespeito a determinação de autoridades competente, orientou a fundação de Sindicatos Rurais dando cunho esquerdista, compareceu ao Palácio dos Trabalhadores armado juntamente com outros comunistas, foi orador em termos subversivos do I Seminário Operário Estudantil Camponês. Esteve preso durante a revolução de 31 de março de 1964.

FI Fich. nº 21 ; SOAL

Nome: RUBEM COLAÇO ou RUBENS COLAÇO RODRIGUES

Data do Nascimento: (33 anos)

Estado Civil: casado Com: _____

Residência: QUITINO BOCAUVA Nº 621 - Ponta da Terra

Filiação: José Colaço Lage e de Maria Colaço Rodrigues

Profissão: motorista Local do Trabalho: _____

Residência Anterior: _____

Escola a que pertence: _____

Sindicato a que pertence: Pres. do Sindicato dos Rodoviários

Título Eleitoral: _____ Cart. Identidade: _____

Data da entrada no P. C. B. _____

Nacionalidade: brasileira Naturalidade: Pernanbucana

Seio do DOPSE

Ficha pessoal de Rubens Colaço no DOPSE.

A característica de Colaço frisada pela ficha é de “orador”. De fato, Majella¹⁸³ destaca em seu livro que essa era uma das principais características que o fazia ser uma das figuras mais conhecidas do PCB em Alagoas¹⁸⁴. Aliado a isso, Lessa¹⁸⁵ aponta que

¹⁸³ MAJELLA. Op. cit., p. 15.

¹⁸⁴ Idem.

Colaço “tinha um temperamento muito mais difícil e instável, mas era um vulcão no que tocava à agitação política e à combatividade”¹⁸⁶.

O núcleo do CGT contava ainda com o presidente do Sindicato dos Bancários, Roland Benamour¹⁸⁷, que desempenhou importante papel na greve dos bancários em 1963. Sua ligação com os irmãos Miranda e com Colaço faziam dele mais um no grupo de “inimigos de estado” em Alagoas. Foi presidente do Sindicato dos Bancários tomando parte em eventos simbólicos como o “comício relâmpago, na rua do Comércio, no dia 18 do corrente, ao lado de líderes do CGT, protestando contra a prisão dos estudantes em Saúde, no dia 16-5-1963.” Foi também eleito presidente do CGT em 1963. Benamour era funcionário do Banco do Brasil e teve grande destaque em greves atuando entre os Bancários, sendo preso em 31 de março de 1964.

Alan Rodrigues Brandão¹⁸⁸, presidente do Sindicato dos Petroleiros, também foi membro da direção do CGT, além das atividades que exerceu no movimento sindical, sendo então preso em março de 1964.

Por fim, trazemos a ficha do advogado trabalhista Rubem Ângelo¹⁸⁹, que na primeira metade da década de 60, foi advogado do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fernão Velho entre outros sindicatos de trabalhadores. Não era comunista, como está registrado em sua ficha, apesar de ser simpatizante do PCB. Lessa¹⁹⁰ aponta que a

¹⁸⁵ LESSA, Golbery. “Uma pequena organização com uma grande influência social.” In: MAJELLA (org.) *O PCB em Alagoas: documentos (1982-1990)*. Maceió: EDUFAL, 2010. p. 318.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ DOPSE. Pasta 06. Ficha Pessoal 120. Roland Bitar Benamor [1933], bancário, radialista, ex-diretor-geral da Rádio Difusora de Alagoas, presidente do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT. Preso em abril de 1964, foi um dos últimos a ser libertado. Depois do golpe foi morar no Rio de Janeiro, onde viveu por mais de três décadas. In: MAJELLA. Op. cit., p. 63.

¹⁸⁸ DOPSE. Pasta 07. Ficha Pessoal 137. Alan Rodrigues Brandão [1931], funcionário da Petrobras, foi um dos fundadores do Sindicato dos Petroleiros e membro da direção do CGT. Em 1964, foi preso, afastado do emprego, respondeu a Inquérito Policial Militar – IPM em razão das suas atividades sindicais. Ver MAJELLA. Op. cit., p. 63.

¹⁸⁹ DOPSE. Pasta 03. Ficha Pessoal 54. Rubem Monteiro de Figueiredo Angelo [1929] Advogado, magistrado. professor, pintor. Filho de Antônio Ângelo e Benedita Monteiro de Figueiredo Ângelo. Formado em Direito, pela UFAL. Ainda na UFAL especializou-se, na área, entre 1966-67, tendo em 1968 realiza complementação para o curso de Doutorado, com especialização em Direito Civil. Posteriormente, especializa-se em Direito do Trabalho, na Faculdade de Direito de Natal (RN). Em 1954, inicia-se, como advogado trabalhista, na Junta Única de Conciliação e Julgamento. Promotor público, por concurso, em Maceió. Nomeado Juiz de Direito no Rio Grande do Norte. Transfere-se para a magistratura na área trabalhista, sendo nomeado, por concurso, Juiz Substituto do Trabalho, em Recife e, posteriormente, ocupa o cargo de Juiz da TRT na 19ª Região. In: BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. 80.

¹⁹⁰ LESSA. *Trama da Memória, Urdidura do Tempo: Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos*. Maceió, manuscrito, 2008.

atuação de Ângelo junto às várias entidades sindicais que representava, demonstra a presença do PCB entre a classe trabalhadora alagoana como um todo¹⁹¹. A boa relação de Ângelo com os sindicatos pode ser evidenciada em sua ficha ao ser creditado como “patrono de sindicatos filiados ao CGT”: “COMUNISTA militante, participa de todos os movimentos de agitação subversiva neste Estado. PATRONO de Sindicatos filiados ao CGT, organização da qual faz parte.” Segundo o DOPSE, Ângelo seria um “AGITADOR de massas populares no sentido de que estas procuram invadir as propriedades privadas, garantindo vitória de qualquer modo, desenvolvendo assim ativa programação comunista” e também “ORIENTA todos os Sindicatos a fim de que seus associados peguem em armas para libertar o Brasil dos ‘gorilas’”.

A partir da análise deste material do DOPSE, pudemos constatar o nível de inserção que o PCB tinha entre os trabalhadores, bem como a diversidade que apresentava entre seus membros e seus líderes, congregando desde operários manuais, como os têxteis, os trabalhadores do porto e os rodoviários até os trabalhadores mais especializados, como jornalistas e advogados. Ao levarmos em conta também os endereços constantes nas fichas, é possível perceber como o PCB estava presente em quase todos os bairros populares e de habitação operária da cidade de Maceió e em algumas cidades do interior também. Esses contatos no interior serão alavancados a partir do processo de formação dos sindicatos rurais no final de 1962.

2.2 Greves, campanhas e repressão.

Os trabalhadores alagoanos, estando formalmente ligados ao PCB ou não, viveram um período de intensa atividade no início da década de 1960 depois de vivenciarem conquistas importantes no tocante a direitos trabalhistas na década anterior. Organizados em sindicatos, tornaram-se um obstáculo para o governador Luiz Cavalcante, assim como para o bloco político que este último representava. Em consonância com a mobilização dos trabalhadores do resto do país, os trabalhadores alagoanos exerciam um protagonismo cada vez maior nos destinos políticos e sociais daquele período¹⁹². Os trabalhadores em Alagoas, entre eles os operários têxteis¹⁹³

¹⁹¹ Ibidem. p. 54.

¹⁹² Sobre esse protagonismo ver Cf. REIS, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita” In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp 319-379.

¹⁹³ Cf. LESSA, Op. cit.

ligados as Fábricas de Fiação e Tecelagem de Maceió, além de outros segmentos como os portuários, rodoviários, bancários e os trabalhadores na extração de Petróleo, tiveram importante papel na defesa das Reformas de Base e em outras campanhas, como a defesa da legalidade em agosto de 1961 e o plebiscito pelo presidencialismo em 1963.

Nas linhas que seguem, relacionamos algumas das greves que aconteceram entre os anos de 1961 e o ano de 1963, além de algumas campanhas políticas desenvolvidas pelos trabalhadores alagoanos neste período. É importante salientar que encontramos muitas notícias sobre a deflagração de greves, que aconteceram quase na sua totalidade na capital Maceió, mas que na sua grande maioria não ocupou mais que uma pequena nota nos jornais pesquisados.

Dessa forma, optamos pela análise dos movimentos que tiveram uma relativa cobertura dos fatos e que puderam fornecer elementos para uma visão ampliada – e passível de crítica – do seu desenrolar e das suas consequências. Ainda assim esbarramos em alguns obstáculos ao longo do caminho. Nos três jornais pesquisados (*Gazeta de Alagoas*, *Jornal de Alagoas* e *A Voz do Povo*) por vezes nos deparamos com a alternância entre a cobertura de um acontecimento em um jornal e o silêncio do outro em relação ao mesmo fato.

Em 1961, o PCB empreendeu uma campanha visando obter a legalização da sua legenda eleitoral¹⁹⁴, perdida durante do governo do Presidente Eurico Dutra em 1947. Após um comício realizado em 6 de Agosto do mesmo ano, acabaram detidos Áureo Calazans de Albuquerque¹⁹⁵, operário na Fábrica Têxtil de Rio Largo, Solon Araujo¹⁹⁶, funcionário da Câmara de Vereadores de Maceió e o mecânico Júlio de Almeida Braga¹⁹⁷ e seu filho Laudo Leite Braga¹⁹⁸, que era militar do 20º Batalhão de Caçadores de Maceió, exercendo a função de redator do jornal *A Voz do Povo*.

Poucos dias depois, a crise que teve início no país com a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a “Campanha da Legalidade”, que se iniciou para garantir a posse do Vice João Goulart, mais uma vez colocou a repressão policial contra os que se

¹⁹⁴“Representantes de Várias Correntes Políticas Manifestaram-se Favoráveis à Legalidade do Partido Comunista Brasileiro” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XV 27/08/1961 n.32. p. 01. Na edição de 24 de setembro, há uma matéria sobre a campanha de coleta de assinaturas que iria se realizar. “Comunistas Iniciam a Campanha de Coleta de assinaturas pelo registro eleitoral do partido comunista brasileiro.” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XV 24/09/1961 n.36. p.1.

¹⁹⁵ DOPSE. Pasta 01, Ficha Pessoal 12.

¹⁹⁶ DOPSE. Pasta 04, Ficha Pessoal 80.

¹⁹⁷ DOPSE. Pasta 07, Ficha 133.

¹⁹⁸ DOPSE. Pasta 07, Ficha 134.

manifestaram a favor da posse de Jango e contra o golpe urdido pelos ministros militares¹⁹⁹. A repercussão deste evento movimentou os ânimos dos diversos grupos sociais alagoanos. No dia da posse de Goulart, 7 de setembro de 1961, foi organizado um comício onde os manifestantes comemoraram a vitória do movimento da legalidade²⁰⁰. A atuação de parlamentares, líderes estudantis, sindicais e jornalistas que lutaram pela garantia da Legalidade enfrentaram a oposição de Luiz Cavalcante, que tomou posição ao lado dos que tentaram barrar a posse de Jango²⁰¹.

Dias antes, no dia 28 de agosto, as entidades estudantis convocaram concentração cívica na escadaria da Assembleia Legislativa Estadual e enfrentaram a polícia política para repudiar o golpe militar. No dia seguinte, os estudantes programaram uma passeata que foi impedida pelo 20º BC²⁰².

No entanto, a bancada de senadores de Alagoas, incluindo Silvestre Péricles, Rui Palmeira e Afrânio Lages, posicionou-se contra a legalidade e votou a favor da emenda que instituía o parlamentarismo e, com isso, foi alvo de críticas por parte do jornal *A Voz do Povo*²⁰³. Posteriormente, a Assembleia Legislativa aprovaria as posições assumidas por Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul e pelo General Machado Lopes, Comandante do III Exército na defesa dos princípios constitucionais²⁰⁴.

Mas essa vitória momentânea foi apenas um dos inúmeros capítulos que se desenrolariam a partir de então. Durante um comício da União de Estudantes do Estado de Alagoas – UEEA, no início de 1962, um dos principais articuladores do PCB em Alagoas, Nilson Miranda, é preso juntamente com outros jornalistas. Numa matéria publicada no dia 21 de janeiro, o jornal *A Voz do Povo*, sobre a prisão de Miranda, apareceu a versão classificada como “farsa”, em que os policiais que prenderam o

¹⁹⁹ A historiografia brasileira que discute o período dispõe de obras que tratam do evento e de seus desdobramentos. Cf. TOLEDO, Caio Navarro. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982; Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; Cf. FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964.” In: FERREIRA, Jorge. (Org.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁰⁰ “Povo no Grande Comício do Parque Rodolfo Lins Comemorou Vitória Sobre o Golpismo” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XV 10/09/1961 n.34. p.1.

²⁰¹ Ibid.

²⁰² “Câmara de Vereadores Foi Trincheira de Luta em Defesa da Democracia” In: *A Voz do Povo*. Op. cit., p.4.

²⁰³ “O Povo Saberá Julgar Aqueles que Traíram a sua Confiança” In: *A Voz do Povo*. Ibid.

²⁰⁴ “Leonel Brizola e Machado Lopes Cidadãos Honorários de Alagoas” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XV 17/09/1961 n.35. p.1.

jornalista alegaram que ele estaria portando um revólver. A denúncia feita pelo jornal é que a referida arma teria sido “plantada” no carro de Miranda²⁰⁵.

Dias depois o Comitê do PCB lançaria um manifesto, contando com o apoio de diversos sindicatos, de repúdio ao *sequestro*²⁰⁶, mas que em seguida também sofreu repressão policial, pois terminaram sendo presos alguns dos manifestantes que assinaram a lista de solidariedade que protestava contra a prisão de Nilson Miranda. Nas fichas pessoais pesquisadas foram encontradas as prisões de Rubens Colaço²⁰⁷, Presidente do Sindicato dos Rodoviários e destacado membro do PCB em Alagoas e a de Daniel Augusto de Alcântara²⁰⁸, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

No mês seguinte, a greve dos comerciários também foi reprimida violentamente, a ponto de os policiais, armados com fuzis e metralhadoras, exigirem que os comerciantes abrissem as portas de seus respectivos estabelecimentos. Os abusos praticados seriam repudiados nos meios sindicais e denunciados na Assembleia Legislativa²⁰⁹.

Uma greve em agosto de 1962 foi deflagrada pelas tecelãs, por conta do aumento do número de maquinário que cada trabalhadora deveria manusear, durou três dias paralisando o trabalho na Fábrica Carmen, situada no distrito operário de Fernão Velho, em Maceió²¹⁰.

Na edição do dia 25 de agosto, o *Jornal de Alagoas* trazia uma matéria informando sobre a realização de uma reunião do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil de Fernão Velho que deliberaria sobre a greve²¹¹. Havia alguns dias que os proprietários daquela indústria haviam ordenado que os operários deveriam manusear seis teares, sendo que já trabalhavam com quatro. A reunião visava apelar para a classe patronal a fim de que essa mudança não fosse levada à frente, mas nenhum entendimento foi concretizado. O presidente do sindicato dos trabalhadores, Sr. José

²⁰⁵ “Polícia de Luiz Cavalcante Desencadeia Terror Contra Povo e Estudantes, Agride, Sequestra e Prende Jornalistas no Comício da UEEA” In: *A Voz do Povo*. Maceió Ano XVI 21/01/1962 n.01. p.1.

²⁰⁶ A referida matéria usa o termo “sequestro” ao se referir à abordagem da polícia.

²⁰⁷ DOPSE. Pasta 11, Ficha Pessoal 214. Sobre a trajetória de Colaço ver MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical*. Maceió: Recife, Edições Bagaço, 2010.

²⁰⁸ DOPSE. Pasta 01, Ficha Pessoal 19.

²⁰⁹ “Governo Fascista Lança Mão do Terror Policial para Intimidar os Comerciantes” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVI 18/02/1962 n.03. p.1.

²¹⁰ Sobre os acontecimentos dessa greve ver FARIAS, Ivo dos Santos. *Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho/AL (1953-1962)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). PPGS-UFAL, Maceió, 2012, além de MELO, Airton de Souza. *Operários têxteis: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFPE, Recife, 2012.

²¹¹ *Jornal de Alagoas*. 25/08/1962. p. 4.

Conrado, convocou uma assembleia e foi deliberado que se dentro de 48 horas não fosse restabelecido o trabalho com quatro teares, os operários decretariam greve.

Também no dia 25, a *Gazeta de Alagoas* na matéria “Operários de Fernão Velho em Questão com a Fábrica”²¹², afirmava que o presidente do Sindicato teria procurado a gerência da fábrica a fim de apresentar o problema. A fábrica fez a contraproposta de 5 teares por cada tecelã, o que não foi aceito pelo Sindicato. No final da matéria, um dado interessante: “Inesperadamente, e para surpresa de todos, carros da Rádio Patrulha estiveram durante a segunda e terça-feira passadas em Fernão Velho, como que à espera de algo de anormal ou para coagirem as operárias”²¹³.



Matéria no *Jornal de Alagoas* sobre a greve na Fábrica de Fernão Velho.

Não conseguimos obter informações nos jornais pesquisados sobre o desfecho desta greve, mas gostaríamos de chamar atenção para dois aspectos em particular: 1) o fato de ser uma greve organizada e deflagrada de dentro da fábrica, demonstrando o nível de politização e a capacidade de mobilização dos trabalhadores dela, uma vez que os acontecimentos se desdobraram em praticamente uma semana; 2) o nível de articulação por parte da classe patronal para com os setores dirigentes e, por conseguinte com o aparato policial do estado, tendo em vista a rapidez com que ocorreu a polícia

²¹² *Gazeta de Alagoas*. 25/08/1963. p. 06.

²¹³ Loc. cit.

para o distrito operário, muito provavelmente prevenida da possibilidade de ter que lidar com operários mobilizados em greve.

Posteriormente, o PCB começou a atuar em nova frente de mobilização: o processo de Sindicalização Rural²¹⁴, processo esse que foi mais um elemento a acirrar a disputa entre a elite dominante e o PCB. Mário Grynzpan²¹⁵, discutindo de forma ampla sobre a questão agrária no Brasil republicano, localiza os anos do início da década de 1960 como fase de aceleração tanto dos processos de luta pela terra, como também da percepção de intelectuais e políticos sobre a necessidade de equacionamento da questão agrária como pauta fundamental para os projetos nacionais de desenvolvimento. Segundo o autor, aquele período foi fundamental na produção e consolidação de “novos esquemas e categorias de percepção da realidade brasileira, de seus problemas e também de suas soluções”, que repercutiram decisivamente sobre as ações políticas dos agentes envolvidos com a questão. Na avaliação de Grynzpan, dada a sua profundidade, “os efeitos desses processos se impuseram mesmo durante os governos militares e se estendem até hoje, ainda que com redefinições importantes ao longo do tempo, mantendo presente a questão agrária”²¹⁶.

Fernando Medeiros aponta que dentro de sua perspectiva de “reforma agrária”, o governo Luiz Cavalcante promoveu em 1961 o projeto de assentamento de famílias de trabalhadores rurais nos municípios de Maceió e Rio Largo²¹⁷ e destinou, em 1963, uma área de 950 hectares, no tabuleiro do Pilar, para formar um núcleo de colonização que deveria receber do governo toda infraestrutura e assistência-técnica necessárias²¹⁸.

Medeiros destaca que:

Com seu discurso e práticas acerca da reforma agrária Luiz Cavalcante atacava em cheio o governo federal ao transmitir à opinião pública a ideia de que a realização da reforma agrária não seria um problema, nem seu governo se opunha à mesma. O problema estaria colocado na maneira como o governo Goulart pretendia realizá-la, de forma radical e fora da lei²¹⁹.

²¹⁴ Jornal *A Voz do Povo* publicou na íntegra o texto do decreto nº 7.038 de 20/11/1962 que regulamentou processo de sindicalização rural. “Assinado Decreto de Sindicalização Rural” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVI 09/12/1962. n. 37. p.3.

²¹⁵ Cf. GRYNZSPAN, Marcio. “O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

²¹⁶ Op. cit., p. 75.

²¹⁷ MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita. *O homo inimicus: igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió/AL, Edufal, 2007. p. 137.

²¹⁸ Jornal de Alagoas. Maceió, 11/01/1963. p. 4.

²¹⁹ MEDEIROS. Op. cit. Idem.

Ainda de acordo com Medeiros, a preocupação de Luiz Cavalcante com a reforma agrária adivinha, sobretudo, da necessidade de controle sobre o movimento social no campo:

Reconhecida a gravidade que assumia a questão agrária no país e a intensificação das lutas que dela decorriam, tornava-se necessário reduzir as tensões, realizando assentamentos em áreas pertencentes ao próprio governo estadual ou em pequenas áreas, como os realizados em União dos Palmares, Santana do Mundaú e Murici, que contavam com a aprovação dos empresários da agroindústria canavieira e eram feitos dentro das determinações do IPES/IBAD²²⁰. Mantinha-se, desta forma, a mesma estrutura fundiária ao não tocar nos latifúndios de propriedade das usinas e dos fornecedores de cana. Seguindo o mesmo princípio de controle o governo incentivou a organização de sindicatos rurais que poderiam, caso fossem de alguma forma controlados, representar uma alternativa às Ligas Camponesas²²¹ que ganhavam projeção em estados vizinhos como Pernambuco.

No começo de 1963, os trabalhadores alagoanos ligados ao PCB e ao CGT, juntamente com o governador Luiz Cavalcante, mobilizavam-se na campanha pelo plebiscito que restaurou os poderes presidenciais de João Goulart. Em 1962, quando todos os ministros do gabinete de Tancredo pediram demissão, em seu lugar assumiu Francisco de Paula Brochado da Rocha, com um programa que priorizava o combate à inflação e a antecipação do plebiscito destinado a decidir sobre a continuidade ou não do regime parlamentarista, previsto para o início de 1965²²². Mas as demandas pela antecipação do plebiscito estavam postas e, sob pressão do movimento sindical, das esquerdas e de setores militares, o Congresso aprovou sua antecipação para 6 de janeiro de 1963²²³.

No dia 06 de janeiro, dia de votação, o *Jornal de Alagoas* publicou uma matéria na qual o CGT alagoano convocava “os eleitores a comparecer as urnas e dizer ‘não’ ao

²²⁰ MELLO, Paulo Décio de Arruda. *Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação*. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. UFRRJ, Itaguaí, 1990. p. 112. *Apud.* Medeiros. Idem. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi uma organização anticomunista fundada em 1959. Ao lado dele, vários empresários faziam parte desta organização e da sua “entidade-irmã”, IPES. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961 serviu como um dos principais catalisadores da mobilização feita contra o governo João Goulart. A função primordial do IPES era integrar os diversos movimentos sociais de direita para criar as bases de uma oposição que pudesse deter o avanço do comunismo soviético no ocidente.

²²¹ Sobre o assunto ver MONTENEGRO, Op. cit.

²²² FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. *Jango: as múltiplas faces*. p. 141.

²²³ Para uma discussão mais aprofundada sobre o plebiscito e seus desdobramentos ver MELO, Demian Bezzera de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFF, Niterói, 2009.

Regime”²²⁴. Através de um manifesto assinado pelo presidente do CGT no estado, Alan Rodrigues Brandão, entre outros quinze presidentes de sindicatos trabalhadores locais, “foi ontem lançado neste capital, conclamando as classes operárias, estudantis, camponesas, militares, servidores públicos e o povo em geral a votarem “não” no referendo de amanhã”²²⁵.

O manifesto publicado fazia o seguinte apelo:

O COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES NO ESTADO DE ALAGOAS (CGT) em vista da realização do plebiscito no próximo dia 06 do corrente e mantendo a sua posição coerente na vanguarda na luta pela realização antecipada do “referendum”, conclama a todo povo alagoano, particularmente aos trabalhadores a comparecerem em massa nas urnas naquela data, dando, assim maior ênfase a nossa anterior tomada de posição e principalmente considerando o desinteresse verificado em certas camadas político-partidárias, que direta ou indiretamente estão se omitindo da participação ativa na luta. Esta batalha do plebiscito – que não é uma reivindicação de caráter egoísta, e sim pelo esclarecimento da nuvem espessa que impedia e ainda impede o processo político do nosso país – reflete o pensamento uno e coeso da classe trabalhadora num sentido claro e honesto de obter dos poderes constituídos uma definição das suas responsabilidades perante a nação, exigindo, destarte, medidas concretas que levem o país as reformas de bases tão sentidas pelas massas. Salienta, outrossim, o “CGT” que muito embora não tenhamos interesses político-partidários, advertimos ao povo brasileiro que se após o referendum do dia 06, não forem cumpridas as anunciadas reformas de base, não nos caberá a responsabilidade dos destinos que a nossa Pátria tomar, no que tange a sua estrutura político administrativa. Aos aproveitadores aos políticos viciados, superados e criminosos de todos os naipes, como contrabandistas, especuladores defraudadores do erário publico, negociastas, vendedores da soberania nacional e assassinos que tanto tem infelicitado a nossa terra, a nossa advertência e repulsa, pois jamais conciliaremos com o apodrecimento e a degenerescência da honra nacional. Conclamamos, assim, aos trabalhadores em geral, aos estudantes, camponeses militares, funcionários públicos as mulheres e ao povo em geral para forjarmos uma unidade inquebrantável, comparecendo todos as urnas e, com um NÃO contundente, fazermos retornar o país a um regime de responsabilidade e de respeito Constituição da Republica²²⁶.

Na mesma edição, com matéria intitulada “Governador comanda o ‘não’ e pede aos prefeitos que o ajudem: plebiscito”²²⁷, o jornal informava que o governador Luiz Cavalcante havia telegrafado a todos os prefeitos do interior do estado, “encarecendo-

²²⁴ “CGT conclama eleitores a comparecer as urnas e dizer “não” ao Regime”. In: *Jornal de Alagoas*. 06/01/1963. p. 6.

²²⁵ Loc. cit.

²²⁶ Loc. cit.

²²⁷ *Jornal de Alagoas*. 06/01/1963. p. 6.

lhes todo o empenho para que seja significativo o comparecimento do eleitorado ao plebiscito de hoje”²²⁸. Na continuação da matéria, o jornal afirma que “interrogado na campanha do “NÃO”, que vem comandando em AL, o chefe do executivo já recebeu numerosas manifestações de prefeitos alagoanos, reafirmando-lhes solidariedade e prometendo que trabalharão para que seja [ilegível] e considerável o “NÃO” de Alagoas”²²⁹.

Diante da divergência entre seus projetos políticos e expectativas quanto ao resultado do plebiscito, tanto o CGT quanto Luiz Cavalcante – e o grupo político que representava – defendiam a volta ao presidencialismo. Os grupos nacionalistas ligados ao PCB e ao CGT se alinhavam à política de união nacional defendida pelo PCB, que enxergava a possibilidade de concretização das Reformas de Base com a retomada dos poderes presidenciais de Goulart. Por seu turno, Luiz Cavalcante, como uma grande parcela da UDN no resto do país, apostava na necessidade de se restaurar o presidencialismo, para que nas eleições de 1965, tentassem repetir o êxito eleitoral de Jânio Quadros em 1960.

O plebiscito resultou, de fato, numa vitória consagrada para Jango. Cerca de 9 milhões de eleitores, em 10 milhões, ratificaram o mandato de Goulart, dizendo *sim* ao presidencialismo e ao programa de Reformas de Base, que se vinculava à sua restauração²³⁰. Segundo Moniz Bandeira, Jango considerou aquele resultado “como outra eleição, sua verdadeira eleição para a presidência da República, a mais expressiva de toda a história do país”, maior que a de Quadros, até então recorde, com 6 milhões de votos;

Era seu “triumfo pessoal”, como *The New York Times* reconheceu. Entretanto, não quis assumi-lo, em toda a plenitude, como um mandato popular para as Reformas de Base, e formar um ministério eminentemente de esquerda, a fim de executá-las, com ou contra o Congresso. “Essa coroa eu não ponho na minha cabeça” – disse Darcy Ribeiro, seu ministro da Educação. Seu propósito era deixar que a onda passasse, evitando a radicalização, para depois retomar, firmemente, o caminho das reformas²³¹.

²²⁸ Loc. cit.

²²⁹ Loc. cit. No trecho final da matéria, o *Jornal de Alagoas* afirma que um dia antes da votação, no Palácio dos Martírios, o governador LC havia reafirmado a um repórter a sua posição: “digamos não a esse regime que aí está que não é parlamentarismo nem nada, mas apenas, o regime de irresponsabilidade”.

²³⁰ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 8ª edição. p. 205.

²³¹ *Ibidem*. p. 205-6.

Findo o plebiscito, as lutas políticas em Alagoas aumentaram ao longo do ano de 1963. As disputas empreendidas na criação dos Sindicatos Rurais no interior do Estado foi um dos palcos do embate entre Luiz Cavalcante e o PCB. No entanto, essa disputa não se deu exclusivamente entre o PCB e o governo do estado, envolvendo outros grupos, como a Igreja Católica por exemplo. Em abril de 1963, o jornal *A Voz do Povo* denunciou em uma matéria que Fernando Oiticica, prefeito de Rio Largo, cidade componente do cinturão operário e industrial de Maceió, sobre as dificuldades que este estava produzindo para a criação do sindicato rural daquela cidade²³². Meses depois, o jornal do PCB traz numa matéria a denúncia que o presidente do Sindicato Rural de Santana do Mundaú, José Pedro de Lima teria sido espancado por capangas a mando do proprietário do engenho onde morava e trabalhava²³³. O proprietário era o Deputado Estadual Antônio Gomes de Barros, ligado aos grupos dominantes da cidade de União dos Palmares. O camponês José Pedro Lima teria sido agredido após uma reunião do Serviço de Orientação Rural – SORAL ligado à Igreja Católica. Esta última temia que o avanço do comunismo entre as comunidades rurais pudesse fazer com que uma onda de mobilizações no campo em Alagoas se transformasse em eventos como o das Ligas Camponesas em Pernambuco.

Enquanto as disputas no campo se acirravam, à medida que o debate pela Reforma Agrária do governo Jango²³⁴ se tornava mais denso, a atividade dos sindicatos urbanos também crescia. No mês de maio de 1963, alguns membros do PCB foram presos depois de comício organizado no Parque Rodolfo Lins. O comício organizado pelo CGT contou com a participação dos demais membros do PCB, bem como a dos sindicatos urbanos de maior representatividade em Maceió, dos operários têxteis e dos rodoviários. Terminaram presos o já mencionado presidente dos rodoviários Rubens Colaço, o estudante Agerson Dantas²³⁵, um membro do sindicato dos bancários, Anivaldo Miranda Aires²³⁶, o presidente do Sindicato Têxtil de Fernão Velho José Conrado Alves²³⁷, o presidente do Sindicato dos Portuários Luiz Gonzaga Alves²³⁸ e o

²³² “Fernando Oiticica Expulsa Camponês e Nega-se a Assinar o Edital de Convocação do Sindicato Rural” In: *Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 21/04/1963 n.14. p.4.

²³³ “Protestos de Massas Contra o Espancamento do Líder Camponês José Pedro de Lima”. In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 04/08/1963 n.26. p.2.

²³⁴ Cf. FERREIRA. Op. cit.; Cf. REIS. Op.cit. Cf. TOLEDO. Op. cit.

²³⁵ DOSPE. Pasta 13, Ficha Pessoal 247.

²³⁶ DOPSE. Pasta 01, Ficha Pessoal 09.

²³⁷ DOSPE. Pasta 02, Ficha Pessoal 34.

²³⁸ DOPSE. Pasta 02, Ficha Pessoal 35.

advogado Rubem Ângelo²³⁹, figura de importante destaque por sua função do advogado do trabalho no sindicato têxtil de Fernão Velho.

Fernando Teixeira da Silva e Antonio Luigi Negro apontam que o “o CGT nasceu de um esforço de militantes e operários no sentido de dar continuidade a iniciativas de criação de centrais sindicais, oficialmente proibidas, capazes de aglutinar amplas parcelas de trabalhadores em âmbito nacional.” Seu objetivo não era apenas ampliar o leque de conquistas econômicas da classe operária, mas também interferir diretamente nas decisões políticas do país, articulando a luta dos sindicatos com instituições comprometidas com um plano de reformas estruturais para o Brasil²⁴⁰.

Segundo Lucília Delgado²⁴¹, o CGT surge como fruto de uma conjuntura de grande instabilidade política e social, caracterizada por amplas mobilizações populares e por propostas de modificações profundas na estrutura política e econômica do país. Decorreu também do processo anterior de luta sindical desenvolvido pelos trabalhadores das mais diversas categorias profissionais desde a década de 1940. Para a autora:

O fato é que o crescimento do movimento sindical se realiza mais a partir de uma grande “politização” de suas vanguardas do que de um trabalho de fortalecimento das entidades, através da ampliação de suas bases, a nível das empresas ou locais de trabalho²⁴².

Entre os meses de junho e agosto de 1963, os trabalhadores do Porto de Maceió, protagonizaram uma das mobilizações mais significativas do período. Em 07 de junho, os portuários alagoanos deflagraram uma greve em face da negativa do governador em atender suas reivindicações de aumento de salário entre outros benefícios²⁴³. No caso desta greve será interessante perceber que o jornal *Gazeta de Alagoas*, de propriedade do ex-governador de Alagoas, e aquela altura senador, Arnon de Mello, aproveita-se de fatos como estas greves para atacar o governador Luiz Cavalcante, tecendo críticas a sua administração, incorporando um discurso de defesa das classes trabalhadoras em suas reivindicações e lutas. Neste âmbito, acaba por se desenrolar um embate em que a *Gazeta* assume uma posição de oposição ao governo estadual, ao passo que o *Jornal de*

²³⁹ DOPSE. Pasta 03, Ficha Pessoal 54.

²⁴⁰ Cf. NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira. “Trabalhadores, sindicato e política.” In FERREIRA, Jorge. Op. cit. p. 72.

²⁴¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves, *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964*, 1986.

²⁴² *Ibidem*. p. 39-40.

²⁴³ “Greve na orla marítima: o governo não atende portuários” In: *Gazeta de Alagoas*. 07/06/1963. p. 1.

Alagoas, periódico ligado aos *Diários Associados*²⁴⁴ de Assis Chateaubriand, dedicar-se-á a defender o governo Luiz Cavalcante.

A *Gazeta* aponta que, em resposta ao manifesto dos trabalhadores do Porto, o chefe do executivo estadual, por seu turno, apontou que em virtude “da impossibilidade de atender tais pretensões, dirigiu-se ao Ministro da Viação e Obras públicas, solicitando a incorporação do Porto de Maceió ao Departamento Nacional de portos e vias navegantes”²⁴⁵. Tendo como resposta dos portuários um novo ofício no qual estes últimos salientavam a sua posição, destacando que “o movimento era pacífico e que visa única exclusivamente ao atendimento de suas reivindicações”²⁴⁶. Ainda segundo o jornal, em solidariedade aos seus companheiros, todos os sindicatos de Orla marítima haviam entrado em greve no dia 07.

Em nota publicada nesta mesma edição, o CGT manifestava a sua solidariedade à greve dos portuários:

O CGT-AL solidário com o movimento paredista ora deflagrado pelos companheiros, portuários, estivadores, arrumadores, conferentes marítimos e rodoviários autônomos, vem mais uma vez expressar de público a sua repulsa pelas atitudes antidemocráticas e violentas do Exmo. Sr. Governador do Estado por intermédio do seu Secretário de (“justiça e segurança publica”) em arbitrariamente prender líder sindical, cujo plano premeditadamente elaborado em manter um clima de terror policial no seio da laboriosa classe operária estudantil e camponesa de Alagoas, que dado a essas atitudes encontram-se cerceados dos seus legítimos direitos em reivindicar as suas justas e merecidas condições para fazer face a sua sobrevivência na decrépita sociedade em que vivemos. Caso permaneça este atual clima de insegurança, cuja responsabilidade atribuímos inteiramente a Vossa excelência, e a seu Secretario do Interior (“justiça e segurança pública), forçará este comando a tomar uma drástica atitude (Aliás, incompatível com os nosso princípios) **DECRETANDO GREVE GERAL EM TODO TERRITÒRIO ALAGOANO.**

No dia seguinte, enquanto conversava com os portuários em greve, Nilson Miranda, que naquele período exercia o mandato de vereador em Maceió, foi preso. Abordado por quatro investigadores que o transportaram até a delegacia, para em

²⁴⁴ Os *Diários Associados* foi uma das maiores empresas jornalísticas da história da imprensa no Brasil. Seu proprietário, Assis Chateaubriand, foi um dos homens públicos mais influentes do país nas décadas de 1940 e 1960, destacando-se como jornalista, empresário e político. No seu auge, os *Diários Associados* reuniam, em todo o Brasil, 36 jornais, 18 revistas, 36 rádios e 18 emissoras de televisão, além de bater recordes de tiragem com a revista *O Cruzeiro*.

²⁴⁵ *Gazeta*. Loc. cit.

²⁴⁶ Loc. cit.

seguida ser transferido para a penitenciária do Estado²⁴⁷. O fato causou comoção entre a Câmara de Vereadores da capital. Segundo a *Gazeta*, tão logo tomou conhecimento do ocorrido, o presidente da Câmara Municipal, Hamilton Moraes, dirigiu-se até a Secretaria do Interior, a fim de obter informações acerca dos motivos pelos quais Miranda havia sido detido sem, no entanto, obter alguma resposta satisfatória²⁴⁸.

O Sindicato dos Radialistas de Alagoas também distribuiu nota à imprensa, protestando contra a prisão de seu presidente. Na nota, afirmava que a prisão do radialista, de maneira injustificável, assim como já havia acontecido com outros líderes sindicais, já se tornou rotineira, desde que Alagoas começou a ser governada por Luiz Cavalcante²⁴⁹. A seção alagoana do CGT, além da manifestação de solidariedade com as greves dos portuários, estivadores, conferentes, marítimos e rodoviários autônomos, através de nota a imprensa, protestou contra as atitudes violenta e arbitrária da força policial de Luiz Cavalcante. A nota também ameaçava que o CGT deflagraria uma greve geral no Estado, caso permanesse o clima de repressão²⁵⁰.

A Câmara Municipal deliberou um estado de “sessão permanente”, em obediência a um requerimento do vereador Claudenor Sampaio. Hamilton Moraes, outro vereador, salientou que o legislativo municipal tomaria todas as providências que o caso exigia, já havendo enviado telegramas ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça e ao Ministro do Trabalho²⁵¹. O vereador Roberto Farias, em entrevista a *Gazeta*, esclareceu como ocorreu a prisão. Na manhã do dia anterior, estava dirigindo-se com o vereador Nilson Miranda, a convite deste, para visitar os diversos sindicatos de trabalhadores. Assim, Farias explicou

(...) que foram averiguar se as greves deflagradas à zero hora do dia 07 estavam realmente sendo de caráter pacífico. Quando se dirigiam de um sindicato a outro surgiram 4 policiais que convidaram o vereador em questão para comparecer, a convite até a 2º Delegacia. Na qualidade de advogado ele, Roberto Farias, protestou contra o ato injusto e, sobretudo inconstitucional do Delegado e que aquilo era uma verdadeira “coação”, indo de encontro às leis do País. Em virtude do seu protesto houve, do mesmo modo, pretensões para que também fosse preso.

²⁴⁷ “CGT ameaça deflagrar greve geral no estado” In *Gazeta de Alagoas*. 08/06/1963. p. 1.

²⁴⁸ Loc. cit.

²⁴⁹ Loc. cit.

²⁵⁰ Loc. cit.

²⁵¹ “Sessão permanente até que o vereador seja libertado.” In: *Gazeta de Alagoas*. 08/06/1963. p. 1.

Não encontramos nenhuma matéria no *Jornal de Alagoas* que fizesse qualquer menção ao ocorrido com Miranda; além disso, não há notícia na *Gazeta* sobre quanto tempo ele permaneceu preso. Na matéria “Paralisação dos Portos dá prejuízos incalculáveis”²⁵², a *Gazeta* informa que se havia estabelecido um contato entre um representante do estado e os grevistas sem que nenhum entendimento pudesse pôr fim a greve. A partir de então, não encontramos nenhuma notícia sobre as negociações bem como sobre o fim da greve. No entanto, quase dois meses depois, a *Gazeta de Alagoas* voltaria a estampar, na sua primeira página, a ameaça de uma greve por parte dos funcionários do Porto.

No dia 02 de agosto, a *Gazeta* informava que os portuários entrariam em greve, a partir do dia seguinte, caso o governador do estado não tomasse as providências para federalização do Porto²⁵³. A greve²⁵⁴, deflagrada em 7 de agosto, estendeu-se ao longo de 11 dias apesar da mobilização das forças policiais para conter o movimento. A greve terminou com os portuários tendo a sua reivindicação, a federalização do Porto de Maceió, atendida²⁵⁵.

O *Jornal de Alagoas* deu ampla cobertura aos acontecimentos relacionados a esta greve, principalmente no tocante à atuação do governador de Alagoas nas negociações para a federalização do porto. Na matéria intitulada “Interessado em resolver o problema do terminal da Petrobras: governador LC”²⁵⁶, o jornal dava notícias procedentes do escritório de Alagoas, no Rio de Janeiro, sobre a movimentação do governador LC naquele estado,

(...) durante o dia de anteontem, visando outros benefícios para o estado de Alagoas, relacionados com a construção do terminal marítimo da Petrobras em nosso estado, a intensificação de pesquisas e exploração do petróleo alagoano, pagamento de *Royalties* ao nosso estado, urgência na conclusão da linha de transmissão Delmiro - Olho D'Água das Flores e obtenção de recursos Piaçabuçu – Penedo – Junqueiro²⁵⁷.

²⁵² *Gazeta de Alagoas*. 09/06/1963. p. 1.

²⁵³ “Greve dos portuários” In: 02/08/1963. p. 1.

²⁵⁴ “Prossegue a Greve dos Portuários Apesar das Violências Policiais” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 18/08/1963 n. 30. p.1.

²⁵⁵ Em outra matéria na mesma edição, o jornal relata que ao sétimo dia de greve os portuários conseguiram a decretação da federalização do porto, só que segundo Miranda o dinheiro liberado teria sido retido pelo governador e esta greve já estaria no décimo primeiro dia.

²⁵⁶ *Jornal de Alagoas*. 11/08/1963. p. 5.

²⁵⁷ Loc. cit.

A intenção do jornal ao veicular notícias como essa, é a de construir uma imagem de Luiz Cavalcante como um governante sensível às demandas dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que enaltece a sua participação nas negociações que visavam implementar avanços econômicos com a exploração do petróleo em terras alagoanas. Contudo, em momento algum o jornal faz alguma menção sobre a resistência dos trabalhadores e a repressão policial que estes estavam enfrentando.

No dia 18 de agosto, no editorial “O salário dos servidores do Porto”²⁵⁸, ao fazer uma análise sobre a greve, o jornal afirma que “os servidores do Porto de Maceió, cansados de esperar por uma melhoria salarial que a administração estadual não lhes pode dar, foram à greve e conseguiram em tempo recorde que saísse o decreto de federalização do nosso porto”. Neste trecho se pode observar mais uma defesa do governador Luiz Cavalcante, já que pressupõe que o governador teria atendido as reivindicações salariais dos trabalhadores caso dispusesse de recursos para isso.

Mas o tom do editorial, na verdade tem outro alvo, o presidente João Goulart:

Há cerca de dois anos passados, o presidente da República montou no Brasil um dispositivo sindical para servir aos seus desígnios políticos. Esperava-se que o congresso cedesse na aprovação de uma lei ou de um novo gabinete apertava o botão do dispositivo e os trabalhadores entravam em greve. O congresso não resistia à pressão. De tanto usar o dispositivo, um dia esse se voltou contra ele. Os trabalhadores verificaram que precisavam também defender suas reivindicações e o expediente que o governo lhes entregara era ideal: fazer greve.

Neste trecho do editorial, o jornal intenta construir a imagem de que Jango manipularia os trabalhadores para que pudesse obter vantagens políticas com isso. Antes e depois do golpe de 1964 não foram poucas as iniciativas que provocaram e induziram à desqualificação do presidente João Goulart e de sua trajetória política. Foram desenvolvidas, com eficácia crescente, por seus opositores desde sua posse como ministro do Trabalho em 1953. Estenderam-se, com vigor, à conjuntura pré-1964 e ganharam fôlego nos anos seguintes ao golpe que o depôs. A elas se somou um silêncio que urdiu um esquecimento consoante com o objetivo dos responsáveis pelo regime autoritário de legitimar suas ações²⁵⁹.

²⁵⁸ *Jornal de Alagoas*. 18/08/1963. p. 4.

²⁵⁹ Cf. GOMES, Ângela de Castro. “Memórias em disputa: Jango Ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?” In: Marieta de Moraes Ferreira (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006. Neste capítulo, Gomes aponta que tal fato decorreu da habilidade de João Goulart nas relações desenvolvidas com o movimento sindical e demais organizações populares. Desde seu mandato como ministro do Trabalho e com maior ênfase quando presidente da República buscou, nas

No trecho seguinte, o editorial afirma que a partir de então “as greves passaram a se suceder. Dizem que na Leopoldina há um líder sindical que para a ferrovia com um simples telefonema. É o dispositivo mais eficiente do país. Dele souberam usar agora os portuários de Maceió com excelentes resultados”²⁶⁰. Em seguida, o jornal tenta desqualificar a importância do porto:

Para se vir a que ponto chegaram as cousas no Brasil basta verificar que dos problemas técnicos que enfrenta nosso porto o da remuneração do seu pessoal não é o mais grave. O Porto de Maceió nunca chegou a ser um porto na acepção rigorosa da palavra. Construído em condições discutíveis não chegou a completar suas instalações e após inaugurado entrou a se deteriorar. Quem o visite verá o estado de penúria em que sobrevive, operando em condições altamente deficientes. O governo federal nunca olhou para isso, nem ninguém ainda tentou uma greve para reaparelhá-lo. Talvez não tarde o dia em que passe a não permitir mesmo qualquer operação de embarque ou desembarque. Dizem, aliás, que a Sudene julga-o desnecessário, preferindo melhorar o porto do Recife e deixar que o nosso apenas desapareça.

O problema da melhoria salarial do pessoal do porto de Maceió era realmente grave e o governo resolveu-o com rapidez. Vamos agora lutar pelos outros problemas, cuja solução é tão fundamental como o da remuneração do seu pessoal.

O *Jornal de Alagoas*, com editoriais deste tipo, começava a ensaiar uma campanha que algum tempo depois se tornaria vigorosa dentro de sua linha editorial. Entre o final de 1963 e o início de 1964, os ataques dirigidos ao presidente vão aumentar consideravelmente, e assim como outros jornais do resto do país, vão contribuir para que a crise política do governo Goulart atinja sua tensão máxima.

Em setembro de 63, a greve deflagrada pelos bancários durou 11 dias, paralisando uma grande parte dos estabelecimentos bancários de Maceió. No dia 02, em uma reunião realizada no Palácio do Trabalhador, os bancários deliberaram a aprovação de um “estado de greve”, podendo, a qualquer momento deflagrarem o movimento paredista²⁶¹. Segundo nota publicada na *Gazeta de Alagoas*, a reunião foi convocada “para apreciar a posição dos banqueiros face às reivindicações dos empregados, que pleiteiam melhoria salarial. Após muitos debates, os bancários decidiram publicar nota

demandas dos trabalhadores referências para suas políticas governamentais. Enfrentou, em razão dessa opção, forte oposição conservadora. Os mesmos setores que se opuseram à sua posse, em 1961, articularam-se para depô-lo, em 1964.

²⁶⁰ *Jornal de Alagoas*. Loc. cit.

²⁶¹ “Bancários em estado de greve ameaçam paralisar atividades” In: *Gazeta de Alagoas*. 03/09/1963. p. 1

oficial, onde definem a posição assumida, bem como os motivos que determinaram aquela atitude”²⁶².

Uma semana depois, o Sindicato dos Bancários publicaria a seguinte nota²⁶³:

As autoridades, aos trabalhadores, ao povo em geral:

Voltamos a nos dirigir à opinião pública a fim de que, mais uma vez, fique demonstrado o nosso espírito de conciliação.

1 – Apesar de já termos esperado 45 dias por uma resposta patronal concreta, mantemo-nos pacientes e esperançosos de uma solução, sem que tenhamos que recorrer a medidas extremas asseguradas aos trabalhadores pela Constituição Brasileira.

2 – Compareceremos hoje as 16h à Delegacia Regional do Trabalho, imbuídos do melhor propósito de que cheguem a bons termos as conversações apesar de sentirmos a intransigência patronal, pois ainda não nos foi dada oportunidade de uma discussão amigável, como é do nosso desejo e como ocorreu no passado, quando assinamos pacificamente um acordo. Isto nós buscamos, MAIS UMA VEZ, no dia da nossa assembleia do dia 3 quando procuramos pela manhã, na sede da Delegacia do IAPB, o presidente do sindicato dos bancos, solicitando-lhe uma proposta concreta. Resta-nos dizer que de nada adiantou esse contato.

3 – Não temos o objetivo de prejudicar a população de nossa terra e isso está demonstrado pela nossa grande espera de uma solução. Se, todavia, formos forçados a um movimento paredista, ORDEIRO e PACIFICO como tem sido os nossos movimentos anteriores, A CULPA CABERÁ ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE A CLASSE PATRONAL, insensível às nossas reivindicações, ao nosso espírito conciliador e ao interesse da população desta cidade em ver resolvido amigavelmente o litígio entre a nossa categoria e a classe patronal.

4 – Voltaremos a esclarecer a opinião pública, amanhã, se for preciso.

Assim como aconteceu com a greve dos portuários, percebemos que a *Gazeta de Alagoas* se esforça em fazer uma cobertura diferente da feita pelo *Jornal de Alagoas* no tocante aos acontecimentos relativos à greve. Talvez o ponto mais significativo seja o espaço para a publicação das notas dos sindicatos de trabalhadores, algo que não acontece com o *Jornal de Alagoas*, que direciona as suas matérias e editoriais a atacar todo e qualquer movimento dos trabalhadores que aponte em direção à ruptura com a ordem.

A greve foi deflagrada no dia 11, depois de uma série de reuniões entre banqueiros e bancários, os quais não chegaram a nenhum acordo que viesse a solucionar o problema do aumento salarial²⁶⁴. Segundo a *Gazeta de Alagoas*, os patrões haviam

²⁶² Loc. cit.

²⁶³ “Sindicato dos empregados em estabelecimentos bancários de Maceió: nota oficial” In: *Gazeta de Alagoas*. 10/09/1963. p. 1.

²⁶⁴ “Greve dos bancários começa hoje” In: *Gazeta de Alagoas*. 11/09/1963. p. 6.

oferecido o aumento baseado no aumento do custo de vida no estado, o que não foi aceito pelos bancários por ser, segundo eles, uma forma de atrasar o reajuste salarial, que não virá de maneira justa, por falhar na maioria das vezes a estatística oficial. Afirmaram ainda que nenhum levantamento foi feito e que a fórmula apresentada pelos empregadores é apenas uma maneira de levar a classe ao desespero²⁶⁵.

Os bancários decidiram então deflagrar a greve da categoria diante da falta de um acordo com os patrões. Segundo a *Gazeta*, “organizados os piquetes de greve, todos os presentes saíram às ruas em passeata pacífica e ordeira. Na redação deste jornal explicaram as razões de sua greve. Paralisadas, portanto as operações de crédito de nossa capital, até que se encontre uma solução para o problema”²⁶⁶.

Do seu lado, no editorial “Greves e comunismo²⁶⁷” o *Jornal de Alagoas* chamava a atenção para greve “por motivo de reivindicações salariais e ninguém sabe quando as abrirão”²⁶⁸. Ao jornal incomodava que “os piquetes de greve não permitem sequer que os proprietários penetrem em seus estabelecimentos e aí estão duas prerrogativas constitucionais a se atritarem: o direito de greve e o de propriedade”²⁶⁹; dessa forma o jornal transparece a sua posição conservadora à medida que o direito de se fazer greve neste caso estaria atentando contra um direito maior, o da propriedade.

No trecho seguinte, o jornal tenta demonstrar os prejuízos trazidos pela paralisação dos trabalhadores, que afetariam a todos os dependentes das transações bancárias:

Clama a população, clamam os industriais, clama os comerciantes. Os títulos de créditos se vencem e se tornam passíveis de protesto. As fábricas se veem na iminência de não pagar seus operários, fechar suas portas, atirar famílias na miséria. E se não há uma providência, as autoridades são insensíveis à gravidade do problema.

O editorial prossegue elogiando a Caixa Econômica Federal, estabelecimento bancário que não aderiu à greve e, portanto, exemplo a ser seguido segundo o jornal:

Enquanto isto a CEF oferece um exemplo admirável do comportamento do nosso povo em face da greve dos bancários. Como estabelecimento do Governo, mantém-se de portas abertas e nada lhe aconteceu até agora. Ninguém dela retirou um centavo além de suas necessidades, intranquilo com a parede. Ao contrário, Sabe-se que o

²⁶⁵ Loc. cit.

²⁶⁶ Loc. cit.

²⁶⁷ *Jornal de Alagoas*. 14/09/1963. p. 2.

²⁶⁸ Loc. cit.

²⁶⁹ Loc. cit.

movimento de depósitos ali cresceu. A propaganda subversiva aconselhando a corrida nos bancos, forma de dobrar a resistência dos bancos, em nada alterou a conduta do povo. Se encontra os bancos fechados e patrulhados pelo Sindicato dos Bancários dá mais um passo e deposita suas economias na CEF.

Para que demonstração mais tranquila de repúdio à greve dos bancários?

Os comunistas desmantelaram a navegação marítima no BRASIL, e também a ferroviária. Ocuparam a Petrobras. Vão solapando a rede bancária. Mais tarde o transporte aéreo e o rodoviário. Submeterão creiam, o Brasil por obra dos próprios brasileiros aos seus negros desígnios. Esperam ter em breve aqui a Cuba enorme da América do Sul, com seu Fidel caboclo, o “paredón”, os “mísseis” soviéticos, as tropas russas e os técnicos o açúcar e o café brasileiro como tem o açúcar e o café cubanos. Esperam também matar nossa liberdade, nossa cultura ocidental, nosso governo democrático nossa família cristã. Dão agora os passos finais da negra arrancada.

No dia 20 de setembro, após uma série de negociações entre os bancários e os banqueiros, intermediada pelo juiz do trabalho Paulo Quintela, os trabalhadores aceitaram a solução proposta pelo juiz²⁷⁰. Já no dia anterior, “a solução proposta pelo juiz trabalhista havia sido aceita pelo sindicato dos empregados em estabelecimentos bancários de Maceió, os quais apenas pleitearam a extensão os seus feitos aos bancários do interior do estado”²⁷¹. Todavia, os banqueiros se mantiveram “impassíveis na sua oferta de setenta por cento sobre os salários resultantes do mesmo acordo. Alegaram total incapacidade de meios financeiros dos bancos para atenderem a proposta”²⁷².

Com o fim da greve em 21 de setembro, o editorial “Volta a normalidade a situação bancária”²⁷³, o *Jornal de Alagoas* fazia questão de elogiar o Tribunal do Trabalho pelo empenho nas negociações para que a greve chegasse ao fim e aos trabalhadores da Caixa Econômica Federal por não terem aderido à greve, permitindo que as transações bancárias na capital não fossem interrompidas totalmente.

O ano de 1963 continuaria a assistir uma atividade cada vez maior do movimento sindical bem como do número de greves. Quase diariamente os jornais alagoanos traziam notícias sobre as greves que estouravam por todo país, alarmando a população alagoana do caos para o qual o Brasil estava – a passos largos – caminhando. Em novembro de 1963, na cidade de São Paulo aconteceu uma greve que, segundo Negro e Silva, vislumbrou a representação de 700 mil trabalhadores lotados nas bases

²⁷⁰ “Grevistas e banqueiros de Alagoas ainda não chegaram a entendimento” In *Jornal de Alagoas*. 20/09/1963. p. 5

²⁷¹ Loc. cit.

²⁷² Loc. cit.

²⁷³ *Jornal de Alagoas*. 21/09/1963. p. 4.

de 79 sindicatos e 4 federações²⁷⁴. Segundo os autores, a Greve dos 700 mil destaca-se devido à tentativa dos trabalhadores em estabelecer uma nova forma de negociação salarial coletiva que abrangesse todas as categorias sindicais, por meio da representação direta dos líderes representantes das principais organizações horizontais do país. A análise desse movimento retrata a luta dos trabalhadores para legalizar a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria) e o PAC (Pacto de Ação Conjunta), bem como as diferentes interpretações apresentadas pelos magistrados do Tribunal Regional do Trabalho – TRT – e pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST²⁷⁵.

Os autores concluem destacando o fato de se tratar de uma greve eclodida em um momento político extremamente tenso. A campanha liderada pela oposição ao governo Goulart disseminava o medo de que uma “república sindicalista” se instalasse no país. Desde meados de 1962, o CGT e o PAC atuavam como entidades centralizadoras dos sindicatos, tendo conquistado algumas vitórias, entre elas o salário família, a realização do plebiscito, o abono de Natal e a não decretação do estado de sítio. Nesse contexto, a Greve dos 700 mil representou um momento importante para a história do movimento da classe trabalhadora, devido ao avanço das reivindicações e negociações travadas durante o movimento paredista, que visava amplas mudanças nas relações entre patrões e empregados²⁷⁶.

A disputa entre os grupos políticos adversários, tanto em Alagoas quanto no resto do país, adentraria o ano de 1964, caminhando a passos largos para um desfecho que enfim chegaria ao início de abril.

²⁷⁴ NEGRO e SILVA. Op. cit. p. 82.

²⁷⁵ Ibid. p. 84.

²⁷⁶ Ibid. p. 85.

Capítulo 3 – A caminho do desfecho: as greves de 1964 e a deflagração do golpe em Alagoas

Cedo, na manhã seguinte, empregados da prefeitura vieram limpar a calçada dessa feia mácula, e quando começaram a raspar do muro o palavrão, aos poucos se foi formando diante deles um grupo de curiosos.

Aconteceu passar por ali nessa hora um modesto funcionário público que levava para a escola, pela mão, o seu filho de sete anos. O menino parou, olhou para o muro e perguntou:

– Que é que está escrito ali, pai?

– Nada. Vamos andando, que já estamos atrasados...

O pequeno, entretanto, para mostrar aos circunstantes que já sabia ler, olhou para a palavra de piche e começou a soletrá-la em voz muito alta: “Li-ber...”

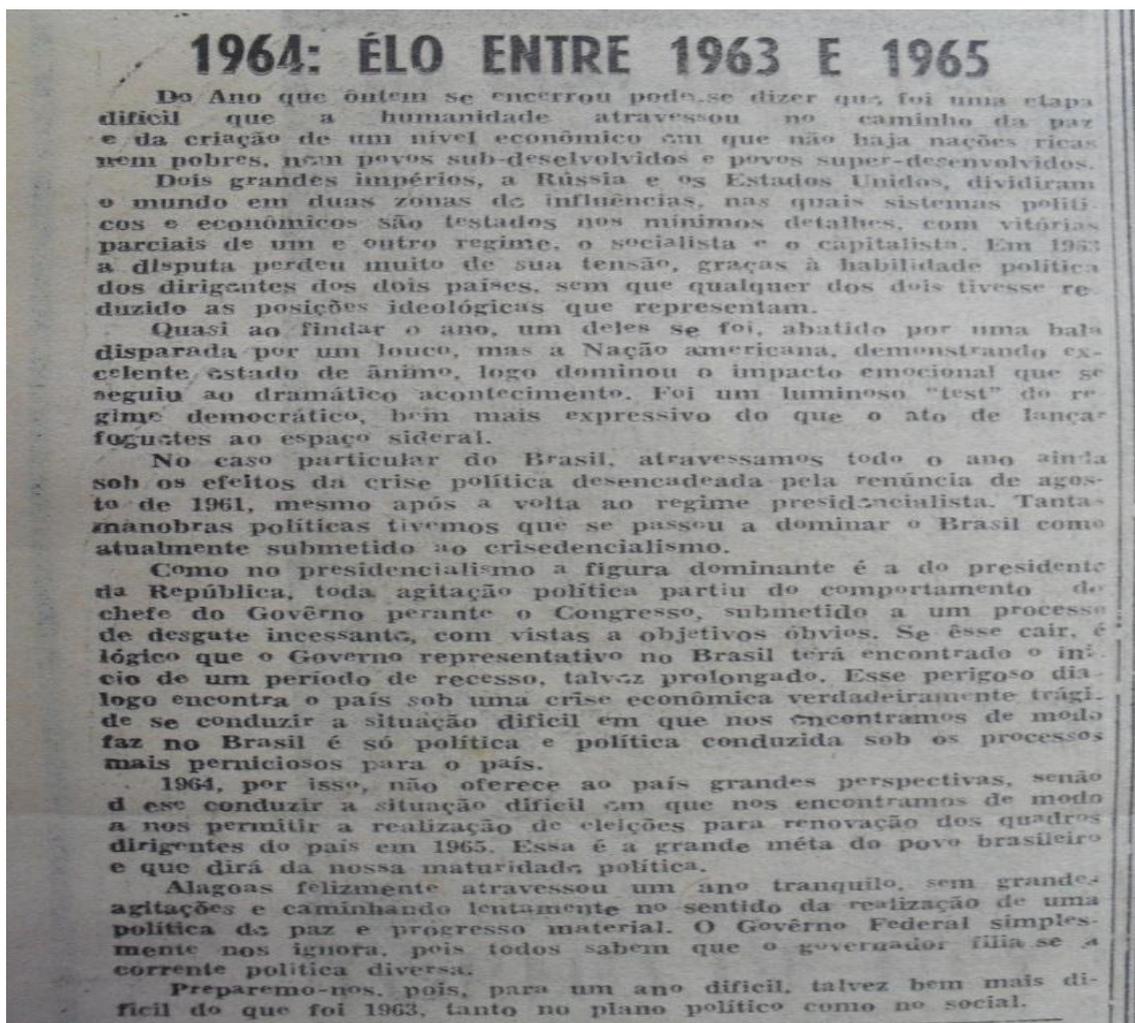
– Cala a boca, bobalhão! – exclamou o pai, quase em pânico. E, puxando com força a mão do filho, levou-o, quase de arrasto, rua abaixo.

(Érico Veríssimo, Incidente em Antares)

O ano de 1964 foi decisivo nas disputas entre os grupos dominantes e os segmentos que se manifestavam a favor das Reformas de Base; entre elas a reforma agrária, cujo significado representou um impasse nas disputas sociais em Alagoas. As elites dominantes que tinham no latifúndio a base estratégica do seu poder de dominação temiam uma radical distribuição de poder caso se realizasse esse programa de reformas. As constantes greves colocaram em alerta os grupos dominantes uma vez que as mobilizações de trabalhadores no campo adquiriam cada vez maior representação.

Não por acaso na sua edição de 01 de janeiro de 1964, o *Jornal de Alagoas* discutia com preocupação a situação do país naquele período²⁷⁷. O jornal fazia um balanço do ano de 1963 demonstrando os problemas que a disputa entre as duas grandes potências, os Estados Unidos e a União Soviética, estaria trazendo para todo mundo. Ao tratar da realidade brasileira, o jornal era enfático ao apontar que o país, mesmo depois do plebiscito onde os poderes presidenciais de João Goulart foram restaurados, ainda vivia os reflexos da crise de agosto de 1961 e que diante da onda grevista que havia aumentado consideravelmente no ano de 1963, previa que o ano de 64 seria ainda mais difícil.

²⁷⁷ “1964: Elo entre 1963 e 1965” In: *Jornal de Alagoas*. 01/01/1964. p. 4.



Editorial do *Jornal de Alagoas* de 01 de janeiro de 1964.

O governador Luiz Cavalcante por seu lado se utilizava da imprensa oficial do Estado para divulgar os feitos da sua administração à frente de Alagoas. Na comemoração do terceiro ano de governo do Estado, fazia um balanço altamente positivo do seu mandato. Ao se referir ao período em que assumiu o cargo de governador, aponta que na época, “Alagoas vivia uma fase de intranquilidade que todo o País tomava conhecimento, o governador anterior havia sofrido um processo de impeachment e no interior eram constantes os atritos políticos resultantes em crimes”²⁷⁸, ao mesmo tempo em que se coloca como “o candidato que havia desafiado o crime com a pregação de paz e, por isso, tornou-se a esperança de todos e agora passados três anos o Estado vive em absoluta paz e o governador não guarda rancor”²⁷⁹.

²⁷⁸ “Governador completa hoje terceiro ano de sua administração eficiente” In: *Diário Oficial*. 31/01/1964. p. 1.

²⁷⁹ Loc. cit.

Luiz Cavalcante agradece ao cel. João Mendes Mendonça, “a ajuda por manter o clima de paz que o Estado vivenciava e que no começo teve de enfrentar as forças antipopulares”²⁸⁰. Em seguida, menciona que em Alagoas não haveria “a chamada agitação camponesa porque o próprio governador tomou a iniciativa de incentivar a formação dos Sindicatos Rurais.” Nesse ponto a preocupação do governador com a questão agrária adivinha, sobretudo, da necessidade de controle sobre o movimento social no campo, que atingiria um nível de mobilização preocupante para os setores dominantes. Reconhecida a gravidade que assumia a questão agrária no país e a intensificação das lutas dela decorrentes, tornava-se necessário reduzir as tensões, realizando assentamentos em áreas pertencentes ao próprio governo estadual ou em pequenas áreas, desde que com a aprovação dos empresários da agroindústria canavieira e das determinações do IPES/IBAD²⁸¹. Mantinha-se, desta forma, a mesma estrutura fundiária ao não tocar nos latifúndios de propriedade das usinas e dos fornecedores de cana.

Mas as condições de vida no período se tornavam difíceis a cada dia. Em várias matérias da grande imprensa alagoana, além do jornal *A Voz do Povo*, encontramos artigos que demonstram preocupação com o aumento crescente do custo de vida em Alagoas. É possível ter uma ideia da situação dos trabalhadores naquele período a partir de uma ata de reunião do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, em março de 1964:

Fez uso da palavra o companheiro José Graciliano representante do Sindicato de Rio Largo, saudando primeiramente os companheiros presentes em seguida em breve explanação disse, que em seu sindicato já tinha havido uma reunião idêntica a esta e que a decisão dos trabalhadores de Rio Largo tinha sido de falar, não, de pleitear também não, porém de exigir 100% sobre o salário. Dizia exigir porque não acreditava mais em meios termos, em dissídios, porque estes andavam a passos de tartarugas, porém acreditava no direito do trabalhador se por acaso houvesse união, pois vários operários construírem prédios e nem sequer possuem uma choupana para se abrigarem, construírem automóveis e só terem o direito de vê-los passar nas ruas, era preciso pois, que nos acordássemos, que nos uníssemos para exigir os nossos direitos, direitos esse que só por meio de grande luta, libertaríamos das mãos de um grupo de privilegiados.

²⁸⁰ Loc. cit.

²⁸¹ MELLO, Paulo Décio de Arruda. *Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação*. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. UFRRJ, Itaguaí, 1990. p. 112.

Neste quadro de aumento progressivo do custo de vida, a mobilização dos trabalhadores tanto da cidade quanto do campo, atingiriam níveis significantes. A deflagração de duas greves no início de 64 ajudaria a acentuar o nível de radicalização política que teria o seu desfecho decidido a partir do comício do dia 29 de março em Maceió.

3.1 Greves de 1964

Em janeiro de 1964 duas greves ajudaram a acirrar os ânimos entre o Governo do Estado e movimentos sociais em Alagoas: a greve dos trabalhadores em combustíveis e a greve dos trabalhadores rurais. No dia 9 de janeiro, o *Jornal de Alagoas* trazia, numa matéria, a entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Combustíveis e Mineração, Etevaldo Dantas, sobre o movimento paredista que havia sido iniciado no dia anterior.²⁸² Dantas declarou ao jornal que a categoria tentou negociar durante todo o mês de dezembro de 1963 e que as principais reivindicações giravam em torno de garantias trabalhistas já regulamentadas pelo governo Federal (nível de salário mínimo, décimo terceiro e etc.) em outros Estados da Federação.

Nos nove dias que a greve durou, as matérias do *Jornal de Alagoas* deixavam clara a preocupação de que o Estado mergulharia numa grande crise, caso o abastecimento de combustível continuasse parado. No dia seguinte, uma reunião entre os representantes dos trabalhadores e o secretário do Interior, Nilo Floriano Peixoto, não trouxe um entendimento sobre o fim do movimento²⁸³.

Em poucos dias, o movimento passou a contar com o apoio do CGT e de alguns sindicatos, como por exemplo, o dos Trabalhadores do Petróleo e o dos Jornalistas²⁸⁴ – que tinham Alan Rodrigues Brandão e Nilson Miranda respectivamente como presidentes – e que se mantinha “irredutível” na manutenção da greve.²⁸⁵ Aqui se nota a clara posição conservadora do jornal ao querer retratar os trabalhadores como não sensíveis em aceitar um acordo para pôr fim a paralisação. Outra assembleia no dia 11,

²⁸² “Começa a faltar gasolina” In: *Jornal de Alagoas*, 09/01/1964, p. 6.

²⁸³ “Greve dos trabalhadores em combustíveis pretende paralisar o Estado: Gasolina nem pra coletivo” In *Jornal de Alagoas*, 10/01/1964.

²⁸⁴ “Sindipetro e Sipea” In: *Jornal de Alagoas*, 11/01/1964, p. 6.

²⁸⁵ “Diversas tentativas de acordo foram repelidas: os grevistas dos combustíveis irredutíveis” In: *Jornal de Alagoas*, p. 5.

presidida pelo representante do CGT e presidente do sindicato dos bancários, Roland Benamour, decidiu novamente pela rejeição a proposta dos patrões²⁸⁶.



Matéria do *Jornal de Alagoas* sobre a greve dos combustíveis.

No dia 12, o jornal relatava que a greve continuava sem um entendimento final, e que o movimento paredista dos trabalhadores nas empresas comerciais de minérios e combustíveis de Alagoas já trazia “enormes prejuízos” para a sociedade alagoana²⁸⁷. No título de uma matéria intitulada “Greve dos trabalhadores em combustíveis pretende paralisar o Estado: Gasolina nem pra coletivo”, é notável a tentativa de se construir uma imagem de que, os prejuízos da paralisação não apenas afetavam os possuidores de automóveis, mas também a grande maioria da população que dependia de transporte público para se locomover até os seus locais de trabalho. Em outra matéria, o jornal relata que na tarde do dia anterior esteve reunido com o CGT discutindo uma série de problemas da organização, mas nenhum dizia respeito à greve ou a sua duração. Dois dias depois, o jornal alerta para a “fase de afirmação” que o movimento havia alcançado e a “falta de pulso firme” das autoridades para com os grevistas²⁸⁸. Nesse aspecto, é difícil entendermos o que seria essa “falta de pulso”, já que o *Jornal de Alagoas* não faz críticas a administração do governador Luiz Cavalcante nem ao secretário do Interior, João Mendes Mendonça, este último responsável pela segurança pública em Alagoas.

²⁸⁶ “Greve continua: gasolina cada vez mais cara” Idem, p. 5.

²⁸⁷ “Greve continua: gasolina é cada vez mais escassa.” In: *Jornal de Alagoas*. 12/01/1964. p. 6.

²⁸⁸ “Estado as vésperas da paralisação total: falta gasolina por falta de pulso firme” In: *Jornal de Alagoas*. 14/01/1964. p. 6.

Prova disso é que, quando o governador mobiliza a Secretaria do Interior através do Cel. João Mendes Mendonça para abastecer os postos de gasolina da capital, o *Jornal de Alagoas* se apressou em elogiar a posição “nacionalista” e “democrática” do governador ao garantir o abastecimento de combustível antes que o Estado entrasse em colapso pela falta do mesmo²⁸⁹. As posições nacionalista e democrática do governador se expressam de forma que no clima de radicalização política da época, as greves daquele tipo seriam fomentadas pelos agentes do comunismo ateu e internacional, que através da subversão e agitação visavam instaurar no país o caos e a desordem.

Para decepção do jornal, no fim da mesma matéria, foi noticiado que a greve permanecia. Dois dias depois um acordo entre trabalhadores e patrões pôs fim à greve que, segundo uma matéria do jornal do PCB, *A Voz do Povo*, foi vitoriosa para os trabalhadores²⁹⁰. O jornal relatou que a aliança com o CGT e o apoio de outros sindicatos foram alguns dos elementos decisivos para o sucesso do movimento, e que a vitória na greve serviu como fator de fortalecimento do movimento operário frente aos interesses imperialistas dos exploradores do petróleo tanto em Alagoas como no Brasil.

Por seu turno, o governador Luiz Cavalcante fez publicar no *Diário Oficial de Alagoas* duas matérias em que a sua posição no desfecho do movimento grevista foi bastante elogiada. Na primeira, Governador e Secretário do Interior eram enaltecidos “pela sua [ilegível] e patriótica atuação na recente crise provocada pela falta de combustíveis em nosso Estado, o cel. João Mendes de Mendonça continua recebendo manifestações de apreço de todas as classes realmente cômicas de suas responsabilidades”²⁹¹. Na segunda, trazia na íntegra uma mensagem da Associação Comercial de Palmeira dos Índios que dizia:

Assinado pelo Sr. Jorge Moraes, presidente da Associação Comercial de Palmeira dos Índios, recebeu o governador Luiz Cavalcante, em data de ontem, o seguinte telegrama: ‘A associação comercial de Palmeira, reunida em assembleia extraordinária, aprovou votos de aplausos e apoio às medidas tomadas por V. Excelência, no sentido de evitar o prolongamento grevista dos distribuidores dos derivados de petróleo, que ameaçaram transformar a vida econômica do Estado’²⁹².

²⁸⁹ “Governo interveio e garantiu o abastecimento em todo o Estado pelo preço real” In: *Jornal de Alagoas*. 16/01/1964. p. 6.

²⁹⁰ “Vitoriosa greve dos trabalhadores em combustíveis” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 18/01/1964 n.2. p.1.

²⁹¹ “As classes produtoras aplaudem e apoiam atitude do secretário” In: *Diário Oficial*. 17/01/1964. p. 1.

²⁹² “Associação Comercial de Palmeira: Aplausos e apoio ao governador” In: *Diário Oficial*. 24/01/1964. p. 1.

Essa greve também foi representativa por outro aspecto, já que além do abastecimento de combustível como já mencionamos acima, havia outro ponto importante embutido no problema. Rodrigo Motta no que chama de *Segundo grande surto anticomunista*²⁹³, que ocorreu entre os anos de 1961 a 1964 discute que as ondas grevistas crescentes a partir de 1963 foram um dos argumentos usados pelos golpistas para deflagrarem o movimento civil-militar em março de 1964. Motta aponta para o alerta que se fazia à “presença comunista em diversos setores da vida nacional, nas organizações sociais e principalmente no aparato estatal.”²⁹⁴ Denunciava-se que os comunistas estariam presentes em vários órgãos da administração como o Ministério do Trabalho, nas instituições previdenciárias e acima de tudo nas forças armadas²⁹⁵. Mas era no tocante à Petrobrás e aos combustíveis que a situação era mais delicada:

No caso da estatal petrolífera, a alegada influência comunista gerou polêmicas acirradas (“A sovietação do Petróleo”²⁹⁶) provocou a constituição de uma CPI no Congresso. A ansiedade causada pela presença esquerdista na Petrobras devia-se à importância estratégica do controle sobre os combustíveis, no caso de uma eventual conflagração militar²⁹⁷.

Enquanto a greve dos combustíveis mal chegava ao fim, na edição de 18 de janeiro de 1964, o jornal *A Voz do Povo* estampava na sua primeira página a matéria “50 mil camponeses irão à greve pelo 13º mês de salário!” A matéria tratava da mobilização na qual estavam envolvidos o CGT e a Federação de Trabalhadores Rurais, que exigia o pagamento do décimo terceiro mês de salário aos trabalhadores, pois nenhuma usina havia feito até aquele momento²⁹⁸. Caso não houvesse o pagamento, 50 mil camponeses paralisariam suas atividades em todo o Estado e que a “atual situação se devia a inércia da delegacia do trabalho”²⁹⁹. O jornal cita ainda que “o governador Luiz Cavalcante seria o responsável pela vida dos camponeses uma vez que os trabalhadores sofreriam a represália violenta dos usineiros.”

²⁹³ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil 1917-1964*. São Paulo: Perspectiva 2002. p. 231.

²⁹⁴ Ibidem. p. 255.

²⁹⁵ Ibidem. p. 256.

²⁹⁶ Título de Editorial. *O Globo*. 08/11/1963. p. 1 Apud. MOTTA, p. 256.

²⁹⁷ Ibidem. p. 257.

²⁹⁸ “50 mil camponeses de Alagoas irão à greve pelo 13º mês de salário” In: *A Voz do Povo*. 18/01/1964. p. 1.

²⁹⁹ Loc. cit..



Matéria do jornal *A Voz do Povo* sobre a greve dos trabalhadores rurais.

No mesmo dia, o *Jornal de Alagoas* trazia uma matéria que revelava toda a sua preocupação caso essa greve, a primeira de trabalhadores rurais no Estado, fosse iniciada³⁰⁰. Uma entrevista com o presidente da FTRAL, Manuel Salustiano Lopes confirmava que de fato nenhum patrão havia pagado o 13º salário. É importante analisar com mais cuidado o que este fato representou na época, uma vez que o Estado estaria presenciando pela primeira vez uma greve de trabalhadores do campo, estes últimos, marcados pela relação de dominação que mantinham com sua classe patronal. Se na cidade os trabalhadores, desde meados da década de 50, vinham num crescendo em relação a sua capacidade de mobilização e enfrentamento a classe patronal, no campo a situação era um pouco mais delicada. Em várias matérias do jornal *A Voz do Povo*, encontramos denúncias de violências sofridas por trabalhadores, de espancamentos e de expulsão dos engenhos pelos proprietários, alguns exercendo mandatos no cenário político da época³⁰¹. Assim, o *Jornal de Alagoas* usava de uma greve deflagrada por trabalhadores do campo para fazer crer que o país se encontrava num caminho sem volta rumo ao caos e a desordem.

No dia 22 de janeiro, uma reunião na Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas - ASPLANA reuniu os representantes dos trabalhadores e dos patrões para a discussão do pagamento do 13º salário. Nessa reunião esteve presente o então Delegado

³⁰⁰ “Camponeses de Alagoas ameaçam com greve se não for pago o Décimo Terceiro salário até o dia 27” In: *Jornal de Alagoas*. 18/01/1964. p.6.

³⁰¹ Como é o caso do deputado estadual Antonio Gomes de Barros da cidade de União dos Palmares, denunciado na matéria “Protestos de massas contra o espancamento do líder camponês José Pedro de Lima” In: *Voz do Povo*. Ano XVII 04/08/1963 n.26. p. 2.

Regional do Trabalho, Sr. Hilton Loureiro, que segundo o *Jornal de Alagoas* visava encontrar uma solução satisfatória para evitar que a greve fosse levada a termo³⁰². Apesar de todas as tentativas no sentido de impedir a deflagração da greve, no dia 29 o jornal trazia a matéria “Camponeses de três fazendas da Usina Leão e de uma da Usina Santa Clotilde em greve pelo 13º Salário”³⁰³, noticiando que trabalhadores haviam entrado em greve a despeito da decisão de que a mesma não deveria se iniciar no dia 27. Neste mesmo dia 27, houve uma reunião entre os trabalhadores e representantes patronais e do Ministério do Trabalho, porém não avançou na discussão sobre o pagamento do 13º.

No dia seguinte, o *Jornal de Alagoas* trazia notícias sobre a greve em quatro fazendas e destacava ainda que:

Emissários dos camponeses que entraram em greve segunda-feira última em quatro fazendas de canavieiras do nosso estado, voltaram desta capital com instruções da sua Federação para retomarem ao trabalho imediatamente, uma vez que os sindicatos rurais decidiram suspender a parada marcada para o dia 27 em todo o Estado. [Ilegível o resto]³⁰⁴.

Depois da matéria “Camponeses receberão décimo terceiro de salário: usineiros concordam”³⁰⁵, não há mais informações no *Jornal de Alagoas* sobre o andamento nem da greve (que de fato aconteceu) nem dos entendimentos tomados para a sua realização. No dia 09 de fevereiro, o jornal *A Voz do Povo* estampava em sua primeira página que “5000 Camponeses paralisam o trabalho nas fazendas e usinas pelo cumprimento das leis”³⁰⁶, destacando como principal reivindicação o pagamento do 13º salário e do salário mínimo. Outra importante informação trazida pelo jornal é a denúncia da reação armada dos latifundiários reforçada pelo aparato policial do Estado³⁰⁷ e conclamava que os outros grupos urbanos (operários e estudantes) decretassem greve geral como forma de solidariedade aos camponeses.

Diante deste quadro é um pouco difícil para nós termos uma visão global destes dois movimentos, já que a *Gazeta Alagoas* não deu atenção a eles e também só

³⁰² “Camponeses vão receber décimo terceiro mês” In: *Jornal de Alagoas*. 23/01/1964. p. 6.

³⁰³ “Camponeses de três fazendas da Usina Leão e de uma da Usina Santa Clotilde em greve pelo 13º Salário” In: *Jornal de Alagoas*. 29/01/1964. p. 6.

³⁰⁴ “Mais esclarecimentos sobre a greve em quatro fazendas” In: *Jornal de Alagoas*. 30/01/1964. p. 6.

³⁰⁵ *Jornal de Alagoas*. 06/02/1964. p. 6.

³⁰⁶ *A Voz do Povo*. 09/02/1964. p. 1.

³⁰⁷ *Ibidem*. p. 4.

dispomos de duas edições do jornal *A Voz do Povo* (a de 18 de janeiro de e a de 09 de fevereiro de 1964) que fazem menção a estes dois eventos. Como mencionamos acima, depois do dia 30 de janeiro o *Jornal de Alagoas* se cala sobre o assunto. Outro fator importante deste “silêncio” também pode ser verificado no *Diário Oficial*, onde não há notícias sobre o desenrolar dos fatos no caso da greve dos trabalhadores rurais, já que a repercussão da atuação do Governador e do Secretário do Interior na greve dos combustíveis foi explorada tanto no *Diário Oficial*, como no *Jornal de Alagoas*³⁰⁸.

3.2 O “canto da sereia que vem do leste”: o anticomunismo impresso do *Jornal de Alagoas*

Alzira Alves de Abreu aponta que durante o curto período em que João Goulart esteve à frente da presidência da República a imprensa brasileira adotou vários posicionamentos³⁰⁹. Em um primeiro momento, logo após a renúncia de Janio Quadros, a maioria dos jornais abriu espaço para discursos favoráveis à preservação do regime e a posse de João Goulart. Posteriormente, a mídia apoiou a solução parlamentarista (02/09/1961) e, depois, o plebiscito (06/01/1963). A seguir, com a ocorrência da Revolta dos Sargentos (12/09/1963) a imprensa começou o distanciamento do governo de João Goulart, apresentando como solução o impeachment do presidente e, portanto, sua substituição dentro da legalidade.

Por fim, com o Comício das Reformas (13/03/1964), o Levante dos Marinheiros (26/03/1964), a reunião dos sargentos no Automóvel Clube no Rio de Janeiro (30/03/1964) e a intensificação da mobilização ideológica, quando o governo acabou perdendo o apoio dos grupos de centro, aproximou-se da esquerda e levou a maioria dos jornais³¹⁰ a pedir a substituição do governo dentro dos preceitos constitucionais, enquanto a minoria exigiu³¹¹ a intervenção militar como única forma de restabelecer a ordem.

³⁰⁸ Na ânsia de conseguir respostas não só para este, mas para outros eventos abordados no trabalho, nossas tentativas de pesquisa e de entrevistas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maceió foi coroada de insucesso. As tentativas de contato com o seu presidente e demais membros esbarrou sempre na impossibilidade destes de nos atender, aumentando ainda mais o número de perguntas sem resposta que seguem nestas páginas.

³⁰⁹ ABREU, Alzira Alves de. “1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart.” In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

³¹⁰ *Ibidem*. p. 108.

³¹¹ *Ibidem*. p. 109.

Em Alagoas, a partir da greve dos trabalhadores rurais até o comício do dia 29 de março em Maceió, o *Jornal de Alagoas* empreendeu uma forte campanha contra o presidente João Goulart. Seus editoriais condenavam a “falta de pulso firme” do governo em relação à onda grevista que aumentava significativamente. O jornal pertencia à rede dos *Diários Associados*, de propriedade de Assis Chateaubriand, que mantinha ligações com o complexo IPES/IBAD através de Edmundo Monteiro (diretor-geral dos *Diários* e líder ipesiano)³¹². O complexo fazia veicular, através de agências a ele ligadas, a exemplo dos *Diários*, notícias e editoriais com a finalidade de manipular a opinião pública, infundindo ou fortalecendo “atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista”³¹³ buscando assim criar um clima propício à deposição de Goulart e à contenção da mobilização popular³¹⁴.

A seguir, procederemos à análise de alguns editoriais e matérias publicados no jornal entre o final de janeiro e o fim de março de 64, girando em torno de um tema que aquela altura dos acontecimentos tinha sérias conotações nos destinos políticos do país: a questão agrária e a mobilização dos trabalhadores do campo.

No editorial “Projeto Perigoso”³¹⁵, de 31 de janeiro, ao tratar do tema das desapropriações de terras que o Governo Jango visava empreender para levar à frente o programa das Reformas de Base, o jornal discute o tema da constitucionalidade das desapropriações:

Não é problema da constitucionalidade ou não do projeto das desapropriações que justifica as restrições surgidas em todos os setores da vida nacional, mas sim a manifesta inconveniência da medida, do ponto de vista político e econômico. Se o projeto é inconstitucional, a sua execução poderá ser obstada mediante simples recurso ao Poder Judiciário, ao qual caberá dirimir todas as controvérsias. E se tem ele o amparo da Constituição, não há por que recear-se que dele advenham providências atentatórias ao direito de propriedade, que a própria Lei Magna resguarda, exigindo indenização prévia e justa, em dinheiro, das áreas desapropriadas (...) ³¹⁶.

Aqui o jornal ao tratar da “inconveniência da medida, do ponto de vista econômico e político” se refere ao problema de se desrespeitar os dispositivos

³¹² Sobre a relação dos Diários Associados com o complexo IPES/IBAD, DREIFUSS. Op. cit., p. 233.

³¹³ DREIFUSS. Op. cit., p. 231.

³¹⁴ Ibidem, p. 232.

³¹⁵ *Jornal de Alagoas*. 31/01/1964. p. 2.

³¹⁶ Loc. cit.

constitucionais para levar a cabo uma medida que iria “atentar contra o direito de propriedade” e, portanto caberia ao Poder Judiciário “encerrar” o assunto de forma “simples”. Na parte seguinte do texto aparece a clara crítica ao presidente:

A intenção manifestada pelo Governo, de colocar grandes áreas no alvo das desapropriações, especificando geograficamente, é que confere a iniciativa aspectos inquietadores. Politicamente porque as desapropriações têm sido sempre feitas como forma de resolver conflitos sociais e a simples enunciação das áreas parece constituir-se em claro convite para que nelas se estabeleçam os lavradores sem terras, guiados por elementos interessados na subversão. E não se pode ter dúvidas de que a SUPRA continuará dispensando prioridade as áreas em que surjam tensões sociais, até porque lhe falecera recursos ara executar um plano de desapropriações segundo critérios preponderantemente técnicos e econômicos. Em consequência dessa permanente ameaça, as atividades da produção agrícola se ressentirão fatalmente, com prejuízos incalculáveis para a economia nacional. Não é, portanto, o decreto em si que é perigoso, mas as intenções e os objetivos políticos que ele deixa entrever³¹⁷.

Para o jornal, o problema não era fazer uma Reforma Agrária; o problema era como Jango a desejava fazer: passando por cima dos dispositivos constitucionais. Entendia-se ainda que as desapropriações que vinham sendo feitas até então estavam servindo para que “elementos interessados” na subversão se infiltrassem entre os trabalhadores sem-terra “ingênuos” e desvirtuassem a necessidade destes em detrimento de suas intenções políticas. No final, o editorial faz alusão aos “prejuízos incalculáveis para a economia nacional” e alerta para a intenção por trás do decreto, a de que o presidente Jango visava dar um golpe com o apoio dos “agitadores subversivos”.

Ao mesmo tempo em que “declarou guerra” ao governo Goulart e ao seu programa reformista, o *Jornal de Alagoas* elegeu um “modelo” a ser seguido: o estado de Minas Gerais. Não são poucas as referências que o jornal faz ao *povo mineiro* que resistia e lutava bravamente contra a *comunização* que avançava a passos largos no Brasil. No dia 08 de fevereiro, no editorial “Resistência do povo ao caos comunista”³¹⁸, o jornal dizia que pela segunda vez no curso de um mês “o povo mineiro dá ao Brasil o exemplo de como está disposto a resistir à agressão comunista estimulada nos próprios ambientes governamentais do país.” O editorial se refere ao Congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL) que deveria ter sido realizado em Belo Horizonte entre 24 e 28 de janeiro, mas que, diante de uma série de protestos

³¹⁷ Loc. cit.

³¹⁸ *Jornal de Alagoas*. 08/02/1964. p. 2.

envolvendo Igreja, políticos e organizações anticomunistas, foi impedido de acontecer e mudado para Brasília³¹⁹.

Segundo o jornal:

Um congresso comunista continental designou a capital mineira para sede. Talvez se sentisse estimulado pelo fato do governador de Minas Gerais estar mordido pela mosca azul da candidatura presidencial e somente com a capa de governante progressista, não esquerdista ou nacionalista, ser possível hoje em dia ter tais aspirações no Brasil. Pois o povo mineiro foi às ruas – estudantes, trabalhadores profissionais liberais, religiosos – e encurralou os congressistas e o Governo do Estado. Este confessou a impossibilidade de garantir a reunião e os comunistas foram acolhidos em Brasília, onde o governo federal até hospedagem paga pelos cofres públicos lhes proporcionou. Mas nos desertos da nova capital a reunião foi um fiasco³²⁰.

O segundo “exemplo” mineiro é dado quando do recebimento hostil de um representante da SUPRA (ou talvez seu próprio presidente) na cidade mineira de Governador Valadares:

Agora a SUPRA preparou um sapateiro como “leader” camponês e o despachou para Governador Valadares, no interior de Minas, para fazer agitação no campo. O homem de “remendão” passou rapidamente a bem falante, aludindo com frequência ao “processo espoliativo do povo brasileiro” como se fosse um ativista consumado. Quando a coisa parecia madura, com o tumor preparado, o “raffiné” superintendente da SUPRA partiu para o local para tirar as castanhas quentes da agitação pré-fabricada. Voltou demasiado apressado, quase esbaforido, para os pés do senhor mor para contar que dificilmente escapou com vida. O Mineirão bonacheirão não foi na conversa. Virou brabo e homem arrepiou carreira³²¹.

É importante frisar aqui a posição, no mínimo elitista do jornal, quando faz alusão ao “sapateiro” que iria “fazer agitação no campo”. Na conclusão, o incentivo a violência para com os “agentes vermelhos” e uma consideração sobre o caso alagoano:

O exemplo está aí para o resto do Brasil. É fazer o mesmo toda vez que agentes vermelhos despachados pelo governo federal aparecer para agitar. Responder na base da ignorância, como fizeram os mineiros de Governador Valadares com o Sr. João Pinheiro³²².

³¹⁹ MOTTA. Op. cit., p. 260.

³²⁰ *Jornal de Alagoas*. Loc. cit.

³²¹ Loc. cit.

³²² João Pinheiro da Silva Neto assumiu em julho de 1963 a presidência da Superintendência da Política Agrária (Supra). Responsável pela implantação da reforma agrária, a Supra passou a ter, durante sua gestão, uma atuação mais agressiva, realizando desapropriações de terras e participando da organização dos trabalhadores rurais. Atendendo à solicitação de Goulart, Pinheiro Neto elaborou um decreto visando à desapropriação de terras nas margens das rodovias e estradas de ferro. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

Felizmente não temos porque apresentar esses exemplos aos bons alagoanos. Aqui também a agitação não tem vingado. Tentativas tem havido e várias. Mas o rechaço é imediato. Dirão os esquerdas que estamos sob o guante da reação. Não é verdade. Nosso trabalhador não deixou até hoje de receber nenhuma das reivindicações que os de outros estados recebeu. Veja-se o exemplo do campo. Foi pago o salário mínimo, foi pago o 13º mês e as tentativas de greve morrem no nascedouro porque não há estímulo oficial e os pretextos são banidos pelos empregadores. Assim vamos passando ao abrigo da tempestade. Temos paz social, sem deixar de existir injustiças sociais, que essas são problemas bem mais profundas, de soluções mais demoradas³²³.

Ainda para o jornal, o comunismo e seus agentes – infiltrados em órgãos como a SUPRA – deveriam ser combatidos com veemência, com recurso a força se necessário. Ao tratar do caso alagoano, atenta que a agitação “não havia vingado”. Essa construção será muito utilizada tanto pelo jornal quanto pelo Governador Luiz Cavalcante depois da vitória dos golpistas em abril de 64, de que em Alagoas, os “agitadores” não obtinham sucesso nas suas empreitadas de cunho esquerdista por conta da tradição de “paz e tranquilidade” natas dos trabalhadores alagoanos. Os que optavam pela luta nada mais eram que “agentes infiltrados” da ameaça vermelha que vinha do Leste Europeu.

Quase um mês depois no editorial “Agitação no campo em Alagoas”³²⁴, o jornal demonstra preocupação para com o aumento da mobilização no campo que teria aumentado devido à ação de “agentes do Estado vizinho”,

Veza por outra chegam notícias do interior do estado, sobretudo da zona norte fronteira a Pernambuco, a respeito de agitação no meio rural, provocada por agentes vindos do vizinho Estado, ora submetido a perigosa experiência de ‘Cubanização’, sob o estímulo do Governo do Estado e as vistas complacentes do Governo Federal, que aguarda pacientemente a hora de tirar as castanhas do fogo, se é que as castanhas não terminarão queimando lhe as mãos, ou por que comburiram demasiadamente, ou porque lhe deram a falsa impressão de que já estavam em ponto de serem comidas³²⁵.

Aqui há alusão indireta a três figuras que naquela conjuntura seriam as principais responsáveis pela onda subversiva que assolava o Nordeste e o resto do país: o deputado Francisco Julião, “cimentador da agitação no campo” e “líder” das Ligas Camponesas (mesmo que aquela altura a atuação das Ligas não tivesse mais o peso que havia tido anos atrás); ao governador Miguel Arraes e ao presidente Jango que, cada um

³²³ Loc. cit.

³²⁴ *Jornal de Alagoas*. 04/03/1964. p. 2.

³²⁵ Loc. cit.

por seu lado, arquitetava um golpe de Estado com o apoio dos comunistas. Do outro lado, estaria o Estado de Alagoas como “defensor da ordem”:

O governo de Alagoas mantém-se vigilante, insensível a onda que o quer expor como de feição policial. O que preocupa não é a correção justa dos níveis de vida degradantes que vigoram no meio rural, mas sim a falsa impressão de que essa correção há de ser o caldo de cultura da agitação comunista que tenta fazer do Brasil o posto avançado do bolchevismo na América, já que Cuba se mostrou demasiadamente débil para exercer esse papel, agora transferido para o colosso da América Latina³²⁶.

Mais uma vez o jornal volta ao tema de que não seria a causa dos trabalhadores do campo, sua luta por melhorias nas condições de vida, o problema. O problema era como as situações estavam sendo conduzidas pelos agitadores que tentavam fazer do Brasil “o posto avançado do bolchevismo na América”, com invasões de terras e enfrentamentos de todo o tipo. Para o jornal, enquanto as reivindicações dos trabalhadores “se contêm dentro de seu estatuto, lei recente e capaz de atender aos anseios da classe com os conflitos entre patrões e empregados entregues à ação apaziguadora dos funcionários do Ministério do Trabalho é lógico que as autoridades estaduais devem se manter distantes”.

Mas a partir do momento em que houvesse atuação de

(...) ativistas treinados nas escolas russas instaladas na ilha do Caribe ocupada pelas forças armadas soviéticas (vide: autodeterminação) são transportados travestidos em camponeses para estabelecer a Cizânia entre patrões e empregados, aí a ação policial é imprescindível, embora assim não entenda o governo do vizinho Estado³²⁷.

A solução deste impasse seria mais uma vez a atuação do Estado de Minas Gerais:

A exemplo de Minas Gerais, Alagoas saberá repelir a agitação e a repetição desse espetáculo degradante que se viu há poucos dias no Recife, quando falsos camponeses conduzindo “instrumentos de trabalho” impediram o funcionamento de um tribunal federal e de repartições também federais como a Sudene e o Iapi, só para que não tomasse posse de cargo público federal uma autoridade nomeada pelo presidente da república, crime capitulado pelo código penal. Isto é que estamos felizmente longe de assistir em nossa capital³²⁸.

³²⁶ Loc. cit.

³²⁷ Loc. cit.

³²⁸ Loc. cit.

Em textos como esse, o *Jornal de Alagoas* explorava largamente a imagem de que o governo Federal se curvava ao avanço do comunismo no país e que caberia àqueles que não desejavam ver o país mergulhado no caos e na anarquia – aqui Alagoas e Minas Gerais – lutar para que esta ameaça não se concretizasse. Bethania Mariani³²⁹ em sua obra sobre as construções jornalísticas sobre o comunismo, aponta que “o comunismo que é inimigo da lei e da Pátria (ou, melhor dizendo, inimigo desta amável terra)”³³⁰. E assim se produziria a determinação de que “comunista = inimigo do Brasil. Daí a eficácia prospectiva do discurso jornalístico em seu grito de alarme”³³¹. A ameaça comunista não seria mais apenas um “sonho maldito”, uma promessa de futuro do que poderia se realizar: ela tornara-se uma ameaça mundial constante contra o que se devia estar em permanente estado de alerta.

A guerra de posições em que se encontrava o *Jornal de Alagoas* fazia que qualquer ação – tanto da parte do governador Luiz Cavalcante quanto do CGT e seus aliados – assumisse imediatamente um caráter ato heroico, por parte do governador, ou de subversão exacerbada por parte dos “vermelhos”. O jornal dava amplo destaque as ações “sociais” de Luiz Cavalcante, ações essas que se constituíam principalmente na inauguração de obras públicas que imprimiam o programa modernizante de feições conservadoras, eixo principal da administração de Cavalcante à frente do Estado. No editorial “A inauguração de obras públicas”³³², o jornal fala que a parceria do governo alagoano com “Agências de Desenvolvimento” como a *Aliança para o Progresso* tem sido muito importante para o desenvolvimento do Estado, além da importância dessa parceria para o combate ao comunismo:

A luta contra o comunismo, uma questão de sobrevivência nacional, inclui o conhecimento pelo povo da ajuda norte americana as populações nordestinas, através de serviços de água, construção de moradias, casas de ensino, etc. Isto é essencial, mormente neste instante em que a contribuição dos países da cortina de ferro para o desenvolvimento econômico do Brasil tem efeitos negativos como é o caso do dumping de artigos domésticos importados da Alemanha Oriental, ou de centrais telefônicas vendidas por preços irrisórios para desmantelar a nascente industrialização brasileira no setor.

³²⁹ MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro/Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

³³⁰ *Ibidem*. p. 152.

³³¹ *Idem*.

³³² *Jornal de Alagoas*. 13/02/1964. p. 2.

Motta afirma que na década de 1960, a mobilização anticomunista tendeu a privilegiar as críticas ao modelo econômico comunista, caracterizando-o como frágil e deficiente no plano social³³³. Questionava-se, por exemplo, “a pobreza existente na URSS e a falta de conforto decorrente (“a mulher russa ignora as amenidades da vida”³³⁴), bem como a ineficácia da economia soviética.”³³⁵

No editorial “O interesse econômico dos países socialistas”³³⁶, o jornal faz uma análise de que o interesse soviético no Brasil estaria nas possibilidades econômicas que o país trazia, ou seja, o Brasil seria um país rico e esta riqueza seria o degrau necessário para que o projeto de colocar toda a América Latina sob domínio soviético se tornasse possível:

À medida que o esquema de comunização do país avança, alcançando já com evidente profundidade, os órgãos do Poder Executivo, vão sendo postos à mostra os verdadeiros intuitos do processo de atrelamento do país aos interesses dos países socialistas. Nesta altura dos acontecimentos a Rússia considera um “bluff” a ocupação de Cuba, cuja manutenção está lhe custando bilhões de dólares, sem um rendimento político compensador. A revolução de Fidel Castro não se espalhou pelos países da América Central, nem do sul. Os exemplos do Haiti e da Venezuela são expressivos. Agora mesmo esteve no Brasil uma missão venezuelana exibindo as provas da intervenção militar de Fidel Castro no seu país, exibindo armas e fotos que comprovam essa intervenção. A divulgação dos passos dessa missão foi reduzida, o que se explica pela notória interferência dos comunistas na imprensa brasileira.

Nesta construção, uma vez que a União Soviética havia “fracassado” ao se utilizar de Cuba para espalhar o comunismo pela América, era preciso direcionar atenção para o Brasil, um país com possibilidades materiais para irradiar o domínio soviético pelo continente americano:

Fracassado o golpe de Cuba, é mister conquistar o Brasil, este sim um grande país, dono de uma riqueza imensa para financiar a revolução socialista na América. Mas, porém, os comunistas ocupam alguns postos do Governo e de empresas estatais (Petrobras e etc) e já começou a revelar seus verdadeiros intuitos. A indústria de artigos eletrodomésticos brasileira queixa-se no momento de um verdadeiro “dumping” dos países socialistas, que mandam para o Brasil artigos do ramo por preços muito abaixo do custo para dismantelar a produção brasileira. Assim ocorre também com a indústria de centrais

³³³ MOTTA. Op. cit., p. 244.

³³⁴ *O Globo*. 13/07/1964. Apud. Motta, Idem.

³³⁵ Idem.

³³⁶ *Jornal de Alagoas*. 23/02/1964. p. 2.

telefônicas, em que estão sendo utilizados os mesmos métodos. Há anos passados o Brasil assinou contrato com o Governo do México para fornecer-lhe navios construídos por estaleiros nacionais. Pois o dispositivo esquerdista infiltrado no governo está lutando furiosamente para cancelar o contrato, que representaria em valores a maior exportação de país sul americano para o estrangeiro. Moral da história: países socialistas sentem-se prejudicados com encomenda a estaleiros nacionais. Esses fatos devem ser esclarecidos à opinião publica alagoana, sobretudo trabalhadores e estudantes para que se premunam contra o canto da sereia que vem do leste.

A infiltração comunista nos meios estudantis também foi demonstrada com preocupação pelo *Jornal de Alagoas*. No editorial “A opção política nos meios universitários”³³⁷ de 20 de fevereiro, ao discorrer sobre a festa promovida pelos alunos do curso de medicina da UFAL para receber os novos estudantes, o jornal condena o viés político que o evento tomou:

Os jornais noticiam que os estudantes de Medicina realizaram o desfile dos seus calouros, marcado por pronunciamentos políticos esquerdistas e agressões a pessoas destacadas, algumas delas do corpo docente da Casa, o que dá a tônica da licenciosidade utilizada. Nesse ponto cremos que, se os órgãos oficiais de estudantes da Universidade não tinham autoridade para interferir, a direção da escola ou a reitoria deveriam tê-lo feito. O cortejamento aos corpos discentes tem seus limites, necessariamente.

O trote de medicina só apresentava “slogans” esquerdistas ou nacionalistas e quem não reza pela cartilha detida por Moscou contou com sua cota de restrições. Os estudantes deveriam saber antes que no regime universitário soviético, um dos mais perfeitos do mundo, há dois itens irredutíveis: estudante não faz política; estudante não repete ano. As vagas mantidas pelo estado visam o rendimento escolar. Quem não o tem deixa-as para os que têm.

Este trecho da matéria traz um ponto com uma grande conotação naquela conjuntura: o desrespeito à hierarquia. Ao não censurar os atos praticados no evento, a “direção da escola ou a reitoria” estavam sendo coniventes com a quebra da hierarquia e, desta forma, fazendo os estudantes esquecerem que “os corpos discentes têm seus limites.” Ao se remeter aos estudantes universitários soviéticos, mais uma vez o jornal demonstra a sua preocupação quanto aos limites de quem pode fazer política e quem não pode, além de querer associar as atividades políticas com baderna e falta de compromisso dos estudantes para com a Universidade.

³³⁷ *Jornal de Alagoas*. 20/02/1964. p. 2.

No trecho final da matéria, o jornal volta a fazer considerações sobre a “ingenuidade” daqueles que faziam campanha de cunho esquerdista, e que por trás destes, estavam os interessados na difusão do programa político comunista:

(...) Um estudante universitário já deve portar um alicerce cultural suficiente e não se conduzir como um simples “inocente útil”, massa de manobra dos mais vivos que movimentam os cordéis da agitação estéril. Sabe-se que anualmente o partido comunista designa jovens para se matricularem em escolas superiores, onde não vão estudar e sim cumprir tarefas políticas. As vezes esses jovens se descuidam do preparo intelectual e são eliminados no vestibular. É um peditório tremendo para salvá-lo, pois seu não ingresso na Escola designada enfraquece o sistema previamente montado. Já é tempo da mocidade universitária caminhar com seus próprios pés, sem ouvir o canto da sereia que vem do leste disposto a destruir a cultura ocidental. Os estudantes não podem fugir ao seu papel na construção de uma pátria livre, rica e democrática.

O comunismo ao se utilizar dos estudantes para dar prosseguimento ao projeto de disseminação do seu credo encontraria nestes um instrumento importante uma vez que os jovens representariam o futuro do país, os responsáveis pela “construção de uma pátria livre, rica e democrática”.

Neste clima de radicalização política, o jornal trazia, dia após dia aos leitores alagoanos, notícias que davam conta do nível de agitação ao qual o país tinha chegado. Fazia crer que as *Reformas de Base* do governo Jango tinham por trás de si a verdadeira intenção de transformar o Brasil num país comunista, já que durante algumas oportunidades o presidente acenou com a possibilidade de legalização do PCB. Mas o *Jornal de Alagoas* sempre demonstrou mais preocupação quando as mobilizações partiam ou se destinavam a questões relacionadas à atividade no campo. O jornal noticiava com preocupação a atuação do CGT junto aos trabalhadores rurais³³⁸ e as possíveis consequências que adviriam desta mobilização.

A esta altura, a luta pela realização das *Reformas de Base* colocava frente a frente os que a defendiam, ainda que para isso fosse necessário fazer as reformas *na lei ou na marra*³³⁹, e os que acreditavam que caso essas reformas se concretizassem, haveria uma brusca redistribuição nos níveis sociais e políticos da vida no país. A

³³⁸ “CGT e DCE vão intensificar a agitação no campo a pretexto de proteção aos trabalhadores” In: *Jornal de Alagoas*. 20/02/1964. p. 6.

³³⁹ Cf. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, Esquerdas e Sociedade*. Jorge Zahar: São Paulo, 2000. p. 26.

coalizão de forças, tanto a direita quanto a esquerda, davam a tônica de um desfecho que se aproximava. Jorge Ferreira³⁴⁰ aponta que no início de 1964, a conspiração das direitas avançava de maneira acelerada. Aos empresários, “irritava o poder de decisão exercido pelo CGT nas políticas governamentais; aos militares, assustava a participação de comunistas em cargos federais”³⁴¹; aos políticos do PSD, amedrontavam as greves de trabalhadores e, em particular, as invasões de terras no interior do país; aos conservadores, sobretudo parlamentares da UDN, havia o temor de uma derrota nas eleições presidenciais de 1965. A todos, no entanto, causava pânico “a implementação de reformas que, distribuindo melhor a renda, retirassem deles privilégios seculares”³⁴².

San Tiago Dantas³⁴³, aquela altura preocupado com a possibilidade de um golpe de Estado, diante também da hostilidade crescente do PSD às medidas do presidente e a oposição agressiva das esquerdas ao governo, liderou um grupo de políticos moderados do PTB e de outros partidos para formar a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base. A Frente Progressista, qualificada pelo próprio Dantas de "esquerda positiva", para diferenciá-la da "esquerda negativa", referindo-se, certamente, à Frente de Mobilização Popular de Leonel Brizola, “procurava impedir o crescimento da conspiração da direita civil-militar reagrupando as forças de centro-esquerda no sentido

³⁴⁰ Cf. FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. In: *Revista Brasileira de História*. v. 24, n. 47, São Paulo: jan./jun. 2004.

³⁴¹ Idem, p. 200.

³⁴² Ibidem.

³⁴³ Francisco Clementino de San Tiago Dantas foi umas das figuras mais representativas do PTB no início dos anos 60. Em outubro de 1958 elegeu-se deputado federal por Minas Gerais. Nomeado pelo presidente Jânio Quadros embaixador do Brasil na ONU em 22 de agosto de 1961, não chegou a assumir o cargo em virtude da renúncia de Quadros, três dias depois. Seguidor da chamada "política externa independente", iniciada no governo Quadros, San Tiago Dantas promoveu o reatamento das relações com a União Soviética. Sendo reeleito em outubro de 1962 para o mandato de deputado federal, em janeiro de 1963, assumiu a pasta da Fazenda, comprometendo-se com um programa de austeridade econômica baseado no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, de autoria de Celso Furtado, ministro extraordinário para o Planejamento. Em meio à crescente polarização entre conservadores e reformistas, San Tiago Dantas fez um pronunciamento pela televisão em abril de 1963, apontando a existência de "duas esquerdas": a "positiva", onde ele mesmo se inseria; e a "negativa", onde incluía a ala esquerda do PTB. Diante das dificuldades encontradas na aplicação do Plano Trienal, em junho Goulart mudou mais uma vez seu ministério. Celso Furtado deixou a pasta do Planejamento e San Tiago Dantas a da Fazenda. Quando reassumiu seu mandato, setores militares, políticos e empresariais já se organizavam em torno da deposição de Goulart. A pedido do presidente, ele começou a articular as correntes políticas próximas do governo com o objetivo de evitar a sua derrubada. Em janeiro de 1964, concluiu a elaboração de um programa mínimo voltado para a formação de um governo de frente única, que incluiria desde o PSD até o Partido Comunista Brasileiro. Entretanto, o PSD e a Frente de Mobilização Popular (FMP), liderada por Brizola, manifestaram-se contra. A FMP acusava Goulart de conciliar com grupos contrários às reformas de base e só passou apoiar a formação da frente única quando o golpe militar era iminente. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

de apoiar o governo”³⁴⁴. Dantas, sem dúvida, tinha razões para preocupar-se. Por um aspecto, ele e o grupo de políticos que aderiu à Frente Progressista percebiam o isolamento do presidente; por outro, queriam sustar o processo de radicalização. Na formação da Frente Progressista, Dantas buscou o apoio do PSD, do PCB, do PTB que não seguia a liderança de Brizola, do governador de Pernambuco Miguel Arraes e dos sindicalistas “não contagiados pelo anarquismo”³⁴⁵.

O conjunto de forças deveria garantir “a preservação do calendário eleitoral, repudiar qualquer atentado contra as instituições democráticas, opor-se ao imperialismo, defender o direito de greve, seguir a política externa independente, garantir a sindicalização rural e lutar pelas reformas de base”³⁴⁶. Além disso, deveria repudiar candidaturas reacionárias, recusar medidas excepcionais, como o *impeachment* e o fechamento do Congresso, e unir as esquerdas. Isolar a direita golpista e a esquerda radical, garantir a estabilidade do regime democrático, bem como realizar as reformas por vias democráticas, unindo o centro e a esquerda moderada, eram os objetivos de Dantas.

A iniciativa de Dantas, no entanto, viria a ser criticada pelo ex-senador alagoano Afrânio Lages, num texto publicado no *Jornal de Alagoas* em 25 de fevereiro³⁴⁷. Lages censurava a iniciativa de San Tiago Dantas “ao organizar um plano com a finalidade de reunir as forças esquerdistas”, incluindo o ilegal PCB, “e assim assegurar a concretização das chamadas ‘reformas de base’, traindo o seu passado de homem equilibrado e voltado aos interesses da Pátria”³⁴⁸. Lages fazia questão de lembrar que o mesmo Dantas havia classificado uma distinção entre as esquerdas, sendo uma “positiva” e outra “negativa”. Para o ex-senador, “agora, sem explicação plausível, pretende reuni-las e o que é pior preconiza uma campanha para o registro do Partido comunista na Justiça eleitoral quando o seu gabarito de jurista emérito o vedava advogar tal cousa”³⁴⁹.

³⁴⁴ FERREIRA. Op. cit., p. 200.

³⁴⁵ Cf. FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política. 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 143-44. Apud. FERREIRA. Idem. p. 201.

³⁴⁶ Ibidem.

³⁴⁷ “Contradições” In: *Jornal de Alagoas*. 25/02/1964. p. 4.

³⁴⁸ Loc. cit.

³⁴⁹ Loc. cit.

Para Lages, “o Partido comunista, seja ele do Brasil, de Ghana, Paquistão, Zanzibar ou da China, não admite a pluralidade dos partidos e tão pouco o regime democrático que adotamos”³⁵⁰. Em seguida, acusava o plano do Sr. San Tiago Dantas de ser “mais um capítulo que se acrescenta ao livro de contradições da autoria do mais alto magistrado da República, o Sr João Belchior Goulart”³⁵¹.

Na verdade, o tom de crítica que Lages tece ao deputado e ao presidente, pela atuação destes numa campanha para a legalização de uma organização política que havia sido decretada fora da lei e “que é comandada do estrangeiro ao tempo em que fecham outras, como por exemplo, o IBAD³⁵² sob pretexto de que se achavam a soldo de entidades alienígenas”³⁵³ estaria numa manobra que estava claramente abrindo as portas do país para comunismo.

Lages também chama atenção que os comunistas teriam “sob seu domínio os pontos chaves da administração pública e sem que assumam a responsabilidade pelos desgovernos e fracassos que amiúde ocorrem nos referidos setores”³⁵⁴. Em seguida, ele nos oferece uma pista de que aquela altura a articulação golpista ainda não estivesse de fato mobilizada ao ponto de desencadear uma ação contra o governo:

É triste, muito triste o que vem acontecendo na nossa Pátria. Somos, porém, otimistas e temos fé que conseguiremos, apesar de tudo quanto se faz, chegar às eleições de 1965 quando repetiremos o resultado esmagador de 1960, elegendo um brasileiro [ilegível] e capaz de restaurar a ordem e o progresso que os nossos antepassados inscreveram com orgulho na nossa bandeira³⁵⁵.

Em vários dos jornais pesquisados, há referências às eleições presidenciais previstas para 1965 e o caráter “salvador” destas, em que novamente se teria a chance, pelo menos para a UDN e seus partidários de se eleger alguém “capaz de restaurar a ordem e o progresso que os nossos antepassados inscreveram com orgulho na nossa

³⁵⁰ Loc. cit.

³⁵¹ Loc. cit.

³⁵² O Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD foi uma organização anticomunista fundada em 1959. Juntamente com a sua “entidade-irmã”, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, fundado em 1961 serviu como um dos principais catalisadores da mobilização feita contra o governo João Goulart. Sua função primordial era integrar os diversos movimentos sociais de direita para criar as bases de uma oposição que pudesse deter o avanço do comunismo soviético no ocidente. Ver DREIFUSS. Op. cit.

³⁵³ *Jornal de Alagoas* Loc. cit.

³⁵⁴ Loc. cit.

³⁵⁵ Loc. cit.

bandeira³⁵⁶”. Passagens como esta podem ser reveladoras de que ainda que houvesse setores desejando o *impeachment* do presidente Goulart, uma ação para tirá-lo do poder não seria tão fácil como às vezes querem supor algumas análises que enfatizam o “caráter conspiratório” do golpe civil-militar³⁵⁷.

Nesse quase cinquenta anos que nos separam daquele ano de 1964, diversas são as interpretações sobre o golpe civil-militar. Tarefa hercúlea, é uma tentação perigosa para o estudioso determinar quais fator(es) foram de ordem decisiva para o desenrolar daqueles acontecimentos. Ainda assim, correndo o risco de nos queimarmos no fogo sinuoso dos debates e assumir uma posição entre os postulantes a entender o golpe civil-militar de 1964, afirmamos que o desenlace dos acontecimentos se deu numa forma *preventiva*.

Queremos dizer com isso que os setores conservadores e de direita, temiam que o avanço das mobilizações dos setores nacionalistas e de esquerda fosse cada vez mais longe, acarretando com isso uma redistribuição de papéis nas estruturas sociais e acima de tudo políticas. Ao mesmo tempo, entendemos que o golpe de abril de 1964 poderia ter outro resultado, caso houvesse resistência de Jango ou uma reação diferente dos grupos de esquerda. É importante frisar que as últimas três tentativas de golpe naquela conjuntura democrática fracassaram: a tentativa de deposição de Vargas em 1954 foi sustada pelo suicídio; em novembro de 1955, o “golpe” preventivo do Mal. Henrique Lott garantiu a posse dos eleitos naquele mesmo ano e; em 1961, a reação popular instigada por Leonel Brizola barrou a tentativa dos ministros militares de impedir a posse de Goulart na presidência.

Não obstante, se observarmos bem, todo golpe é preventivo. Preventivo porque procura barrar um processo em desenvolvimento, no nosso presente caso, o alargamento da democracia liberal. Segundo a argumentação de Enrique Padrós, que levou mais em conta o período propriamente ditatorial do que o fim do período democrático, preventivo “porque um dos seus principais objetivos foi a geração da ‘cultura do medo’, o que contribuiu para combater as correntes de solidariedade e isolar as vítimas diretas,

³⁵⁶ Loc. cit.

³⁵⁷ São grandes expoentes desta corrente os trabalhos de DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado* Petrópolis, Vozes, 1981; o livro de STARLING, Heloisa. *Os senhores das gerais. os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, Petrópolis, Vozes, 1986; e o de BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*. Editora da UNESP: São Paulo, 2010. Para uma maior discussão sobre as versões interpretativas sobre o golpe ver DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “1964: temporalidades e interpretações”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964 - 2004)*, Bauru: EDUSC, 2004. pp. 15-28.

ao fomentar a passividade, a alienação da e a indiferença pelo amedrontamento das demais pessoas – vítimas diretas.”³⁵⁸

Outro ponto importante é a questão do “medo” alegado pelos setores conservadores para a arregimentação golpista. Pensar o medo, na sua acepção puramente abstrata é desconsiderar o que realmente estava em jogo naquela conjuntura: a possibilidade dos grupos dominantes – e talvez alguns setores das classes médias – terem de ceder vantagens às classes trabalhadoras. Ainda que as condições de um efetivo golpe por parte das esquerdas, e hoje sabemos que isso não existiu, fosse real e o propósito da Revolução Proletária, a destruição da propriedade privada, fossem alardeados pelos grupos de direita, foi a tentativa de alargamento dos direitos políticos e sociais no campo liberal-democrático que evidenciou a necessidade do rompimento institucional por parte dos conservadores.

Diante disto, mesmo que a direita tivesse o rompimento institucional como um recurso pronto a ser usado, em 1954, 1955 e 1961 ele não se mostrou decisivo, e foi a sequência dos acontecimentos entre as primeiras horas do dia 31 de março e a viagem de Goulart no dia 02 de abril que foram dando os contornos finais ao quadro que se desenhou a partir de então. No entanto é importante destacar, havia sim uma conspiração, o desejo dos grupos de direita de frear o desenvolvimento do regime – ainda que circunscrito à democracia liberal – para garantir o seu ascenso ao poder.

Assim, concordamos com Rodrigo Patto Sá Motta quando este afirma que as eleições de 1962 são ilustrativas de como a deflagração do golpe não era uma certeza absoluta nem tampouco a saída final para os grupos envolvidos naquele embate. Motta afirma que nas eleições de 1962, que elegeram alguns senadores e governadores de Estado, além da renovação da Câmara Federal e das Assembleias Estaduais, muito dinheiro foi empenhado, sobretudo pelos setores de direita, e por isto, não faria sentido esse dispêndio financeiro e de mobilização se o rompimento institucional estivesse aventando no horizonte.

O fato é que se aquela altura não havia uma forte coalizão capaz de levar à frente o golpe de Estado, os acontecimentos do mês de março de 1964, sendo o primeiro deles o Comício da Central do Brasil no dia 13, teriam forte apelo para aglutinar os setores que temiam os rumos para onde a nação brasileira estaria caminhando.

³⁵⁸ PADRÓS, Enrique Serra, “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas.” In: FICO, Carlos [et. al.]. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

3.3 Do “comício que não houve” à Marcha da Vitória

O comício pelas Reformas de Base, realizado no Rio de Janeiro no dia 13 de março, foi o evento decisivo da mobilização dos grupos que defendiam as reformas. Os acontecimentos das três semanas seguintes irão crescendo até a deflagração do movimento do Gen. Olimpio Mourão Filho em Minas Gerais. Naquela sexta-feira 13, a crise política se agudizará. Depois desse comício, a batalha ideológica se ampliou; no noticiário dos jornais, intensificaram-se os boatos de que Goulart – com o apoio do PCB, do CGT e das forças políticas nacionalistas – preparava um golpe de Estado³⁵⁹.

Assim, paralelamente às versões alarmistas, forjadas pelos setores conservadores, alguns gestos e declarações de lideranças importantes do movimento nacionalista – pelo radicalismo verbal de que se revestiram – tiveram o efeito inesperado de unificar a direita civil e militar.

Desde que havia assumido a presidência em 7 de setembro de 1961, Jango trabalhou na possibilidade de reatualizar a hipótese do projeto nacional-estatista. Com efeito, se o *desenvolvimentismo* de JK abalara alguns de seus fundamentos, não o superara. Enquanto Janio Quadros não teve sequer tempo, ou condições, para elaborar alguma alternativa, ressurgia assim uma possibilidade que muitos imaginavam definitivamente enterrada³⁶⁰.

As agitações sociais ampliaram-se, num crescente, alcançando trabalhadores urbanos e rurais, assalariados e posseiros, estudantes e graduados das forças armadas, configurando uma redefinição do projeto *nacional-estatista*, que passaria a incorporar uma ampla - e inédita - participação popular, tomando corpo assim o programa das *reformas de base*:

- A *reforma agrária*, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo;
- A *reforma urbana*, para planejar e regular o crescimento das cidades;
- A *reforma bancária*, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais;
- A *reforma tributária*, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo;

³⁵⁹ TOLEDO. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia”. Op. cit., p. 74.

³⁶⁰ Cf. REIS. *Ditadura, esquerdas e sociedade*. Op. cit., p. 22

- *A reforma eleitoral*, liberando o voto para os analfabetos, que constituíam, então, quase metade da população adulta do país;
- *A reforma do estatuto do capital estrangeiro*, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior;
- *A reforma universitária*, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais.

Instaurou-se um amplo debate na sociedade sobre o assunto. Nas ruas, nas greves e nos campos, agitavam-se os movimentos sociais, reivindicando, radicalizando-se. Entretanto, em sentido contrário, mobilizavam-se resistências expressivas. “A sociedade dividira-se”³⁶¹.

De um lado, o movimento reformista, tendo como núcleo amplos contingentes de trabalhadores urbanos e rurais, além de estudantes e graduados das forças armadas. Com o tempo, passaram a defender o recurso à força, sintetizado na agressiva palavra de ordem: reforma agrária na lei ou na marra. De outro lado, numa outra frente social, aliavam-se as elites tradicionais, grupos empresariais modernizantes, grande parte das classes médias e até mesmo setores populares, toda uma constelação de profissões e atividades beneficiadas pelo dinamismo da economia brasileira.

Neste conjunto extremamente heterogêneo, todos sentiam obscuramente que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira, em cuja direção apontava o movimento reformista, iria atingir suas posições. E nutriam um “grande Medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores, inclusive dos religiosos”³⁶². A ideia de que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo ateu invadiu o processo político, assombrando as consciências.

Foi neste quadro que depois de longos meses de indecisão, Jango resolveu partir para a ofensiva. Dispôs-se a liderar um conjunto de grandes comícios para aumentar a pressão pelas reformas. O primeiro – e único – realizou-se em 13 de março de 1964. Um sucesso. Reuniram-se todas as esquerdas, os livros que tratam do evento falam na presença de mais de 300 mil pessoas, na defesa exaltada das reformas³⁶³. Jorge Ferreira aponta que o comício das Reformas havia “selado a aliança do governo com o

³⁶¹ Idem.

³⁶² Ibidem.

³⁶³ Ibidem.

movimento sindical urbano, com os trabalhadores rurais e as esquerdas, notadamente o PCB e a ala radical do PTB”³⁶⁴.

Em Alagoas, os reflexos desse embate trouxeram peculiaridades e resultados que mudaram os destinos dos envolvidos neste processo. Marcado para o dia 29 de março no Parque Rodolfo Lins, no centro de Maceió, o comício foi planejado pelo CGT juntamente com o PCB, UNE e UEEA intencionando agregar as forças progressistas que defendiam as Reformas de Base do governo Jango. Rubens Colaço, então presidente do Sindicato dos Rodoviários e membro do CGT, anos depois recordaria aqueles acontecimentos:

Nós tínhamos um comício convocado para o dia 29, e esse comício estava dando uma agitação muito grande. Tínhamos convidado o Brizola e o Miguel Arraes, mas a coisa estava fervendo dentro dos quartéis. Nem sei direito o que estava havendo. Tínhamos também, em nossa convocação, a participação dos sindicatos camponeses, sindicatos fortes da Saúde, de Pilar, Rio Largo, Atalaia, Anadia e outros. Nós nem analisávamos que fosse isso que estivesse ocorrendo. A verdade é que havia um policiamento ostensivo na saída dessas cidades, para barrar a saída dos camponeses para o comício do dia 29.³⁶⁵

Em seguida Colaço explica os motivos que impediram Brizola e Arraes de se fazerem presentes no comício:

Em 29 de março de 1964, em Alagoas, nós tínhamos convidado Leonel Brizola e Miguel Arraes para participar daquele ato. Mas acontece que a cabeça de Miguel Arraes estava sendo disputada aqui. A disputa era para ver quem atirava na testa, quem atirava na boca, quem atirava no olho direito, quem atirava no olho esquerdo. E nós sabemos muito bem que aqui em Alagoas tem gente altamente qualificada para isso. Leonel Brizola já tinha dito que não vinha por causa de afazeres no Rio Grande do Sul, e nós achamos irresponsabilidade de nossa parte trazer Miguel Arraes, governador de Pernambuco, para correr esse risco. Nós tínhamos a “nossa área” de política de oposição, homens também bons de pistolas e com grupos de bons pistoleiros, que se propunham a dar cobertura total a Arraes, mas a verdade é que o CGT tomou a decisão de ir a Recife para desconvoar Miguel Arraes e explicar a situação. Na reunião conosco, Arraes falou: “Eu não vou passar o resto da minha vida com medo dos pistoleiros de Alagoas. Eu vou ter que ir a Alagoas mais cedo ou mais tarde. Eu sou homem de sertão, também, não sou nenhum bunda-

³⁶⁴ FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964.” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Org.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (O Brasil Republicano; v. 3). p 382..

³⁶⁵ MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical*. Maceió: Recife, Edições Bagaço, 2010. p. 70-1.

mole. Na minha área tem homem também”. Mas terminamos por convencer Arraes de que ele não deveria ir³⁶⁶.

No entanto, o lado conservador também mobilizaria uma manifestação pública, a ser realizada na Praça Deodoro, local relativamente próximo de onde se realizaria o comício pró-reformas. Repetia-se em Alagoas o que havia acontecido no sudeste do país. Quase uma semana após o comício da Central do Brasil no Rio de Janeiro, no dia 19 de março, uma grande manifestação em São Paulo, a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* levou milhares de pessoas ao centro da capital paulistana.

Para Rodrigo Motta, este evento se constituiu no “comício da central do lado conservador³⁶⁷, ou seja, constituiu-se em evento altamente impactante no que tange à mobilização antiesquerdista³⁶⁸. Na sua edição de 26 de março, o *Jornal de Alagoas* trazia em sua primeira página uma convocação “Movimento Popular pela Democracia” para o comício na Praça Deodoro no domingo dia 29, comício esse que enfrentaria o comício comunista das reformas³⁶⁹. Em tom agressivo, a mensagem trazia em letras maiúsculas os seguintes dizeres: “Alagoas quer continuar em paz com trabalho. Está de pé contra a farsa dos agitadores. Repudia os agitadores Arrais e Brizola³⁷⁰”.

No dia 31, o *Jornal de Alagoas* noticiava em sua primeira página³⁷¹ que a cidade de Maceió havia estado “a beira de sérios e sangrentos incidentes, devido a um comício pró-reformas de base, ao qual iriam comparecer inclusive o governador Miguel Arraes e o deputado Leonel Brizola³⁷². A poucos metros dali na Praça Deodoro, o Movimento Feminino Pró-Democracia, “manifestava a sua repulsa aos promotores do comício esquerdista. Além de publicações nos jornais e no rádio, pichamento de paredes e afixação de faixas ostensivamente contra Brizola e Arraes³⁷³, mesmo estes dois não havendo comparecido a manifestação.

³⁶⁶ Ibidem. p. 97.

³⁶⁷ MOTTA, Op. cit., p. 265.

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ “Divulgação do Movimento Popular pela Democracia” In: *Jornal de Alagoas*. 26/03/1964. p. 1

³⁷⁰ Loc. cit.

³⁷¹ “Alagoas durante o domingo último viveu a beira de uma convulsão sem precedentes” In: *Jornal de Alagoas*. 31/03/1964. p. 1

³⁷² Loc. cit.

³⁷³ Loc. cit.



Faixa do “Movimento Popular pela Democracia” contra a realização do Comício das Reformas.

Heloisa Starling³⁷⁴, em seu trabalho sobre o golpe em Minas Gerais, aponta que esse advento da participação feminina na luta contra o comunismo foi intensificada em 1962, quando o IPES passou a organizar e custear, a partir do Rio de Janeiro, a chamada Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), que rapidamente expandiu suas representações pelo País. Em Minas Gerais, em janeiro de 1964, após terem contribuído significativamente para coibir a realização do congresso de trabalhadores tido como comunista, um grupo de mulheres mineiras criou a Liga da Mulher Democrática (LIMDE), vinculada ao IPES/MG.

Segundo Starling³⁷⁵, a inserção feminina no contexto da luta contra o comunismo tinha um profundo conteúdo emocional. Nesse ponto, tratava-se de “mães e donas de casa que falavam publicamente de medo, violência, morte e destruição”, que apelavam à “coragem dos homens e sua própria”, em defesa da família, das tradições, da religião e da Pátria ameaçada pelo fantasma do comunismo³⁷⁶.

³⁷⁴ Cf. STARLING. Op. cit.

³⁷⁵ Ibidem. p. 178.

³⁷⁶ “Alagoas durante o domingo...” In: *Jornal de Alagoas*. Loc. cit.

O “movimento feminino”, segundo Décio Saes ganhou forma através da aparição ou crescimento, em todo o país, de associações de mulheres voltadas para a organização de manifestações de hostilidade ao governo federal e seus aliados, em nome da condenação moral e religiosa do comunismo: o MAF (Movimento de Arregimentação Feminina) de São Paulo, além da já citada CAMDE, a União Cívica Feminina de Santos e o Movimento Feminino pela Liberdade, de Recife³⁷⁷.

Saes aponta que a expressão máxima do “movimento feminino” foi a realização de manifestações públicas congregando um grande número de mulheres de classe média, não somente nas grandes capitais, como São Paulo, Rio, Recife ou Belo Horizonte, mas também nas cidades menores: as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade.” O autor afirma como tais manifestações reservaram-se a função de criar um clima sócio político favorável à intervenção militar, bem como de incitar diretamente as Forças Armadas ao golpe de Estado³⁷⁸

Nesse clima de confronto, o jornal informava que “a emissora oficial do estado publicava uma nota da Secretaria do Interior a qual foi relida várias vezes durante todo o dia, ponderando as graves consequências que poderiam advir da concomitante realização dos comícios antagônicos em locais tão próximos entre si”³⁷⁹. Para evitar “um choque de consequências imprevisíveis, entre manifestantes exaltados que fatalmente se defrontariam, decidiram as autoridades policiais não consentirem na realização de nenhum dos dois comícios”³⁸⁰. Mas os promotores do comício das reformas, além de não acatarem a designação da polícia, continuaram a convocar o povo para o comício no Parque Rodolfo Lins. Na sede do Sindicato do Petróleo, CGT, DCE e UEEA, havia uma grande movimentação de trabalhadores de vários sindicatos urbanos e rurais. O comício enfim começou à noite, com os líderes do CGT “dirigindo duras críticas ao governador Luiz Cavalcante e as classes produtoras alagoanas”³⁸¹ e decidiram pela deflagração de uma greve geral em todo o Estado. Houve em seguida a ação da força policial, que segundo o jornal havia “revidado” as provocações com tiros e jatos d’água nos manifestantes.

³⁷⁷ SAES, Décio. “Classe média e política no Brasil (1930-1964)”. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano – Sociedade Política (1930-1964), vol. III. São Paulo: Difel, 1983.

³⁷⁸ Ibidem, p. 501.

³⁷⁹ “Alagoas durante o domingo...” In: *Jornal de Alagoas*. Loc. cit.

³⁸⁰ Loc. cit.

³⁸¹ Loc. cit.

A greve alcançou inicialmente a orla marítima e a rede ferroviária, paralisando as atividades nestes setores desde as primeiras horas da segunda-feira. Estivadores, portuários motoristas, comerciantes, ferroviários e os trabalhadores da Petrobrás paralisaram as suas atividades como decorrência do que ficou estabelecido numa reunião ocorrida na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo³⁸². O jornal noticiava também que os líderes sindicais de Alagoas haviam “entrado em contato com entidades de classe de outros Estados Brasileiros, das quais solicitam apoio e adesão a greve eclodida”³⁸³.

Tanto no dia primeiro quanto no dia 02 de abril, nem *Jornal de Alagoas* nem tampouco a *Gazeta de Alagoas* traz algum tipo de informação relativa à movimentação das tropas do Gal. Não citando Olimpio Mourão Filho em Minas Gerais, nem os deslocamentos do presidente João Goulart entre Brasília e Porto Alegre (e a viagem para o Uruguai em seguida). Somente no dia 03, quando o presidente da Câmara dos Deputados havia sido empossado como Presidente da Nação, é que começam a circular nos jornais alagoanos as primeiras notícias sobre a situação política do país.

Da mesma forma, os jornais de Alagoas deram pouca ou nenhuma cobertura às movimentações do CGT, DCE e demais grupos que defendiam a permanência de Jango à frente da Presidência da República. No dia 03 de abril, o *Jornal de Alagoas* publicou um editorial descrevendo o desenrolar do comício das Reformas na capital alagoana³⁸⁴ como uma *Batalha de Itararé*³⁸⁵, para em seguida, contradizer a edição do dia 31 de março ao afirmar que o comício não foi realizado. O editorial também dá um destaque a eficiente atuação da polícia, que adotou “medidas preventivas contra os agitadores comunistas, muito interessados em provocar incidentes para tirar deles algum resultado”³⁸⁶. O jornal admite que havia articulações dos esquerdistas na cidade, uma vez que “agitadores de fora aqui se encontravam representando setores de agitação de outros Estados, como é o caso de Mataripe, onde, aliás, os comunistas foram derrotados.”

³⁸²“Decretada Greve Geral no Estado como protesto” In: *Jornal de Alagoas*. 31/01/1964. p. 1.

³⁸³ Loc. cit.

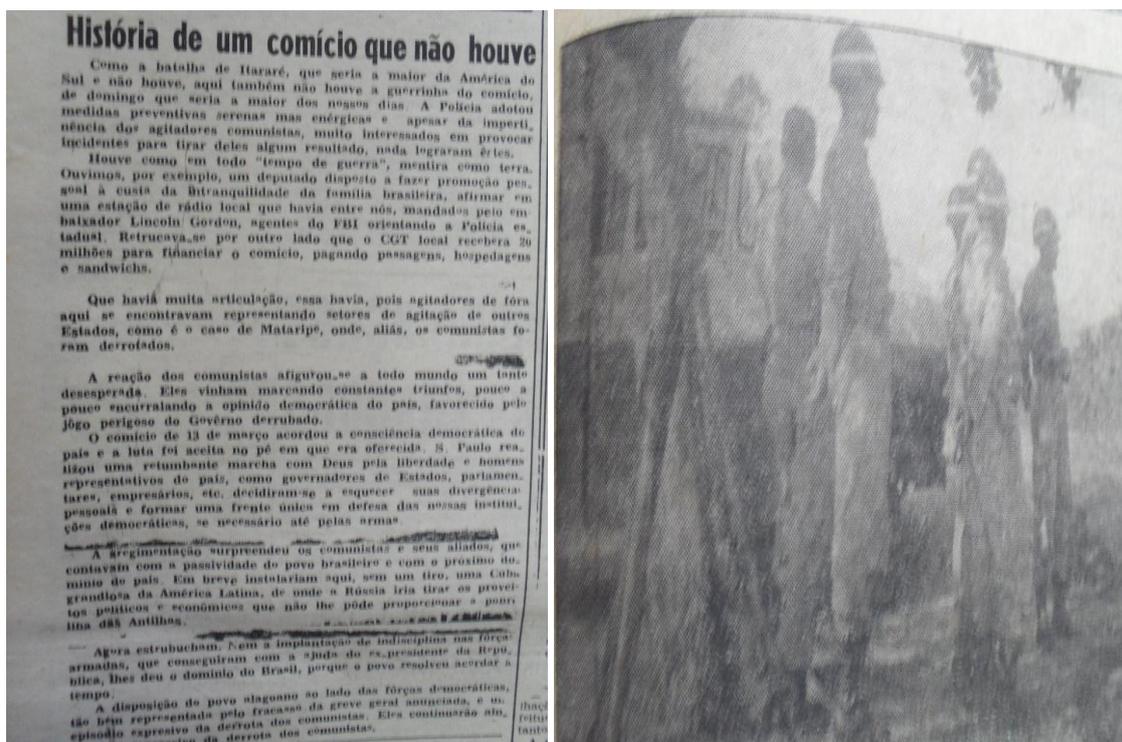
³⁸⁴ “História de um comício que não houve” In: *Jornal de Alagoas*. 03/04/1964. p. 2.

³⁸⁵ A batalha de Itararé entrou para os anais da História Militar como a maior batalha do continente latino-americano... que não houve. Com efeito, os contendores, partidários e adversários da marcha que levaria Getúlio Vargas ao poder, depois de se aprestarem para um choque decisivo, retiraram-se para posições defensivas, sem disparar um tiro, negociando o desfecho de forma pacífica. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Itararé.

³⁸⁶ “História de um comício que não houve” In: *Jornal de Alagoas*. Loc. cit.

O jornal afirma que apesar da onda de comunização quase ter triunfado, “favorecido pelo jogo perigoso do governo derrubado”, havia prevalecido a “orientação democrática nata da nação brasileira.”

O comício de 13 de março acordou a consciência democrática do país e a luta foi aceita no pé em que era oferecida. São Paulo realizou uma retumbante marcha com Deus pela liberdade e homens representativos do país, como governadores de Estados parlamentares, empresários etc. decidiram-se a esquecer suas divergências pessoais e formar uma frente única em defesa das nossas instituições democráticas, se necessário até pelas armas. A arregimentação surpreendeu os comunistas e seus aliados que contavam com a passividade do povo brasileiro e com o próximo domínio do país. Em breve instalariam aqui, sem um tiro, uma Cuba grandiosa da América Latina, de onde a Rússia iria tirar os proveitos políticos e econômicos que não lhe pode proporcionar a pobre ilha da Antilhas. Agora estrebucham. Nem a implantação de indisciplina nas forças armadas, que conseguiram com a ajuda do ex-presidente da República lhes deu o domínio do Brasil, porque o povo resolveu acordar a tempo. A disposição do povo alagoano ao lado das forças democráticas tão bem representada pelo fracasso da greve geral anunciada, e um episódio expressivo da derrota dos comunistas³⁸⁷.



Na direita o editorial do *Jornal de Alagoas* de 31 de março de 1964 sobre o comício das reformas. Na imagem esquerda, soldados na fronteira norte do estado montam guarda para evitar a entrada de Miguel Arraes em Alagoas.

³⁸⁷ Loc. cit.

Mais uma vez o *Jornal de Alagoas* se esforça para construir a imagem do povo alagoano como contrário às manifestações em favor das reformas. Os *agitadores* são estrangeiros infiltrados entre os trabalhadores, desvirtuando estes dos seus propósitos. No entanto a partir do relato de Rubens Colaço, é possível perceber que havia uma grande mobilização dos trabalhadores alagoanos de apoio ao grupo que defendia a realização as reformas:

(...) a repressão em Alagoas foi anterior ao golpe. Ela começou no dia 29. Nós realizamos o comício e os operários da fábrica têxtil do distrito de Saúde vieram a pé, vieram para Maceió com suas faixas enroladas debaixo do braço. Quando menos esperavam, eles estavam na praça. Os trabalhadores da orla marítima tiveram que se dispersar quando chegaram na Praça Sinimbu. Mas marcou presença firme. A Rua do Comércio ficou intrafegável. Nós realizamos o comício em frente ao sindicato de petróleo, que era praticamente na Praça Pedro II, a Rua 2 de Dezembro, é muito pequena, liga a Rua do Comércio à Praça Pedro II. O segundo delegado da capital, Aurino Malta, ainda deu uns tiros, feriu um rapaz da Petrobras que estava na sacada do prédio; esse rapaz não tinha nada a ver com o comício. A repressão foi muito violenta para nós já no começo do dia 29³⁸⁸.

No dia seguinte, o jornal trazia em sua primeira página a matéria que elogiava a posição assumida pelo governador Luiz Cavalcante diante dos acontecimentos tanto locais quanto em relação à movimentação que depôs Jango³⁸⁹. O jornal faz alusão ao movimento, na prática trata-se de um manifesto assinado por Luiz Cavalcante e pelo governador gaúcho Ildo Menegheti, após o comício de 13 de março, em que os dois alertavam para a necessidade de defesa do Congresso Nacional e das instituições ameaçadas pelos fomentadores da agitação subversiva. O jornal faz questão de enfatizar que:

(...) foi Alagoas o único estado no Norte que tomou posição clara ao lado das forças democráticas. Os demais ou simplesmente se omitiram receosos das iras do Palácio do Planalto, ou se colocaram em oposição ao Congresso, como foi o caso de Sergipe e Pernambuco, cujos governadores já foram varridos do Poder, por sua flagrante antinomia com o regime democrático³⁹⁰.

Essa posição do governo alagoano foi reafirmada quando no dia marcado, utilizando um dispositivo militar bem preparado, desarticulou o comício que contaria com “a presença de agitadores de outros estados e o anúncio da presença dos governadores de Pernambuco e Sergipe, além do tristemente famoso deputado Brizola,

³⁸⁸ MAJELLA, Op. cit., p. 98.

³⁸⁹ “A corajosa posição do Governo de Alagoas” In: *Jornal de Alagoas*. 04/04/1964. p. 1.

³⁹⁰ Loc. cit.

que felizmente arrepiaram carreira diante da disposição das autoridades alagoanas de não lhes dar cobertura”³⁹¹. Assim, o jornal acreditava que “nenhum bom alagoano, salvo os comprometidos com a baderna, deixou de aplaudir o gesto decidido do governador Luiz Cavalcante, colocando-se ao lado dos postulados democráticos e assegurando a paz e a prosperidade dos seus coestadoanos”³⁹².

A partir de então, o *Jornal de Alagoas* e o governador Luiz Cavalcante através do *Diário Oficial* começaram a construir a imagem de que ele, o governador, havia sido o líder do nordeste do movimento que depôs o presidente João Goulart, da “Revolução”. Na matéria *Governo de Alagoas foi o primeiro a se solidarizar com o movimento de Minas*³⁹³ o jornal exalta que o governador alagoano foi:

(...) o primeiro mandatário dos Estados brasileiros a manifestar de publico a sua repulsa ao comunismo ateu a apátrida e se solidarizar com os chefes militares que vinham condenando as manobras do presidente da República que queria jogar o país no caos da desordem, enfraquecendo as Forças Armadas³⁹⁴.

A atitude patriótica do governo alagoano ao providenciar “as medidas acauteladoras da ordem” foi iniciada pelo secretário Cel. João Mendes Mendonça, secretário do Interior e Justiça e Segurança Pública e Coronel Nilo Floriano Peixoto, Comandante da PM. Em seguida, a matéria traz o pronunciamento que o governador havia feito na manhã do dia 1º através da Radio Difusora de Alagoas:

Meus conterrâneos, como governador de Alagoas, certo de estar interpretando os altos sentimentos de brasilidade do povo alagoano, conclamo a toda a população do Estado a cerrar fileiras, dentro da ordem e do respeito as instituições, em torno do movimento patriótico que ora empolga a nação, visando a revigorar o regime democrático e a repudiar o comunismo ateu e apátrida. A agitação propositadamente desencadeada em todo o país, as condições do povo, já esmagado sob o peso de insuportável elevação do custo de vida, e, consequentemente, submetido a permanente intranquilidade de espírito. Incapazes de promover o bem estar e a felicidade dos brasileiros, os promotores da desordem descambam para o caminho da demagogia e da mistificação, procurando desse modo, encobrir a sua incompetência e inoperância. O processo de desagregação do trabalho, da família e da hierarquia militar teria que sofrer fatalmente a desapropriação da nossa gente, agora consubstanciada no movimento restaurador da tranquilidade publica. Meu governo, que sempre pautou suas ações ao lado dos que trabalham e produzem pela grandeza de Alagoas e do Brasil, sente-se por isso mesmo plenamente integrado na

³⁹¹ Loc. cit.

³⁹² Loc. cit.

³⁹³ *Jornal de Alagoas*. 04/04/1964. p. 6.

³⁹⁴ Loc. cit.

atitude patriótica assumida pelos governadores e chefes militares que pugnam nesta hora, por uma Pátria livre, democrática e cristã. Posso assegurar ao povo alagoano que todas as medidas acauteladoras da manutenção da ordem em todo o Estado já foram devidamente tomadas pelo governo, que não permitirá tentem maus brasileiros perturbar o trabalho e a tranquilidade da família.

O major LC que jamais fugiu ao cumprimento do seu dever, ainda desta vez tem a convicção de não decepcionar o bravo povo alagoano³⁹⁵.

Ao mesmo tempo o jornal tentava demonstrar que as manifestações e movimentações dos trabalhadores alagoanos e do CGT haviam tido pouca expressão³⁹⁶ e que o governador havia utilizado o aparato policial do Estado para controlar os “focos de agitação”, tendo obtido êxito com muita facilidade. De fato, os líderes do CGT (Roland Benamour e Rubens Colaço) já estavam presos desde a madrugada do dia 1º. Além deles, Alan Rodrigues Brandão (funcionário da Petrobrás e presidente do Sindicato de Extração de Petróleo), Jayme Miranda (líder do PCB e suplente de deputado estadual), Wilson Miranda (funcionário dos Correios e Telégrafos), Rubem Ângelo (advogado de sindicatos), Valter Pedrosa (acadêmico de engenharia e funcionário do DCT), José Gonçalves (presidente do Sindicato do Petróleo) e Eteval Dantas (presidente do Sindicato dos Combustíveis e Minérios) também se encontravam na prisão³⁹⁷.

Mesmo com as prisões dos principais “elementos da extrema esquerda” do Estado, continuavam frequentes as notícias sobre as incursões da polícia às sedes de sindicatos e organizações estudantis a fim de realizar prisões e apreender “material subversivo”, a exemplo do que ocorreu com a sede da UESA, vasculhada pelo DOPSE, que não encontrou nenhuma “propaganda subversiva”³⁹⁸, e o Sindicatos dos Portuários, considerado o “último foco de agitação”, onde foram apreendidos cartazes, faixas, livros etc.³⁹⁹ Nas poucas matérias em que há alguma cobertura dos eventos, a *Gazeta de Alagoas* informava que na sede do Sindicato dos Portuários estaria acontecendo, segundo denúncia anônima, uma “reunião subversiva”, o que teria provocado o

³⁹⁵ Loc. cit.

³⁹⁶ “Já desarticulados os focos comunistas do Estado, mas a policia prossegue em constantes diligências”. In: *Jornal de Alagoas*. 05/04/1964. p. 5.

³⁹⁷ MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita. *O homo inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió, EDUFAL, 2007. p. 142.

³⁹⁸ “A polícia preserva a ordem eliminando focos de agitação”. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 3 abr. 1964, p. 4.

³⁹⁹ “Sindicato dos Portuários é o último foco de agitação comunista no Estado”. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 4 abr. 1964, p. 4.

deslocamento de uma guarnição da radiopatrulha ao local, que não conseguiu prender o “grupo de agitadores”, que presentindo a presença da polícia, “teria se esgueirado em fuga, escapando da captura”⁴⁰⁰.

Ao contrário do afirmado por órgãos da imprensa que davam conta de que o governo do estado teve a situação dominada em poucas horas, a resistência dos trabalhadores foi persistente⁴⁰¹.

Enquanto isso, as forças que apoiaram o golpe realizaram na capital alagoana no dia 2 de abril, a “Marcha da família Alagoana” formada “de milhares de pessoas que ali compareceram a fim de levar o seu apoio e o seu aplauso as enérgicas medidas postas em prática pelo atual chefe do Executivo alagoano”⁴⁰². A multidão, tendo à frente o “governador Luiz Cavalcante e sua esposa, além de altas autoridades civis e militares, funcionários públicos, comerciantes, industriais e o povo em geral”⁴⁰³, rumou à Praça Visconde de Sinimbu, “entoando hinos patrióticos e vivamente aplaudida em todo o seu percurso”⁴⁰⁴.

Depois de passarem pelas principais ruas do centro da cidade, regressaram à Praça dos Martírios “onde diversos presentes se fizeram ouvir, todos exaltando as figuras dessa revolução branca que afastou definitivamente o perigo de comunização de nossa Pátria”⁴⁰⁵. Em seguida, o arcebispo de Maceió, Dom Adelmo Machado, realizou missa campal exaltando atuação dos “salvadores da nação”. A passeata foi organizada pelo Movimento Alagoano em Defesa da Democracia, este, segundo o *Jornal de Alagoas* composto “dos mais representativos nomes de senhoras e senhoritas de nossa terra”⁴⁰⁶. O jornal dá destaque ainda à presença de várias entidades religiosas, “da Patrulha Nacional Cristã, da Polícia Mirim e de diversas outras de caráter nacionalista”⁴⁰⁷.

⁴⁰⁰ Loc. cit.

⁴⁰¹ Loc. cit.

⁴⁰² “Marcha da família alagoana” In: *Diário Oficial*. 04/04/1964. p. 1.

⁴⁰³ Loc. cit.

⁴⁰⁴ Loc. cit.

⁴⁰⁵ Loc. cit.

⁴⁰⁶ Loc. cit.

⁴⁰⁷ Loc. cit.



Realização da “Marcha da Vitória” em Maceió no dia 02 de abril.

No dia 05, o Movimento Popular pela Democracia divulgou uma nota no *Jornal de Alagoas* de “reconhecimento as gloriosas Forças Armadas pela posição brava e digna de respeito aos mais caros e legítimos sentimentos de brasilidade”⁴⁰⁸. Agradecia também ao governador Luiz Cavalcante e, acima de tudo, ao povo alagoano “pela vigilante atitude e pelas enérgicas providências em favor das tradições cívicas e cristãs da gente alagoana, destacando-se o trabalho de nossas polícias civil e militar que, comandadas pelo Cel. João Mendes Mendonça, ficaram ao lado do Povo contra a baderna e a agitação”⁴⁰⁹.

Mas ainda era necessário continuar alerta “em defesa de nossa fé e do nosso Brasil. A semente do ódio, plantada por mãos hábeis, pode novamente germinar se soluções não forem oferecidas, de imediato, para os inúmeros problemas que exigem nossa devotada atenção”⁴¹⁰. Segundo a nota, o movimento que:

(...) nunca foi, nem será contra as reformas. A primeira já foi feita: a reforma do Governo. As outras terão que vir. Nosso movimento não é contra a Petrobras, empresa que reputamos básica para o desenvolvimento do País, mas contra os que a transformam em

⁴⁰⁸ “Ao povo alagoano” In: *Jornal de Alagoas*. 05/04/1964. p. 1.

⁴⁰⁹ Loc. cit.

⁴¹⁰ Loc. cit.

símbolo do comunismo no Brasil; nossa luta não é contra os sindicatos operários e camponeses e sim contra o sindicalismo político da espúria CGT; não nos arregimentamos contra a mocidade estudantil, herdeira de ricas tradições nas lutas em defesa da Democracia, mas contra os agitadores que dominaram a UNE e as UEE's. Finalmente somos contra o comunismo e a favor do Brasil que deve ser sempre dos brasileiros⁴¹¹.

A marcha realizada em Maceió repercutiu na imprensa pernambucana. No dia 03 de abril, o jornal *Diário da Noite* deu destaque ao evento, citando o Movimento Democrático Feminino e a primeira dama do Estado d. Marionta Cavalcanti⁴¹². O jornal também aponta o governador Luiz Cavalcante como “o primeiro chefe de estado do Nordeste a apoiar a rebelião de Minas”. Entre o público da marcha, “as mulheres alagoanas, os colégios católicos, a Patrulha Nacional Cristã (movimento anticomunista alagoano), o Conservatório Brasileiro de Musica, entidades estudantis, deputados e o próprio governador e família acompanharam toda a marcha pelas principais ruas da cidade”.

Na mesma matéria, informa que “enquanto o povo manifestava sua euforia pela vitória do movimento democrático, a Polinter realizava prisões de todos os líderes do CGT e outros órgãos sindicais, implicados em movimento subversivos”. A matéria termina relatando o empastelamento do “jornal comunista a *A Voz do Povo*, que servia de sede ao PC, bem no centro da capital alagoana”, e a prisão dos seus diretores.

A partir de então, com os canais de oposição ao governo desarticulados e com a destruição da sede do jornal do PCB *A Voz do Povo*, que além das suas instalações, teve as suas máquinas quebradas pela polícia do Estado, o caminho estaria livre para que o *Jornal de Alagoas* e o *Diário Oficial* dessem prosseguimento na construção da imagem do governador Luiz de Sousa Cavalcante como líder no Nordeste da “Revolução”.

3.4 “O Major é mesmo o melhor”: Luiz Cavalcante e a construção do mito do “salvador”

Diante da consolidação da vitória dos golpistas, o governador Luiz Cavalcante utilizou-se da imprensa oficial do Estado para publicar no *Diário Oficial* durante todo o mês de abril de 64, as inúmeras mensagens que recebeu e que reconheciam a sua

⁴¹¹ Loc. cit.

⁴¹² “Marcha com Deus, pela liberdade em Maceió.” In: *Diário da Noite*. 03/04/1964. p. 2.

atuação decisiva no desfecho dos acontecimentos que destituíram João Goulart do cargo de Presidente da República. Luiz Cavalcante esteve presente na cerimônia que empossou o novo presidente, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco em 09 de abril, e na oportunidade deu entrevistas a grandes jornais do eixo sudeste do país.

Esse mito de “salvador”, foi amplamente explorado por Luiz Cavalcante, que tentou construir uma autoimagem de líder da “revolução” no nordeste. Esse mito, como nos lembra Raoul Girardet⁴¹³, mesmo que destinado a um futuro bastante curto, mostrasse suficientemente poderoso, suficientemente coerente, suficientemente atrativo também para fixar a atenção, reter a reflexão⁴¹⁴.

Girardet aponta que o “homem providencial”, o que Luiz Cavalcante tentou demonstrar ter sido, “aparece sempre como um lutador, um combatente”. Estaria “sempre ameaçado, sempre resistindo à beira do precipício”, este homem que “recusa submeter-se ao destino”⁴¹⁵. Ainda de acordo com Girardet:

Quer restaure a ordem estabelecida ou a subverta, quer organize ou anuncie aquela que está por vir, é sempre, por outro lado, sobre uma linha de ruptura dos tempos que se situa seu personagem. É na manifestação do presente imediato – presente de decadência, de confusão ou de trevas – que ele se afirma e se define; com ele, graças a ele, o “depois” não será mais como o “antes”.

Assim, como veremos mais adiante, Luiz Cavalcante se colocava como um “resistente” na conjuntura de avanço dos setores nacionalistas e de esquerda; além é claro, da atuação de Jango, a quem Cavalcante responsabilizaria pela situação de “caos e subversão”. Cercado por Miguel Arraes em Pernambuco e Seixas Dória em Sergipe, o governador alagoano seria o último reduto da ordem, da tradição ocidental e cristã e, portanto, a “última esperança” daqueles que temiam a implantação da “República sindicalista” se concretizasse.

No dia 05 de abril, o jornal carioca *Correio da Manhã*, dizia que o governo de Alagoas:

(podia) reivindicar o título de precursor do movimento armado vitorioso a primeiro de abril, pois o governador Luis Cavalcanti, já no dia 29, havia determinado prontidão à Brigada Militar estadual para impedir a realização de um comício comunista e interceptado um trem que conduzia agitadores vermelhos que procediam de Pernambuco. Quando o Sr. Luis Cavalcanti soube da decisão do levante de Minas Gerais, reforçou os dispositivos de segurança do governo e mandou

⁴¹³ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

⁴¹⁴ Ibidem. p. 64.

⁴¹⁵ Idem.

prender todos os líderes esquerdistas. Os Srs. Benedito Bentes, presidente da Federação do Comércio, Carlos Breda, presidente da Associação Comercial e Napoleão Barbosa, da Federação das Indústrias, telegrafaram ao Gal. Justino Alves Bastos, ao Gal. Luis Guedes, Gov. Carlos Lacerda e Presidente Ranieri Mazzilli, assinalando a ação decisiva do governador LC em todo o desenrolar dos acontecimentos⁴¹⁶.

No dia 08, o jornal *Folha de São Paulo* publicou uma entrevista⁴¹⁷ com o governador alagoano afirmando que a posição do Estado “foi inflexível na defesa da democracia ao proibir o comício do dia 29 onde estariam presentes Seixas Dória, Arraes e Brizola”. Três dias depois na matéria “De como Alagoas resistiria ao golpe”⁴¹⁸, o jornal dá detalhes de como “Alagoas estava preparada para resistir a qualquer tentativa de golpe do ex-presidente João Goulart e contra atacar a fim de derrubá-lo do poder”⁴¹⁹.

Uma força de 10.000 homens liderados por engenheiros industriais, armados e treinados para a guerrilha, por um oficial da Polícia Militar da Guanabara, já estava preparada para o desfecho desde o dia 29, quando estava programado um comício com Brizola e Arraes em Maceió:

Comerciantes e latifundiários formaram um exército de 10.000 homens, sob a supervisão do próprio Secretário de Segurança, Coronel João Mendonça, todos treinados para sabotagem e luta de guerrilhas. Dos 28 grupos empresariais organizados no Estado, 22 dispunham de pelo menos 150 homens e 15.000 litros de combustível cada um. Para cada metralhadora foram distribuídos 1.000 tiros. E a esse Estado-Maior de fazendeiros e comerciantes se somaram 1.800 produtores de açúcar e pequenos proprietários, levando cada um pelo menos cinco armados. O governador Luiz Cavalcante apoiava o empreendimento, que se inseria, sem dúvida, numa estratégia global, pois Alagoas, pela sua situação geográfica, constituiria como Estado “tampão”, uma cunha entre Pernambuco e Sergipe, cujos governadores, Miguel Arraes e João de Seixas Dória, se identificavam com o programa de reformas. A organização desse Exército clandestino, com *know how* da CIA, custou cerca de 100 milhões de cruzeiros⁴²⁰.

Um dado interessante desta informação é que ela não consta em nenhum jornal alagoano, o que se torna bastante difícil de avaliar o quanto ela é verdadeira. No dia 02 de abril, o *Diário Oficial* trazia em sua primeira página a matéria “Governador Luiz Cavalcante: ‘Devemos ter orgulho de Alagoas, pois foi o primeiro a repudiar no

⁴¹⁶ “Alagoas antecipou-se a Revolução”. In: *Correio da Manhã*. 05/04/1964. p. 2.

⁴¹⁷ “O Estado de Alagoas defendeu a democracia.” In: *Folha de São Paulo*. 08/04/1964. p. 5.

⁴¹⁸ *Folha de São Paulo*. 11/04/1964. p. 1.

⁴¹⁹ Loc. cit.

⁴²⁰ *Folha de São Paulo*. 11/04/1964. p.6.

Nordeste a comunização que se implantava no Brasil”⁴²¹ com a primeira mensagem oficial do governador diante tanto do comício das Reformas em Maceió no dia 29 de março quanto do movimento militar deflagrado em Minas Gerais no dia 31. Logo após a certeza da vitória dos “rebeldes democratas”⁴²², o governador fez o seguinte pronunciamento:

Meus conterrâneos. Depois de longas horas de angústia, de expectativa, chegamos ao final de nossa cívica pelo bem da comunidade brasileira. Façamos de conta que nada houve. A bonança chegou antes mesmo de ser desabada a tempestade. Desanimem-se os ânimos. Tranquilizem-se os espíritos. Deponham-se as armas, porque, mais uma vez, o Brasil viveu. Nada de vingança e nada de violência. O governo do país foi solidificado e a nossa posição foi sempre a mais clara e a mais decidida, mesmo quando o horizonte ainda era turvo. Temos, hoje, a mesma consciência de ontem, tranquila pela prontidão no cumprimento do dever. Agora, sim, podemos falar em reformas. Agora sim, podemos efetuar as reformas porquanto a principal delas foi concretizada: a reforma do governo. Vamos demonstrar que na democracia se encontrem os remédios para o nossos males. (...)Devemos nesta hora ter orgulho de nossa Alagoas: embora pequena foi a primeira no Nordeste a repudiar a comunização oficializada que se implantava neste país.

O governador em seu discurso faz a mesma afirmação que o *Jornal de Alagoas* fez alguns dias depois: a de que a partir daquele momento seria possível a realização de reformas, já que Jango e seus “aliados” comunistas haviam sido afastados do governo. Esse discurso, o mesmo utilizado pelos demais setores que ansiavam pela derrubada de Jango, dizendo que, tanto o ex-presidente quanto as esquerdas pretendiam dar um golpe de Estado e que a proposta de Reforma Agrária radical, passando por cima do dispositivo constitucional, seria o primeiro passo para a sua concretização.

Luiz Cavalcante que, junto com outros governadores fazia oposição ao governo Goulart, esteve desde as primeiras horas do dia primeiro, entrincheirado no Palácio dos Martírios, à espera de notícias sobre a movimentação das tropas que marchavam sobre o Rio de Janeiro. No entanto, só no dia 02 é que começam a circular na grande imprensa as primeiras notícias sobre a atuação do governador alagoano. Na biografia do vice-governador Teotônio Vilela, escrita pelo jornalista Marcio Moreira Alves, há uma passagem sobre a atuação de Cavalcante e Vilela ao saberem do levante das tropas do general Mourão Filho em Minas, na noite do dia 31 de março. O vice-governador teria

⁴²¹ *Diário Oficial*. 02/04/1964. p. 1.

⁴²² Loc. cit.

telefonado para Luiz Cavalcante, na ocasião, além de discutirem a situação, optaram por aguardar um pouco mais⁴²³.

Alves aponta que “Teotônio não aguentou mais a espera. Foi buscar o Major Luiz e juntos bateram para o quartel do 20º Batalhão de Caçadores, a principal unidade do Exército em Alagoas”⁴²⁴, para manifestarem o seu apoio ao golpe e pedirem a definição do comandante. O comandante “estava em cima do muro”⁴²⁵, pois tentava conduzir a conversa como podia, buscando ganhar tempo na esperança de receber notícias mais concretas. Se fossem contrárias a Goulart, manifestaria seu apoio ao governador e seu vice. Sendo favoráveis, prendia-os imediatamente.

Ao fim de um par de horas, Luiz Cavalcante e Teotônio Vilela temendo serem eles os surpreendidos, aproveitaram-se da desatenção dos presentes e foram embora⁴²⁶. As notícias contra Goulart terminaram por chegar. O general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, estava de há muito no golpe, secundado pelo grupo de coronéis que viriam a ser acusados das primeiras torturas contra presos políticos praticadas por oficiais brasileiros: Antonio Bandeira, Ivan Rui, Hélio Ibiapina. O comandante do 20º BC não só aderiu, como passou, imediatamente, a realizar uma caça as bruxas⁴²⁷.

Nas primeiras horas do dia primeiro, Luiz Cavalcante fez divulgar uma proclamação⁴²⁸ em que definia a sua posição face aos acontecimentos. Na mensagem, o governador dizia que “certo de estar interpretando os [ilegível] sentimento de [ilegível]” do povo alagoano, conclamava a toda a população do Estado “a cerrar fileiras dentro da ordem e do respeito às instituições em torno do movimento patriótico que ora empolga a nação, visando revigorar o regime democrático e a repudiar o comunismo ateu e apátrida”⁴²⁹.

Cavalcante alertava para a agitação “propositadamente desencadeada em todo o país, através de crises sucessivas”, que objetivava apenas agravar ainda mais “as

⁴²³ Cf. Márcio Moreira Alves. *Teotônio, Guerreiro da Paz*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

⁴²⁴ *Ibidem*, p. 103.

⁴²⁵ *Idem*.

⁴²⁶ *Idem*.

⁴²⁷ *Ibidem*, p. 104.

⁴²⁸ “Em seu primeiro pronunciamento LC conclamou alagoanos a cerrar fileiras pelo regime democrático” In: *Diário Oficial*. 02/04/1964. p. 1.

⁴²⁹ *Loc. cit.*

condições do povo, já esmagado sob o peso de insuportável elevação de custo de vida, e consequentemente, submetendo a permanente intranquilidade de espírito”⁴³⁰.

A crise que havia se espalhado por todas as instituições da vida no país só poderia ser resolvida diante de uma atitude enérgica, logo o “processo de desagregação do trabalho da família e da hierarquia militar teria que sofrer fatalmente a desaprovação da nossa gente, agora esse substanciado no movimento restaurador da tranquilidade pública”⁴³¹. Em seu discurso, Luiz Cavalcante afirmava que havia se colocado “ao lado dos que trabalham e produzem pela grandeza de Alagoas, sente-se por isso mesmo plenamente integrado na atitude patriótica assumida pelos governadores e clubes militares que [ilegível] nesta hora por uma Pátria livre, democrática e cristã”⁴³².

No final de seu pronunciamento, o governador assegurava ao povo alagoano que:

(...) todas as medidas acauteladoras da manutenção da ordem em todo o Estado foram devidamente tomadas pelo governo, que não permitirá tentem [ilegível] brasileiros, perturbar o trabalhador e a tranquilidade na família. O Major LC que jamais fugiu ao cumprimento de seu dever, ainda desta vez tem a coragem de não decepcionar o bravo povo alagoano⁴³³.

Em todas as matérias publicadas pelo *Diário Oficial*, faz-se questão de glorificar a posição de Luiz Cavalcante, que esteve desde os primeiros momentos ao lado das “forças revolucionárias”⁴³⁴, que diante da “grave crise que se esboçou no Brasil, provocada por desordeiros profissionais, a soldo do comunismo ateu e destruidor, encontrou, desde o seu início a mais efetiva repulsa por parte do governador LC”⁴³⁵.

A matéria aponta que:

(...) tão logo tomou conhecimento do movimento libertador, deflagrado no sul do país, o governador LC não titubeou em tomar posição ao lado daqueles que lutavam por um ideal democrático e cristão a fim de fazer voltar a Pátria brasileira ao regime da legalidade e da verdadeira democracia⁴³⁶.

⁴³⁰ Loc. cit.

⁴³¹ Loc. cit.

⁴³² Loc. cit.

⁴³³ Loc. cit.

⁴³⁴ “Governador formou ao lado dos libertadores do Brasil” In: *Diário Oficial*. 02/04/1964. p. 1.

⁴³⁵ Loc. cit.

⁴³⁶ Loc. cit.

Assim, imediatamente, Luiz Cavalcante tratou de estabelecer contato com os chefes tanto civis quanto militares do movimento golpista enviando telegramas aos governadores, Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto; e aos generais Amaury Kruel e Olimpio Mourão Filho⁴³⁷.

Ignorando a resistência de alguns sindicatos que permaneciam em greve, o *Diário Oficial* continuaria a publicar as mensagens “de inteira solidariedade de todas as partes do Estado que vem demonstrar a [ilegível] do pensamento de todos os filhos da Terra dos Marechais em torno do seu governador”⁴³⁸. Essas mensagens vinham dos setores expressivos das classes médias alagoanas⁴³⁹ e de grupos de perfil conservador⁴⁴⁰, como por exemplo, das associações comerciais que exaltavam a atuação do governador pela sua “patriótica atitude na defesa da ordem constitucional ameaçada, formulando votos para o restabelecimento da paz, a fim de que Alagoas possa estimar continuar sua trajetória proveitosa de trabalho e de desenvolvimento progressivo de duas forças econômicas”⁴⁴¹.

No entanto, o *Diário* publicou várias outras mensagens de congratulação de diversos lugares do país, tanto de setores da sociedade civil⁴⁴² quanto de militares que tomaram parte na deflagração do movimento⁴⁴³. O Marechal Odylio Denys, que em 1961 foi um dos ministros militares que vetaram a posse de João Goulart na presidência, agradecia a atuação do governador alagoano, elogiando sua posição “em solidariedade aqueles que propuseram lutar pela redemocratização do país, ameaçado por alguns que desejavam guindá-lo a posição de satélite comunista”⁴⁴⁴. O Movimento Democrático Feminino, uma das principais organizações anticomunistas do sudeste do país também reconheceu a atuação de Luiz Cavalcante no desenlace dos acontecimentos do golpe. Em sua mensagem, externavam os agradecimentos:

⁴³⁷ Loc. cit.

⁴³⁸ “Alagoas solidária com a posição patriótica do seu governante” In: *Diário Oficial*. 02/04/1964. p. 1.

⁴³⁹ “Major é mesmo o melhor”: voz da mulher alagoana” In: *Diário Oficial*. 02/04/1964. p. 1. e “Povo alagoano aplaude o seu governador” In: *Diário Oficial*. 07/04/1964. p. 1.

⁴⁴⁰ “Jornalistas e estudantes aplaudem chefe do executivo” In: *Diário Oficial*. 15/04/1964. p. 1 e “Professores da Universidade de Alagoas solidarizam-se com o chefe do executivo” In: *Diário Oficial*. 23/04/1964. p. 1.

⁴⁴¹ “Calorosos aplausos da Associação Comercial: posição do governador” In: *Diário Oficial*. 02/04/1964. p. 1.

⁴⁴² “Mineiros manifestaram satisfação pela pronta solidariedade de AL ao movimento em defesa da democracia” In: *Diário Oficial*. 04/04/1964. p. 1.

⁴⁴³ “Comandante do quarto exército comunicou ao governador posição pela defesa de nossa democracia”. In: *Dário Oficial*. 02/04/1964. p. 1. e “Comandantes das forças armadas levaram cumprimentos ao governador” In: *Diário Oficial*. 23/04/1964. p. 1. e “Gen Mourão Filho agradece apoio do governador ao movimento democrático” In: *Diário Oficial*. 24/04/1964. p. 1.

⁴⁴⁴ “Marechal Odylio Denys agradece atuação do gov Alagoano” In: *Diário Oficial*. 09/04/1964. p.1.

Gov LC: a mulher brasileira, através da voz da mulher carioca, saúda vossa excelência nesta hora de sua caminhada de redenção nacional. Ao pisar este solo generoso da GB que durante três anos resistiu ao cerco de um governo incapaz e que pretendia levar o Brasil para inglórios destinos, o bravo e ilustre governo de Alagoas recebe saudação fraternal e amiga da mulher brasileira, que acompanhou sua atuação democrática e de total repúdio aos comunistas. Estamos vibrando ainda com a atitude decidida e corajosa de vossa excelência que, no auge das agitações preparadas e protegidas pelos poderosos de ontem, repeliu, como brasileiro, como militar e como integro governante, as ameaças dos profissionais da desordem e da máscara, impedindo que fossem a praça pública, em Maceió, para denegrir os democratas e atacar os que lutam pelas liberdades em nosso país. No instante difícil para a Nação, vossa excelência, fiel, as tradições alagoanas, postou-se bravamente ao lado das forças armadas e dos governadores que iniciaram o movimento de libertação. Merece agora, com todas as honras, essa manifestação da mulher brasileira, essa mesma mulher brasileira que tem ido as praças públicas para defender a democracia, a constituição, o regime e a nossa formação cristã. Receba a vossa excelência, portanto, a homenagem da mulher brasileira e o seu agradecimento, em nome de todos os que nesta hora, comemoram a vitória de toda (ilegível) e afirmam sua disposição inquebrantável de permanecer vigilantes e alertas para que jamais se repitam os lamentáveis fatos que por tanto tempo envolveram o Brasil. Nossa Confiança nas forças armadas, nos governantes democráticos e no povo brasileiro, em homens como Vossa Excelência e os que lideram o momento atual é absoluta e tranquila. Parabéns Governador⁴⁴⁵.

Outro destaque importante dado pelo *Diário Oficial* foi a presença de Luiz Cavalcante na posse do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco na Presidência da República no dia 09 de abril de 1964⁴⁴⁶. Em sua passagem pelo sudeste e posteriormente pela capital Brasília, o governador alagoano “foi alvo de homenagens e ali continuou a manter os contatos iniciados na Guanabara, visando os interesses do nosso Estado, agora que se instala um novo governo voltado para a solução dos problemas nacionais”⁴⁴⁷. O jornal aponta que o governador em contato com o novo presidente estaria intermediando os nomes que ocupariam os cargos federais em Alagoas⁴⁴⁸. Nesta intermediação, Luiz Cavalcante negociava para que fossem alagoanos os novos presidentes do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA e da SUDENE.

⁴⁴⁵ “Mensagem de agradecimento da mulher brasileira ao governador” In: *Diário Oficial*. 14/04/1964. p. 1.

⁴⁴⁶ “Governador LC presente a posse do general Castello Branco na Presidência” In: *Diário Oficial*. 17/04/1964. p. 1.

⁴⁴⁷ “Governador Luiz Cavalcante participa no Rio de importantes decisões para o futuro do país.” In : *Diário Oficial*. 08/04/1964. p. 1. e “Atividades do governador LC na GB: importantes contatos” In: *Diário Oficial*. 09/04/1964. p. 1.

⁴⁴⁸ “Reivindicação de Alagoas ao Presidente da Republica” In: *Diário Oficial*. 25/04/1964. p. 1

Ao regressar do Rio de Janeiro, Luiz Cavalcante foi homenageado na cidade do Recife⁴⁴⁹ no dia 09 de abril no Teatro Santa Isabel no Recife, onde fez um longo discurso “agradecendo a homenagem que a Colônia alagoana do Recife e as classes produtoras daquele Estado lhe prestaram”⁴⁵⁰. Apontado pelo jornal *Diário da Noite* como o “general da democracia”, e que “a revolução em Alagoas começou mais cedo”, quando o governador teve que intervir para “proibir uma manifestação do CGT no dia 29 março e contra ele se insurgiram as forças comunizantes”⁴⁵¹.

Em seu discurso, Luiz Cavalcante tece considerações sobre sua carreira como militar e político e fala sobre o orgulho que diz ter ao conseguir se tornar governador de Alagoas, do que chama de “meu pequenino, mas glorioso Estado de Alagoas”⁴⁵². Segundo Luiz Cavalcante:

No exercício do Governo do meu Estado e já foi ressaltado à sociedade por quantos oradores me antecederam, edifiquei um governo de paz. Tirei a minha terra do noticiário facinoroso dos jornais, daquelas, manchetes escandalosas do bang-bang, dos tiros, das barricadas na Assembleia Legislativa. Estou fazendo um governo de paz, um governo sem violências; um governo que, me parece, ressalta bastante, me perdoem a imodéstia, da minha própria conduta pois eu sou em AL aquele homem que nunca quer brigar e todos sabemos daquele ditado que “quando um não quer, dois não brigam”. Eu jamais quero brigar⁴⁵³.

Ao fazer uma análise dos acontecimentos, ele afirma que “tudo ia bem num mar de rosas lá em Alagoas, para mim com muitas esperanças até que o presidente Janio Quadros nos passou aquele logro em todos nós e renunciou”⁴⁵⁴. Para o governador, a partir da posse de João Goulart, os problemas começaram a aparecer:

Greve, inflação, custo de vida subindo desbragadamente; indisciplina, CGT, enfim um caos. A nossa Pátria na verdade – desculpem-me – a imagem tão elementar estava virando assim uma coisa da “casa da mãe Joana”, onde todos mandam e ninguém se entende. Em contraste, felizmente, com o meu Estado de Alagoas, onde sempre houve ordem, onde sempre o meu governo se opôs a desordem⁴⁵⁵.

⁴⁴⁹ O jornal recifense *Diário da Noite* cobriu com certo entusiasmo as homenagens oferecidas a Cavalcante, dando atenção ao evento nas matérias “Gov. Luis Cavalcanti na Marcha da família pernambucana: 5ª feira” no dia 07/04/1964 e “Governador de Alagoas chegou hoje: homenagem” do dia 09/04/1964.

⁴⁵⁰ “Governador no Recife: ‘meu grande orgulho é ter chegado a ser o chefe de governo em meu estado’” In: *Diário Oficial*. 18/01/1964. p. 1.

⁴⁵¹ “Homenagem a Luis Cavalcanti.” In: *Diário da Noite*. 10/10/1964. p. 1.

⁴⁵² Loc. cit.

⁴⁵³ Loc. cit.

⁴⁵⁴ Loc. cit.

⁴⁵⁵ Loc. cit.

Em seguida faz uma declaração até então inédita sobre a sua articulação com os demais opositores do ex-presidente Jango:

Mas aí começou a articulação revolucionária que não data de poucos dias, que já vem de muito tempo. Fui ao Rio várias vezes, tive vários contatos com ilustres líderes militares a começar pelo Mal. Denys, que não sei se lhe agrada dizer que foi o Chefe espiritual deste movimento. Jamais escondi a minha aversão ao governo passado. Nas entrevistas, nos pronunciamentos de televisão, jamais escondi a minha condição de insatisfeito com o regime vigente. E ainda a 26 de março, respondendo a uma carta do meu amigo Carlos Lacerda (palmas, muitas palmas) eu lhe respondia textualmente assim: Meu caro Lacerda, a minha resposta a sua carta é chuva no molhado: estou com você para o que der e vier (palmas, muitas palmas).

Diante dessa afirmação de Luiz Cavalcante, podemos confirmar os contatos que ele diz ter tido, constatados pelos encontros entre os governadores de Estado pertencentes a UDN, o que foi noticiado pelo jornal *Folha de São Paulo*, bem como o registro da presença do governador alagoano em reuniões com os governadores também opositores ao governo Jango. Acreditamos que mesmo com a confirmação de uma conspiração em curso, não é possível determinar que o desenrolar dos acontecimentos tenham obedecido a um curso unilateral, ou ainda que não se pudesse ter se desenrolado outros acontecimentos.

Desta forma, é necessário perceber que mesmo com a mobilização dos setores golpistas, só a partir da coalizão destes com os outros setores das classes médias é que foi possível levar o movimento de deposição de Goulart à frente. Sendo ainda importante frisar que havia a possibilidade da reação por parte de Jango e de seu dispositivo militar. Ao contrário do que a afirmação de Luiz Cavalcante quer fazer crer, de que os destinos da sociedade brasileira naquele momento estavam decididos, da inevitabilidade dos acontecimentos da forma como ocorreram, é significativo observar que após o desfecho da crise e com a consequente ofensiva repressiva, muitos daqueles que tomaram parte no Golpe de Estado surpreenderam-se com a fragilidade demonstrada pelos setores ligados ao CGT na resistência à ofensiva golpista. A suposição de que os subversivos estivessem fortemente “infiltrados” nas instituições nacionais, notadamente nas Forças Armadas, difundiu a convicção de que haveria confrontos graves. O trabalho de repressão policial desencadeado após o golpe – e antes dele em Alagoas – não revelou evidências espetaculares da subversão comunista, ao contrário do esperado. Para decepção de muitos, não foram encontrados indícios cabais da suposta trama revolucionária.

Pela segunda vez na história republicana, a ordem institucional foi quebrada sob o argumento da necessidade de combater o comunismo. E uma nova e, desta feita, mais longa experiência autoritária, surgiu dos escombros das instituições liberal-democráticas.

Considerações finais

*“Quem controla o passado controla o futuro. Quem controla o presente controla o passado.”
(George Orwell, 1984)*

Nesses quase cinquenta anos que nos separam daquele abril de 1964, muitas tentativas de explicação foram formuladas, principalmente pela renovação que o tema viu emergir a partir da década de 2000, com as pesquisas que se dedicaram a diversos aspectos do governo João Goulart bem como dos trabalhos que privilegiaram a atuação dos setores nacionalistas e de esquerda, do PCB e dos trabalhadores.

Em Alagoas, em 2004, a imprensa local procurou dar alguma visibilidade a esta comemoração, entrevistando especialistas e pessoas que viveram a conjuntura do golpe em lados opostos. O escritor e historiador Dirceu Lindoso, membro do PCB em 1964, foi preso durante um ano e foi qualificado pela matéria como “pertencente ao rol dos intelectuais de esquerda”⁴⁵⁶. O ex-governador Divaldo Suruagy, eleito de forma indireta em 1975 e que havia sido Secretário da Fazenda no governo Luiz Cavalcante, afirmou que o período da ditadura foi “promissor” para os alagoanos⁴⁵⁷.

Lincoln Cavalcante, irmão do Major Luiz Cavalcante, afirmou em entrevista que “aderiu a uma causa que entendia ser uma contrarrevolução (...) revolução era a planejada pelo presidente Goulart”⁴⁵⁸, corroborando com o discurso usado como mote por seu irmão, quando governador de Alagoas, para arregimentação da conspiração golpista. O jornalista Anivaldo Miranda, representante estudantil em 64 e militante da esquerda, afirmou que em Alagoas, o golpe começou com a repressão aos manifestantes do comício do dia 29⁴⁵⁹. Miranda enfatiza que de nenhuma maneira os trabalhadores alagoanos foram submissos ao golpe; e que as autoridades tiveram muito trabalho para conter os protestos populares, além de muitas manifestações só terem sido controladas alguns dias depois.

Como a direita venceu, as memórias das lutas da esquerda foram encobertas e esquecidas, numa tentativa dos vencedores de criar um mito de que os trabalhadores alagoanos não estariam envolvidos com o programa reformista e os que em solo

⁴⁵⁶ “Golpe foi preparado com antecedência”. In: *Tribuna*. Maceió, 28/03/2004. p. 16.

⁴⁵⁷ “Suruagy afirma que período foi ‘promissor’ para Alagoas”. In: *Tribuna*. Maceió, 28/03/2004. p. 16.

⁴⁵⁸ “Revolução de 64 enfrenta ‘crise dos 40’”. In: *Tribuna*. Maceió, 28/03/2004. p. 10.

⁴⁵⁹ “Trabalhadores resistiram bravamente” In: *Tribuna*. 28/03/2004. p. 9.

alagoano defendiam essas bandeiras, seriam estrangeiros a soldo de Moscou, dispostos a conspurcar a límpida essência de fraternidade dos trabalhadores alagoanos.

Este trabalho demonstrou que, ao contrário da memória oficial construída a partir de então, os trabalhadores alagoanos se envolveram sim com o programa reformista do governo Jango, bem como conseguiram atingir um nível de organização e de mobilização até então inédito na história republicana alagoana, recrudescendo gradativamente entre o final da década de 1950 e a primeira metade da década de 1960. Igualmente, trouxemos à tona a repressão sofrida por essas mesmas classes trabalhadoras cujas manifestações foram duramente suprimidas pelo poder do Estado governado pelo Major Luiz Cavalcante. Este último, assim como o bloco político ao qual pertencia e representava, temia que caso o programa reformista avançasse, pudesse haver uma redefinição do equilíbrio político entre as classes sociais.

Por isso mesmo se torna imperativo destacar a importância do comício de 29 de março em Maceió, quando a repressão policial no sentido de impedir a sua realização, acabou se mesclando com a ofensiva golpista desencadeada com a marcha das tropas do Gal. Olímpio Mourão Filho sobre o Rio de Janeiro em 30 de março.

Outro ponto a ser destacado é como o tripé *anticomunismo, modernização conservadora e repressão*, utilizado como lema para o governo militar que se instaurou em 1964, já existia em Alagoas desde 1961, quando Cavalcante assumiu o governo. De maneira alguma, quero afirmar com isso que Alagoas iniciou a ditadura militar antes do restante do país, mas apenas afirmar a particularidade da conjuntura política alagoana naquele período. Outrossim, o fato de Luiz Cavalcante ter se posicionado a favor dos golpistas também deve ser destacado, já que a posição geográfica de Alagoas naquela conjuntura foi determinante, à medida que impediu um contato direto entre os governadores de Pernambuco e de Sergipe, estes últimos alinhados com os setores progressistas naquele momento.

Por fim, destacamos a importância de se dar mais um passo para uma historiografia sobre o golpe de 1964, mais abrangente no sentido de ampliar a compreensão sobre outras regiões do Brasil que não o eixo Rio-São Paulo, nem tampouco o Rio Grande do Sul e o estado de Pernambuco.

Fontes e bibliografia

I. Jornais:

A Voz do Povo (AL) – 1961/1964;

Jornal de Alagoas (AL) – 1961/1964;

Gazeta de Alagoas (AL) – 1961/1964;

Folha de São Paulo (SP) – 1964;

Correio da Manhã (RJ) – 1964;

Diário da Noite (PE) – 1964;

II. DOPSE:

- Fichas pessoais:

Ficha 08 Pasta 01; Ficha 19 pasta 01; Ficha 22 pasta 02; Ficha 23 pasta 02; Ficha 09 pasta 01; Ficha 12 pasta 01; Ficha 13 Pasta 01; Ficha 54 pasta 03; Ficha 44 pasta 03; Ficha 46 pasta 03; Ficha 39 pasta 02; Ficha 34 pasta 02; Ficha 35 pasta 02; Ficha 29 pasta 02; Ficha 51 pasta 03; Ficha 80 pasta 04; Ficha 107 pasta 06; Ficha 118 pasta 06; Ficha 120 pasta 06; Ficha 106 pasta 06; Ficha 133 pasta 07; Ficha 134 pasta 07; Ficha 137 pasta 07; Ficha 158 pasta 08; Ficha 180 pasta 09; Ficha 190 pasta 10; Ficha 186 página 10; Ficha 192 pasta 10; Ficha 202 pasta 11; Ficha 214 pasta 11; Ficha 232 pasta 12; Ficha 237 pasta 12; Ficha 247 pasta 13; Ficha 475 pasta 24; Ficha 472 pasta 24; Ficha 477 pasta 24.

- Relatórios:

Pasta Estados 02 – Alagoas (cx. 605).

III. Outras fontes impressas

- Estado de Alagoas. Seminário Socioeconômico de Alagoas;

- Estado de Alagoas. Plano Trienal de Desenvolvimento 1963-1965;

- Livro de atas do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil de Fernão Velho – 1953-1964.

IV. Bibliografia

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Chronicas alagoanas II: notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2006.

ALVES SANTOS, James Washington. *O Poder dos Militares nas “Mãos” de um Civil: Ditadura Militar e o 1º Governo Suruagy em Alagoas*. Maceió: UFAL, 2009 (Mímeo).

ALVES, Márcio Moreira. *Teotônio, Guerreiro da Paz*. Petrópolis: Vozes, 1983.

AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ANDRADE, Manoel Correia de. *1964 e o Nordeste*. São Paulo: Ática, 1998.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa & BARRETO, Túlio Velho. *1964: O Golpe passado a limpo*. Recife: Editora Massangana, 2007.

ASSUNÇÃO, Rosangela Pereira de Abreu. *DOPS/MG – imaginário anticomunista e policiamento político (1935 – 1964)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFMG, Belo Horizonte, 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961– 1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BARROS, Luiz Nogueira de. *A solidão dos espaços políticos*. Maceió: EDICULTE/SECULTE, 1988.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. “Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente.” In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

BENEVIDES, Maria Vitória Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, UNESP, 1995.

CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. *Planos de desenvolvimento de Alagoas: 1960-2000*. Maceió: EDUFAL, 2005.

CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Cícero Péricles de. *Alagoas 1980-1992: a esquerda em crise*. Maceió: EDUFAL, 1993.

CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. *Artesãos da subversão - os trabalhadores gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a Era Vargas*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-USP, São Paulo, 2010.

COSTA, Rodrigo José da. "Repressão e resistência dos movimentos sociais em Alagoas." In: *Revista Crítica Histórica*. Ano II, n. 4. Maceió, dezembro de 2011.

_____. "Sob o signo do sangue." In: FERREIRA, Marieta Moraes (Org.) *Anais do XVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira" In: *Gramsci e seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DE LUCA, Tania Regina. "História dos, nos e por meio dos periódicos" In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: contexto 2006.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio A. Dillon e CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves, *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964*, 1986.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Vol. 3).

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular.” In: *Revista Brasileira de História*, vol.24, n.47, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da idade do ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. “A nova ‘velha história’: o retorno da história política”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, (n. 10, 1992): 265-271.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961 – 1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1990.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRYNSZPAN, Mario e DEZENOME, Marcus. “As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950 – 1964)” In FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) - As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUSMÃO, Carlos de. *Bôca da grotá – Reminiscências*. Maceió: Serviços Gráficos Gazeta de Alagoas, 1970.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – o breve século XX*. São Paulo Companhia das Letras, 2006.

_____. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

LESSA, Golbery. *Trama da Memória, Urdidura do Tempo: Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos*. Maceió: manuscrito, 2008.

LIMA, Araken Alves. *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional*. Campinas: UNICAMP, 2006. (Tese de Doutorado).

LIMA, Mário de Carvalho. *Sururu Apimentado: apontamentos para a história política de Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 1979.

LINS, Enio. *Alagoas: Pastoril de Trágicas Jornadas*. Edição eletrônica do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, 2004 (www.fundaj.gov.br).

LIRA, Fernando José. *Formação da Riqueza e da Pobreza de Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2007.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. “A Voz do Povo: Um Registro da Esquerda Alagoana (1954-1964).” In: *Cabanos - Revista de História*, v. 1, p. 129-144, 2008.

MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical*. Maceió/Recife: Edições Bagaço, 2010.

_____. *Mozart Damasceno: o bom burguês*. Maceió/Recife: Edições Bagaço, 2011.

_____. (org.). *O PCB em Alagoas: documentos (1982-1990)*. Maceió: EDUFAL, 2010.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989)*. Editora Revan e Editora da UNICAMP, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. “O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica” In: *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 55, São Paulo: jan./jun. 2008.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita. *O homo inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2007.

_____. *Montando o cenário: O Quadro de redefinição/modernização social e econômica: Alagoas nas décadas de 1950-1960*. Campinas: manuscrito, 2009.

- MELLO, Paulo Décio de Arruda. *Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação*. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. UFRRJ, Itaguaí, 1990.
- MELO, Airton de Souza. *Operários têxteis: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFPE, Recife, 2012.
- MELO, Demian Bezzera de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFF, Niterói, 2009.
- MIRANDA, Anivaldo de. *Alagoas e o Golpe de 1964*. Maceió: Edições do Partido Popular Socialista/PPS, 2004.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFPE, Recife, 2012.
- MOTTA, Mello. *Retrato de uma Época: fonte de estudos para a interpretação de um agitado período político em Alagoas*. Maceió: Edufal, 1984.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- _____. *O golpe de 1964 no traço da caricatura*. São Paulo: Jorge Zahar, 2006.
- _____. “O ofício das sombras.” In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: APM, ano XLII, n.1, jan.-jun. 2006.
- NÊUMANNE, José. *A República Na Lama: uma tragédia brasileira*. São Paulo: Geração Editorial, 1992.
- RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru: EDUSC, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964)*. Passo fundo: UPF, 2003.

SAES, Décio. “Classe média e política no Brasil (1930-1964)”. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano – Sociedade Política (1930-1964), vol. III. São Paulo: Difel, 1983.

SALDANHA, José Alberto. *A Mitologia Estudantil*. Maceió: SERGASA, 1994.

_____. *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB*. Maceió: Edufal, 2011.

SANTANA, Marco Aurélio. “Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro” (1945 – 1964). In FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) - As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SILVA, Vicente Gil. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política. (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

STARLING, Heloisa. *Os senhores das gerais - Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, Petrópolis: Vozes, 1986.

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo (o impeachment de Muniz Falcão)*. Maceió: EDUFAL, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe: democracias e reformas no populismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. “1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo” In: *Crítica Marxista*, n. 19, 2004.

_____. “1964, o golpe contra as reformas e a democracia.” In: *Revista Brasileira de História*. v. 24, n. 47, São Paulo: jan./jun. 2004.

THOMPSON, Edward Palmer, *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

XAVIER, Marília. “Antecedentes institucionais da polícia política.” In: *DOPS – A lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, Secretaria de Estado da Justiça, 1993.